

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**  
**CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2012/2013**



**TII**

**COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR NO COMBATE AO  
TERRORISMO: O PAPEL DAS INFORMAÇÕES MILITARES**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR NO COMBATE AO  
TERRORISMO: O PAPEL DAS INFORMAÇÕES  
MILITARES**

**MAJ INF PARA José Paulo Silva Bartolomeu**

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2012/2013

Pedrouços 2012/2013



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR NO COMBATE AO  
TERRORISMO: O PAPEL DAS INFORMAÇÕES  
MILITARES**

**MAJ INF PARA José Paulo Silva Bartolomeu**

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2012/2013

Orientador: TCOR ENG Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira

Pedrouços 2013



## **Agradecimentos**

Agradeço aos camaradas do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEM-C), que compartilharam este período da vida deles comigo, ouvindo-me nas salas de aulas e fora delas, trocando ideias, conhecimento, experiências, análises e avaliações.

Uma palavra especial para o Diretor do CEM-C, Capitão-de-mar-e-guerra Valentim Rodrigues, permanentemente disponível para nos apoiar e incentivar, e com quem tive o privilégio de trocar ideias, sempre soube ouvir e gerir o Curso e todas as contingências com mestria.

Para elaboração do presente estudo foi imprescindível a colaboração e apoio dos entrevistados, nomeadamente os Ex.<sup>mos</sup> Tenente-general Hernandez Jerónimo e Coronel Dias Bento, a quem agradeço pelo tempo que dispensaram, disponibilidade que apresentaram e conhecimento que compartilharam.

O meu orientador para este trabalho foi o Tenente-coronel Ribeiro Vieira, as suas orientações e sugestões foram efetivamente uma mais-valia para a organização, estruturação, metodologia e coerência do trabalho final, pelo que deixo aqui o meu reconhecimento e apreço públicos.

Ao meu camarada e amigo Major Quinteiros Morais agradeço pela colaboração prestada na revisão do texto final.

À minha esposa, por ter tomado a cargo dela a maior parte da educação do nosso filho.

Ao meu filho pela compreensão, inspiração, carinho e sorriso permanentes, mesmo quando não lhe podia dar toda a atenção que merece.

*A todas as forças tangíveis e intangíveis que iluminam a minha vida!*



## Índice

Introdução.....	1
1. Terrorismo.....	6
a. A ameaça terrorista .....	6
b. O fenómeno terrorista em Portugal .....	8
2. Combate ao terrorismo.....	11
a. O papel das Informações .....	11
b. A Organização do Tratado do Atlântico Norte, a União Europeia e o contributo Nacional no combate ao terrorismo .....	12
3. Análise ao Sistema de Informações Militares .....	20
a. Estrutura e capacidades de Informações das Forças Armadas .....	20
b. Potencialidades, lacunas e limitações do Sistema de Informações Militar .....	22
4. Colaboração e cooperação entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança .....	26
a. As Forças Armadas na Segurança (Defesa) Interna.....	27
b. Colaboração e Cooperação na Comunidade de Informações Nacional .....	31
Conclusões/Propostas .....	35
Bibliografia.....	45

## Índice de Anexos

Anexo A – Glossário de conceitos .....	A-1
Anexo B – A Organização do Tratado do Atlântico Norte no combate ao terrorismo .....	B-1
Anexo C – A União Europeia no combate ao terrorismo .....	C-1
Anexo D – Extratos da entrevista ao Ex. <sup>mo</sup> Tenente-general Hernandez Jerónimo .....	D-1
Anexo E – Extratos da entrevista ao Ex. <sup>mo</sup> Coronel Dias Bento .....	E-1

## Índice de Apêndices

Apêndice 1 – Informações.....	Ap1-1
Apêndice 2 – As Forças Armadas e o Sistema de Informações da República Portuguesa.....	Ap2-1
Apêndice 3 – Matriz SWOT: Cooperação Forças Armadas / Forças e Serviços de segurança no combate ao terrorismo .....	Ap3-1
Apêndice 4 – Matriz SWOT: Otimização do Sistema de Informações Militares ...	Ap4-1



## **Índice de Figuras**

Figura n.º 1 – Estrutura do Centro de Informações e Segurança Militares .....	20
---	----

## **Índice de Tabelas**

Tabela n.º 1 – Legislação nacional no âmbito do combate ao terrorismo .....	17
Tabela n.º 2 – Capacidades das Forças Armadas relevantes no âmbito do combate ao terrorismo .....	19
Tabela n.º 3 – Capacidades das Forças e Serviços de Segurança relevantes no âmbito do combate ao terrorismo .....	19
Tabela n.º 4 – Órgãos de Pesquisa de Informação dos Ramos das Forças Armadas .....	22



## Resumo

O terrorismo ganhou maior dimensão com o fenómeno da globalização. Com o propósito de desenvolver linhas de ação para estimular a cooperação entre as Forças Armadas (FA) e as Forças e Serviços de Segurança (FSS) no combate ao terrorismo, formulando orientações concretas para otimizar o contributo do Sistema de Informações Militares (SIM), seguiram-se as fases do procedimento metodológico preconizadas por *Quivy* e *Campenhoudt* (1998). Com recurso ao método dedutivo, analisou-se informação e obtiveram-se conclusões, que depois de incorporadas em matrizes de análise “SWOT”, permitiram atingir o nosso desiderato.

Iniciou-se este relatório com uma classificação da ameaça terrorista e do fenómeno terrorista em Portugal, seguiu-se um resumo do papel das Informações e o contributo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da União Europeia (UE) e de Portugal no combate ao terrorismo, foi feita uma análise ao SIM, e por fim escrutinaram-se os mecanismos de cooperação entre as FA e as FSS.

Verificou-se que as redes terroristas incluem normalmente nós e ramificações de âmbito criminal e apoios diversos. Portugal poderá constituir-se como refúgio, local de passagem, fonte de recrutamento, ou alvo de oportunidade. Cabe às Informações identificar vulnerabilidades, avaliar as ameaças terroristas, e esclarecer a situação, para apoiar o seu combate. A OTAN e a UE adotaram estratégias de combate ao terrorismo pró-ativas, dinamizaram a cooperação e a partilha de Informações. Portugal tem contribuído para este combate com as suas FA e FSS. O SIM possui capacidades relevantes que poderão apoiar o combate ao terrorismo, resultando as suas limitações da falta de regulamentação legal. No campo interno, as FA estão incumbidas de cooperar com as FSS no combate a agressões ou ameaças transnacionais. Concluiu-se também que, embora o Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL), a Marinha e a Força Aérea, tenham um papel ativo nesta cooperação, existem constrangimentos legais, de operacionalização, coordenação e integração das capacidades das FA e do SIM. No campo externo, a cooperação é extremamente incipiente e deverá ser incrementada.

Para estimular a cooperação entre as FA e as FSS no combate ao terrorismo deverão ser efetuados reajustamentos legais, que clarifiquem e promovam a operacionalização da cooperação já referida na lei, incluam a participação das FA no Gabinete Coordenador de Segurança (GCS) e na Unidade de Coordenação Antiterrorista (UCAT), e o dever de colaboração das FSS para com as FA (sempre que aplicável). Para otimizar o SIM, este necessita de ser encarado pelas chefias militares com antelação, dando-lhe maior relevância, e de ser regulamentado, permitindo, entre outros aspetos, uma articulação funcional entre o CISMIL e os Ramos.



## Abstract

The terror has a larger dimension due to the phenomenon of globalization. In order to develop lines of action to improve cooperation between Armed Forces (FA) and Security Forces and Services (FSS) in combating terrorism, formulating also concrete guidelines to optimize the contribution of Military Intelligence System (SIM), we followed the stages of the methodology recommended by *Quivy & Campenhoudt* (1998). Using the deductive method, we analyzed information and obtained conclusions, which were incorporated into “SWOT” analysis matrices, allowing us to achieve our intention.

This report began with an assessment of the terrorist threat and the terrorist phenomenon in Portugal, followed by a summary of the Intelligence role and North Atlantic Treaty Organization (OTAN), European Union (UE) and Portugal contribution in combating terrorism, was made an analysis to SIM and were scrutinized the cooperation mechanisms between FA and FSS.

It was verified that terrorist networks typically include criminal nodes and branches and several supports. Portugal may be used as a sanctuary, a place of passage, source of recruitment or opportunity target. It is Intelligence responsibility to identify vulnerabilities, assess terrorist threats and clarify the situation to support combat against them. OTAN and UE adopted proactive strategies to combat terrorism, streamlined cooperation and intelligence sharing. Portugal has contributed to this fight with their FA and FSS. The SIM has relevant capabilities that can support the combat against terrorism, its limitations result from the lack of legal regulation. Internally, the FA must cooperate with the FSS in combating transnational aggressions or threats. It was also concluded that while the Military Intelligence and Security Center (CISMIL), Navy and Air Force, take an active role in this cooperation, there are legal constraints on the operationalization, coordination and integration of the FA and the SIM capabilities. Externally, cooperation is extremely poor and should be increased.

To encourage cooperation between the FA and the FSS in combating terrorism some legal adjustments must be made, in order to clarify and promote the operationalization of the cooperation already mentioned in the law, including the participation of the FA in Security Coordination Office (GCS) and in Antiterrorist Coordination Unit (UCAT), and the duty of the FSS to cooperate with the FA (when applicable). To optimize the SIM, it needs to be seen by military leaders with primacy, giving it greater relevance, and also must be legally regulated, allowing, among other things, a functional articulation between the CISMIL and the branches of the FA.





### **Palavras-Chave**

Combate ao terrorismo, Informações, Cooperação, Forças Armadas, Forças e Serviços de Segurança, Sistema de Informações Militar.



## Lista de siglas, acrónimos e abreviaturas

ACCI	<i>Allied Command Counterintelligence</i>
ACO	<i>Allied Command Operations</i>
AED	Agência Europeia de Defesa
AM	Autoridade Marítima
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
AQMI	Al Qaida no Magreb Islâmico
BICES	<i>Battlefield Information Collection and Exploitation System</i>
CA	Comando Aéreo
CADOP	Centro de Gestão e Análise de Dados Operacionais
CCPGR	Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República
CCSIRP	Conselho Consultivo do Sistema de Informações da República Portuguesa
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM-C	Curso de Estado-Maior Conjunto
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
Cepol	Colégio Europeu de Polícia
CI	Contrainformação
C-IED	<i>Counter-Improvised Explosive Device</i>
CIM	Célula de Informações Militares
CIMFA	Centro de Informação Meteorológica da Força Aérea
CISMIL	Centro de Informações e Segurança Militares
CJ2	<i>Combined Joint Staff Branch for Intelligence</i>
CJTF	<i>Combined Joint Task Force</i>
CNCM	Centro Nacional Coordenador Marítimo
CPI	Ciclo de Produção de Informações
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPX	<i>Command Post Exercise</i>
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CSI	Conselho Superior de Informações
CSMIE	Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército
CSSI	Conselho Superior de Segurança Interna



DAE	Destacamento de Ações Especiais
DIMIL	Divisão de Informações Militares
ELINT	<i>Electronic Intelligence</i>
EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ETA	<i>Euskadi Ta Askatasuna</i>
EUA	Estados Unidos da América
EU NAVFOR	Força Naval da União Europeia
Eurojust	Unidade Europeia de Cooperação Judiciária
Euromarfor	Força Marítima Europeia
Europol	Serviço Europeu de Polícia
FAP	Força Aérea Portuguesa
FA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada
Frontex	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia
FSeg	Forças de Segurança
FSS	Forças e Serviços de Segurança
FTX	<i>Field Training Exercise</i>
GCS	Gabinete Coordenador de Segurança
GEOINT	<i>Geospatial Intelligence</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
GOCEDN	Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional
HUMINT	<i>Human Intelligence</i>
IEP	<i>Institute for Economics and Peace</i>
IFC	<i>Intelligence Fusion Centre</i>
IGeoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
IMINT	<i>Imagery Intelligence</i>
IMS	<i>International Military Staff</i>
IntCen	<i>Intelligence Center</i>
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>



ISTAR	<i>Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance</i>
JAI	Justiça e Assuntos Internos
JTAC	<i>Joint Terrorism Analysis Centre</i>
KFOR	<i>Kosovo Force</i>
LDN	Lei de Defesa Nacional
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LOE	Lei Orgânica do Exército
LOFA	Lei Orgânica da Força Aérea
LOMAR	Lei Orgânica da Marinha
LQSIRP	Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa
LSI	Lei de Segurança Interna
MAPEX	<i>Map Exercise</i>
MASINT	<i>Measurement and Signature Intelligence</i>
MDN	Ministério da Defesa Nacional
NBQR	Nucleares, biológicas, químicas, ou radiológicas
NIC	<i>National Intelligence Cells</i>
NIFC	<i>NATO Intelligence Fusion Centre</i>
OEF	<i>Operation Enduring Freedom</i>
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN/NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
QRF	<i>Quick Reaction Force</i>
PD	Pergunta derivada
PIR	<i>Priority Intelligence Requirements</i>
PJ	Polícia Judiciária
PM	Polícia Marítima
PSP	Polícia de Segurança Pública
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
REGA	Resistência Galega
RFI	<i>Request for Information</i>
REPINFOMIL	Repartição de Informações Militares
REPINFSEG	Repartição de Informações e Segurança
SACEUR	<i>Supreme Allied Commander Europe</i>
SAM	Sistema da Autoridade Marítima



SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGSIRP	Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa
SGSSI	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna
SHAPE	<i>Supreme Headquarters Allied Powers Europe</i>
SICOSEDMA	Sistema Integrado de Comunicações de Segurança Emergência e Defesa da Madeira
SIED	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIGINT	<i>Signals Intelligence</i>
SIM	Sistema de Informações Militares
SIR	<i>Strategic Intelligence Requirements</i>
SIRESP	Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SIRP	Sistema de Informações da República Portuguesa
SIS	Serviço de Informações de Segurança
SIVIC	Sistema Integrado de Vigilância da Costa
SPA	Serviço de Policiamento Aéreo
SSI	Sistema de Segurança Interna
STANAG	<i>Standardization Agreement</i>
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TO	Teatro de Operações
TUE	Tratado da União Europeia
UCAT	Unidade de Coordenação Antiterrorista
UE	União Europeia
UNCT	Unidade Nacional Contraterrorismo
VIMAR	Vigilância Marítima
WAN	<i>Wide Area Network</i>



## Introdução

“Terrorismo”, “atentado terrorista”, estas palavras não deixam ninguém indiferente. O fator psicológico, decorrente da possibilidade das ações terroristas, geralmente dirigidas contra objetivos civis, é uma componente da estratégia indireta que visa atingir a mente humana e perturbar o funcionamento, a liberdade e o comportamento nas sociedades. O sentimento de insegurança induzido pelo terrorismo de matriz revolucionária é ampliado pela percepção de que os meios e as capacidades tradicionais de defesa e de combate não são adequados e aparentam ser pouco eficazes para lhe fazer face. Com ações devidamente planeadas e coordenadas, os terroristas conseguem obter surpresa e resultados devastadores utilizando poucos recursos. A globalização veio facilitar-lhes o acesso a armamento, diversificou-lhes a rede de financiamentos, de apoios e contactos, mas, acima de tudo, permitiu-lhes que se tornassem mais difusos e invisíveis.

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2011, apesar dos êxitos contraterroristas, nomeadamente os que conduziram à eliminação física de Bin Laden e de outras figuras emblemáticas do *jihadismo* global, e da prevenção atempada de atentados terroristas fora do mundo árabe e muçulmano, o terrorismo islamista é uma ameaça permanente e evolutiva que exige vigilância elevada (SSI, 2012, p. 26). Na Europa, para além da preocupação com grupos de matriz internacional, surgem os fenómenos da radicalização violenta de pequenos grupos ou de indivíduos isolados ou solitários envolvidos no planeamento e execução de atentados. De acordo com o *Global Terrorism Index Report* de 2011, Portugal foi considerado o 78.º Estado com maior impacto terrorista em 158 países analisados (IEP, 2012, p. 4).

Os agentes da ameaça terrorista são indivíduos com autoridades, influências e poderes próprios, que se relacionam por intermédio de tarefas interdependentes e integradas em rede (física e digital). O combate a esta tipologia de ameaça exige cada vez mais das Informações, a abordagem sistémica, a colaboração e a cooperação tornaram-se essenciais neste domínio.

O fenómeno terrorista é particularmente ativo nas regiões em conflito, e portanto nos Teatros de Operações (TO) em que as FA portuguesas têm vindo a participar. Constatando-se que, para além da importância crescente dos fóruns para coordenação, sincronização, revisão e análise de Informações próprios das *Combined Joint Task Forces* (CJTF), a necessidade de recorrer a outras entidades e capacidades externas às forças



militares, nomeadamente Serviços de Informações civis e entidades de natureza policial e criminal, tem sido cada vez maior.

Em Portugal, pese embora o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de 2003 indicasse que o terrorismo internacional se apresentava “como uma ameaça externa e, quando concretizada, como uma agressão externa, pelo que a sua prevenção e combate se inserem claramente na missão das Forças Armadas” (CEDN, 2003, 1.1.), não se regulamentaram leis posteriores que o operacionalizassem. A Lei de Segurança Interna (LSI)<sup>1</sup> não especifica claramente em que termos é efetuada a cooperação entre as FA e o Sistema de Segurança Interna (SSI) no combate ao terrorismo.

A **relevância** do tema proposto – “**Cooperação civil-militar no combate ao terrorismo: o papel das Informações Militares**” – e a investigação científica subjacente, **justificam-se** não só porque os terroristas geralmente recorrem a comportamentos criminais para apoiar as suas ações de cariz militar ou mais violentas, e por vezes contam com o apoio da população (em especial nos TO), de líderes de Estados párias, ou outros simpatizantes, mas também porque se ocultam nas sombras proporcionadas pelas delimitações legais e organizacionais entre civis e militares, e que importa mitigar. Para além do que precede, Portugal, que também poderá ser alvo de terrorismo, vive uma gravíssima crise económico-financeira que vem alertar o Estado para a necessidade de uma administração eficaz e eficiente dos seus recursos de modo a alcançar e manter os seus fins últimos, a Segurança e o Bem-estar.<sup>2</sup>

O **objeto de estudo** são as Informações Militares, num quadro de segurança onde a linha que separa a vertente interna e externa da defesa se desvanece, tendo como pano de fundo a área temática do terrorismo. Em virtude da dimensão do trabalho, o **objeto de estudo** foi **delimitado**, centrando-se na cooperação entre as FA portuguesas e as FSS portuguesas no combate ao terrorismo (conduzido por atores não-estatais), na atual conjuntura.

O **objetivo geral** da investigação visa desenvolver linhas de ação para estimular a cooperação entre as FA e as FSS no combate ao terrorismo, formulando orientações concretas para otimizar o contributo do SIM. Com a finalidade de operacionalizar este objetivo, estabeleceram-se os seguintes **objetivos específicos**: classificar a ameaça

---

<sup>1</sup> Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

<sup>2</sup> A relevância desta temática é corroborada pelo atual CEDN, pois indica que as FA, de entre as suas missões, também devem estar preparadas para cooperar com as FSS no combate a ameaças transnacionais (CEDN, 2013, VI.1.4.6.).



terrorista e o fenómeno terrorista em Portugal; resumir o papel das Informações e o contributo da OTAN, da UE e de Portugal no combate ao terrorismo; inferir as capacidades, potencialidades, lacunas e limitações do SIM; escrutinar os mecanismos de colaboração e cooperação entre as FA e as FSS nacionais no combate ao terrorismo.

Por se considerarem rigorosas e ajustadas ao cariz das tarefas levadas a efeito, são seguidas as fases<sup>3</sup> e as etapas<sup>4</sup> do **procedimento metodológico** preconizadas por *Quivy* e *Campenhoudt* (1998).

A pergunta de partida para o lançamento inicial da pesquisa, que após a etapa de exploração foi adotada como **questão central**, e serviu como referencial para a condução da investigação, é a seguinte: **Que linhas de ação poderão ser adotadas para estimular a cooperação entre as FA e as FSS e otimizar o contributo do SIM, numa estratégia nacional de combate ao terrorismo?** Esta questão abre espaço a uma dinâmica de reflexão que abrangente no conteúdo, não se confina, de forma estrita, aos domínios militar e nacionais. Por isso, o trabalho reflete questões externas que, aos mais diversos níveis, são concorrentes para esta problemática.

Com a consciência de que a pergunta de partida é na realidade uma *vexata quaestio*, atendendo à sua complexidade, para auxiliar na resposta foram equacionadas as seguintes **perguntas derivadas** (PD):

PD1 – Quais as principais características dos agentes do terrorismo e que atividades terroristas decorrem e poderão medrar em Portugal?

PD2 – Qual a relevância das Informações no combate ao terrorismo?

PD3 – Quais as linhas de ação estratégicas para combate ao terrorismo adotadas pela OTAN, UE e Portugal?

PD4 – Quais as capacidades, potencialidades, lacunas e limitações do SIM?

PD5 – Quais os mecanismos de colaboração e cooperação entre as FA e as FSS nacionais no combate ao terrorismo?

Para edificação de respostas, seguiu-se a definição final do modelo de análise a adotar, através da elaboração das **hipóteses** orientadoras do estudo correspondentes, e que foram as seguintes:

Hipótese 1 – Os agentes do terrorismo são difusos, invisíveis e integrados em rede, e utilizam ou ameaçam utilizar a força letal de forma indiscriminada e ilegal, para coagir,

---

<sup>3</sup> Rutura, construção e verificação.

<sup>4</sup> Pergunta de partida, exploração, problemática, construção do modelo de análise, observação, análise da informação e conclusões.





causar medo e intimidar as populações alvo visando assim alcançar os seus objetivos. Portugal poderá ser utilizado como refúgio, local de passagem, fonte de recrutamento e, apesar de não ter sido um alvo prioritário do terrorismo, poderá constituir-se num alvo de oportunidade;

Hipótese 2 – Cabe às Informações identificar vulnerabilidades, avaliar as ameaças terroristas, e esclarecer ao máximo a situação, para apoiar as medidas defensivas e ofensivas a desenvolver para o seu combate;

Hipótese 3 – A OTAN e a UE dinamizaram bastante as suas estratégias de combate ao terrorismo após o 11 de setembro de 2001. Evidenciando-se o incremento na cooperação e a partilha de Informações, e as medidas diretas e indiretas de contraterrorismo. As linhas de ação estratégicas adotadas por Portugal são subsumíveis nas estratégias adotadas pela OTAN e pela UE. Destaca-se a participação das FA nas missões e cargos no estrangeiro, e o trabalho desenvolvido pelas FSS, procurando detetar e desarticular redes terroristas, seus apoios e motivações, e partilhando informação com agências congéneres amigas. As medidas antiterroristas nacionais resultam essencialmente da legislação e da estratégia preconizada pela UE e das avaliações de ameaça desenvolvidas pelo Serviço de Informações de Segurança (SIS), com o contributo das restantes FSS e FA;

Hipótese 4 – O SIM possui capacidades extremamente relevantes no âmbito da formação, pesquisa, *Human Intelligence* (HUMINT), Contrainformação (CI) e informação geoespacial. A experiência e os conhecimentos obtidos pelos militares no âmbito internacional também poderão ser muito úteis no combate ao terrorismo. As principais lacunas e limitações do SIM resultam da falta de regulamentação e da reduzida importância atribuída à necessidade um SIM eficaz, destacando-se as seguintes: elevada rotatividade e seleção menos cuidada dos militares em funções chave do SIM, inexistência de uma articulação funcional interna, comunicações limitadas, carência de meios humanos, materiais e financeiros;

Hipótese 5 – A coordenação de toda a atividade relacionada com a segurança interna, incluindo o terrorismo, é da responsabilidade do Secretário-Geral do SSI (SGSSI), destacando-se o papel das FSS. As FA também têm colaborado por intermédio de protocolos e de “arranjos” legais. Existem no entanto constrangimentos legais, de operacionalização, coordenação, integração e rentabilização das capacidades das FA e do SIM que importa ultrapassar. No âmbito externo, a cooperação é extremamente incipiente e deverá ser incrementada.



O processo de investigação prosseguiu para a verificação onde, recorrendo ao método dedutivo, se analisou informação decorrente de pesquisa bibliográfica diversa, relatórios, legislação e inquéritos por entrevista (anexos D e E). Através de uma comparação dos resultados esperados com os resultados obtidos obtiveram-se conclusões que, depois de devidamente incorporadas em matrizes de análise “SWOT”, permitiram responder à questão central.

Relativamente à **organização e conteúdo**, este relatório está organizado em seis partes estruturantes principais: introdução, quatro capítulos e conclusões.

Após a presente **introdução**, inicia-se o **primeiro capítulo**, “Terrorismo”, onde é feita uma classificação da ameaça terrorista e do fenómeno terrorista em Portugal. No decorrer do **segundo capítulo**, “Combate ao terrorismo”, resume-se o papel das Informações e o contributo da OTAN, da UE e de Portugal no combate ao terrorismo. No **terceiro capítulo**, “Análise ao SIM”, identifica-se a estrutura, capacidades, potencialidades, lacunas e limitações do SIM. O **quarto capítulo**, “Colaboração e cooperação entre as FA e as FSS”, escrutina as questões do contributo das FA para a segurança interna e os mecanismos de colaboração e cooperação entre as FA e as FSS nacionais no combate ao terrorismo. Finalmente, elencam-se as principais **conclusões** obtidas no estudo, verificam-se as hipóteses orientadoras e responde-se à questão central. A resposta materializa **propostas**, decorrentes da investigação, que se afiguram adequadas para promover a cooperação entre as FA e as FSS no combate ao terrorismo e inclui orientações específicas para otimizar o SIM.



## 1. Terrorismo

### a. A ameaça terrorista

No seu conceito clássico, a ameaça<sup>5</sup> precede a agressão. Quando esta ocorre, a ameaça considera-se ultrapassada. No entanto, enquanto não cessa essa agressão, o ameaçado está sempre sujeito a novas ameaças que podem ou não concretizar-se (Nogueira, 2005, p. 73). Por outro lado, esta perceção torna-se mais difícil quando é utilizada a coação psicológica. Por exemplo, a ação terrorista violenta causadora de vítimas, que normalmente visa a exploração do efeito psicológico de ameaça a um grupo maior, utiliza a agressão como instrumento de ameaça, e não a ameaça como precedente da agressão violenta.

A palavra “terrorismo” surgiu na língua francesa no ano de 1355 pelo monge Bersuire, e provém do termo em latim *terror*. Originalmente exprimia medo ou ansiedade extrema relativamente a uma ameaça mal definida e imprevisível, que tanto poderia estar vinculado às ações do Homem, como a causas da natureza (Monteiro, 2011, p. 22). Este vocábulo caracterizou-se pela sua polissemia ao longo da História. Após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA), observou-se o aparecimento fulminante do *terrorismo transnacional*, também denominado *terrorismo de novo tipo*, *hiperterrorismo*, *terrorismo catastrófico*, *terrorismo pós-moderno* ou *super-terrorismo* – em virtude da inovação das suas técnicas e táticas –, fundamentado numa ideologia radical e fundamentalista que se manifesta através do *jihadismo salafista*.

A definição de terrorismo utilizada pela OTAN, posteriormente adaptada pelo Exército Português (2012, p. B-23), descreve o terrorismo como a utilização ilegal, de forma efetiva ou potencial, da força ou violência contra pessoas ou bens, numa tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades, para atingir objetivos políticos, religiosos ou ideológicos. A definição proposta pelo *Department of Defense* dos EUA é muito semelhante a esta última, apenas diferindo na parte final, onde refere que as motivações do terrorismo poderão ser religiosas, políticas e ideológicas, visando normalmente objetivos políticos (USA, 2010, p. I-1).

É difícil encontrar uma definição consensual. No entanto, os seus atos podem enquadrar-se de acordo com o tipo de atuação: temos o terrorismo de Estado, que é dirigido por um indivíduo ou elite política para manter um determinado regime político; e o terrorismo revolucionário, que surge a partir de elementos de uma determinada população

---

<sup>5</sup> Ver anexo A.



(no caso do terrorismo internacional poderá ser da população mundial) para influenciar os atos do líder ou da elite política no poder, de forma a conseguir uma mudança política (Ferreira, 2006, pp. 39 - 44).

Para que se possa ir de encontro à delimitação preconizada para o objeto de estudo da investigação, irá adotar-se a definição proposta no *Global Terrorism Index Report*: “terrorismo é a ameaça de utilização ou uso efetivo de força e violência ilegais por um ator não-estatal para atingir um objetivo político, económico, religioso ou social através do medo, coerção ou intimidação”<sup>6</sup> (IEP, 2012, p. 8). Esta definição afasta deliberadamente o terrorismo de Estado, permitindo um estudo mais incisivo sobre adversários “dinâmicos, imprevisíveis, diversos, fluidos, em rede e em constante evolução” (Jenkins, 2004) que “exercem o terrorismo, [...] [e cujo] acesso fácil a tecnologias, a convergência das motivações religiosas, raciais e políticas, manipuladas profissionalmente, não apontam para que a época que se iniciou com o fim da guerra fria seja menos exigente do que foi aquela no que toca à segurança e à defesa desterritorializada” (Moreira, 2004, p. 33).

Os agentes da ameaça terrorista são de identificação difícil; normalmente financiam as suas ações com recurso a atividades criminosas e estreitam ligações com o crime organizado; por vezes contam com apoios de Estados párias ou outros simpatizantes; atuam no seio das populações que, em muitos casos, também lhes proporcionam apoio e servem como fonte de recrutamento. Ou seja, integram uma rede (física e digital) “de nós com vários graus de interdependência e onde cada indivíduo tem um peso específico resultante da sua autoridade, do seu poder e da sua influência” (Vieira, 2011).

Na última década, o número de incidentes e ataques terroristas com sucesso tem vindo a aumentar (em 2011, 91% dos ataques foram bem sucedidos), e apesar destes ocorrerem maioritariamente em contextos de conflito e em países com regimes políticos híbridos, a Europa Ocidental também tem sido alvo de ataques terroristas.<sup>7</sup>

Ainda que a Al Qaida e os grupos associados tenham dispersado as suas atividades violentas por várias regiões do mundo, nomeadamente Afeganistão/Paquistão, Médio Oriente/Iraque, Iémen, Magreb/Sahel e Corno de África, continuam com intenção de realizar atentados na Europa. Refira-se que este modelo de terrorismo tem demonstrado grande capacidade de resiliência e adaptação às medidas de segurança implementadas, e constitui-se como a principal ameaça terrorista na Europa (SIS, 2013).

---

<sup>6</sup> Tradução do autor.

<sup>7</sup> No período 2002-2011, registou 19 vezes mais incidentes do que a América do Norte (IEP, 2012).



Recordem-se também os atentados terroristas em Oslo (Noruega, 2011), Toulouse (França, 2012) e Burgas (Bulgária, 2012) que vieram focar a atenção nos problemas do extremismo político violento, no papel dos “lobos solitários”, e nos ataques a civis considerados “soft targets” (SSI, 2013, p. 278).

#### **b. O fenómeno terrorista em Portugal**

Após o 25 de abril de 1974, Portugal foi palco de uma intensa atividade terrorista. As sedes do Partido Comunista Português, a Embaixada de Cuba e o “Padre Max”<sup>8</sup> foram alvos privilegiados de “movimentos bombistas” de extrema-direita que pretendiam impossibilitar a instauração de um “regime socialista” (Pereira, 2004, p. 491). Após o 25 de novembro de 1975 estes movimentos cessaram as suas atividades. No período compreendido entre fevereiro de 1975 e abril de 1977 ocorreram ações que foram imputadas à “Rede Bombista do Norte” (Morgado, 2013). Entretanto, fruto das vitórias sucessivas de forças moderadas nas eleições (Partido Socialista e Partido Popular Democrático), surgiram as Forças Populares 25 de Abril, um movimento terrorista de extrema-esquerda “amparado” por elevadas taxas de desemprego e inflação em Portugal, que visava essencialmente empresários e latifundiários conotados com a direita, mas que também atacou elementos das Forças de Segurança (FSeg) (Pereira, 2004, pp. 491 e 492).<sup>9</sup> Este movimento viria a ser desmantelado no início dos anos 80.

A atividade de organizações internacionais também se fazia sentir em Portugal, recorde-se o atentado contra o embaixador de Israel em 13 de novembro de 1979; o assassinato do adido militar turco e da sua esposa pelo Exército Revolucionário Arménio em 07 de junho de 1982; o assassinato de Isam Sartawi<sup>10</sup> pela organização terrorista de Abu Nidal em 10 de abril de 1983 no Algarve, durante atividades da Internacional Socialista; e o assalto à Embaixada da Turquia em Lisboa em 27 de julho desse mesmo ano, por cinco elementos do Exército Revolucionário Arménio (Morgado, 2013).

O território português tem sido utilizado como ponto de passagem por criminosos e terroristas internacionais, no entanto a atividade terrorista só viria a merecer novo destaque alguns anos mais tarde, com a descoberta de bases de recuo da organização separatista basca *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA) e com algumas ameaças *jihadistas*. As redes transnacionais de crime organizado dedicadas ao tráfico de drogas utilizam o território

---

<sup>8</sup> Elemento do clero conotado com a extrema-esquerda.

<sup>9</sup> Atualmente existe em Portugal um baixo nível de crescimento económico e o desemprego tem vindo a aumentar, “fenómeno que, pela sua natureza, mina os alicerces da coesão nacional e que, quando ultrapassa determinada dimensão, pode ser gerador de conflitualidade e instabilidade social” (CEDN, 2013, VI.2.1.).

<sup>10</sup> Ativista palestino da Organização para a Libertação da Palestina.



nacional para abastecer países europeus (SSI, 2010, p. 32-34); continua a existir a possibilidade da ETA reutilizar Portugal como base de recuo ou de fuga de operacionais, ou como local de retaguarda para uma eventual reorganização operacional (SSI, 2012, p. 34), e da Resistência Galega (REGA) utilizar o Norte de Portugal como base de recuo (Pinto, 2013).

Em 11 de junho de 2004, na noite que antecedeu a cerimónia de inauguração do Euro 2004, foram capturados no Porto três membros da célula *Hofstad* que teriam planeado assassinar Durão Barroso em retaliação ao envio de forças para o Iraque (Nesser, 2005, pp. 10 e 19).<sup>11</sup> Em 19 de janeiro de 2008,<sup>12</sup> a *Guardia Civil* espanhola capturou 14 elementos (11 dos quais condenados) com ligações ao *Tehrik-i-Taliban Pakistan*, que estariam a planear um ataque no metro de Barcelona, mas que também tinham planeados ataques a estações de comboio, metro e autocarro, na Alemanha, França, Reino Unido e Portugal – todos estes países contribuintes com forças para a *International Security Assistance Force* (ISAF) no Afeganistão (Reinares, 2009). O RASI de 2010 veio confirmar que “Portugal não está imune ao desenvolvimento, no seu território, de actividades relacionadas com o terrorismo de matriz islamita. Entre outros factores, a presença de contingentes militares portugueses em zonas de conflito, como o Afeganistão, pode constituir um factor de motivação para casos de radicalização violenta de indivíduos ou para a selecção do nosso país como alvo de oportunidade para atentados” (SSI, 2011, p. 45).

Ainda assim, relativamente aos anos de 2011 e 2012, as avaliações apresentadas pelo SSI não apresentaram indícios de atentados contra alvos em Portugal.<sup>13</sup> No entanto esta situação rapidamente se pode alterar, em resultado de inúmeros fatores: posições políticas, vulnerabilidades nacionais,<sup>14</sup> motivações e objetivos da ameaça terrorista. O atual CEDN (2013, III.3.2.1), refere que “a liberdade de acesso e a identidade de Portugal como democracia ocidental podem tornar o país um alvo do terrorismo internacional”. A Al Qaida no Magreb Islâmico (AQMI), que tem vindo a aumentar a sua capacidade operacional e influência nas regiões do Magreb e do Sahel, é um dos grupos terroristas que

---

<sup>11</sup> O alerta foi dado pelos Serviços de Informações holandeses que também tinha enviado forças para o Iraque.

<sup>12</sup> No seguimento de informações do *Centro Nacional de Inteligência*, que por sua vez havia sido alertado pelos Serviços de Informações franceses.

<sup>13</sup> Veja-se o RASI de 2011 (SSI, 2012, p. 110) e o RASI de 2012 (SSI, 2013, p. 146).

<sup>14</sup> Desequilíbrios económico-financeiros e reduzida competitividade económica; elevada dependência externa em energia e alimentos; constrangimentos de ordenamento do território; insuficiências do sistema de justiça (CEDN, 2013, V.1.), entre outras. No âmbito da segurança interna o SGSSI adianta como “novas vulnerabilidades” as tecnologias, infraestruturas, interdependências, recursos energéticos, concentração urbana e mobilidade (Luís, 2012).



poderá visar o desenvolvimento de atividades em território nacional (SSI, 2012, p. 33).<sup>15</sup> A proliferação de armas de destruição massiva e a sua eventual posse por grupos terroristas, assim como a cibercriminalidade (cujos agentes poderão ser terroristas), são consideradas, no CEDN (2013, III.3.2.1), ameaças que podem colocar em causa a segurança nacional.

Mas ainda que Portugal sirva apenas como *santuário* e local de passagem, se as autoridades portuguesas não combaterem o terrorismo adequadamente, não estarão a fazer a sua quota-parte, e arriscam-se a um incremento de Serviços de Informações estrangeiros em território nacional para fazer o trabalho que lhes compete e, em ultimo caso, forças policiais e/ou militares estrangeiras para esse mesmo efeito.

A comunidade islâmica em território português – 50 a 60 mil pessoas (Pinto, 2013) – é maioritariamente proveniente das antigas províncias ultramarinas, no entanto tem vindo a aumentar com novos crentes provenientes da Índia, Bangladesh e Paquistão, e têm surgido locais de culto clandestinos (onde se suspeita que defendam visões extremistas do islão). Portugal tem sido utilizado para “lavagem” de dinheiro, falsificação de documentos e casamentos de conveniência (envolvendo essencialmente portuguesas com paquistaneses, indianos, e nigerianos para obtenção de cidadania europeia); os canais de imigração ilegal também já serviram para introduzir terroristas em território nacional (Kellen, 2013).

Para além de local de refúgio, de trânsito ou mesmo alvo de eventuais ataques, Portugal também poderá ser utilizado como fonte de recrutamento. A atividade dos grupos terroristas em diversos países europeus, Portugal inclusive, tem estado orientada para o recrutamento de jovens destinados a combater em regiões de conflito (SIS, 2013). Quando estes indivíduos regressam aos países de recrutamento, trazem conhecimentos e experiência no fabrico de explosivos e manuseamento de armas, técnicas e procedimentos paramilitares, que poderão contribuir para aumentar a capacidade das organizações terroristas no planeamento e execução de atentados, assim como para promoção da radicalização e recrutamento de novos elementos.

A Internet tem sido utilizada para difusão de propaganda jihadista, recrutamento, treino e comunicação. Em 2011, os Serviços de Informações detetaram na Internet os primeiros indícios relativos à dinâmica da radicalização e da adesão ao extremismo de matriz islamista (SSI, 2012, p. 111).

---

<sup>15</sup> Esta ameaça, que tem aproveitado o conflito tuaregue no Norte do Mali para controlar mais território, permaneceu latente em Portugal no ano de 2012 (SSI, 2013, p. 36).





## 2. Combate ao terrorismo

O combate ao terrorismo compreende ações defensivas, que visam reduzir os efeitos de ataques terroristas (antiterrorismo), e ações conducentes à prevenção, dissuasão e resposta ao terrorismo (contraterrorismo) (Exército Português, 2012, p. 2-11). O antiterrorismo visa reduzir a vulnerabilidade de pessoas e bens às ações terroristas e engloba medidas de caráter defensivo pró-ativas (avaliação da ameaça, planeamento, criação de recursos de emergência e treino) e reativas (gestão das consequências do incidente terrorista) (USA, 2010, p. vii). O contraterrorismo visa prevenir, dissuadir, antecipar e responder a ações terroristas e engloba diversas medidas ofensivas (Exército Português, 2012, p. 2-12), que podem incluir ações diretas contra redes, grupos e instalações terroristas, dentro e fora do território nacional, e ações indiretas, influenciando e tornando os ambientes globais e regionais inóspitos para as redes terroristas (USA, 2010, p. vii).

### a. O papel das Informações

*A razão por que o príncipe iluminado e o general sabedor vencem  
o inimigo sempre que se deslocam e os seus feitos ultrapassam os  
dos homens vulgares está na sua presciência.*

Sun Tzu (2002, p. 119)

Os Serviços/Centros/Divisões/Agências de Informações são fundamentais para identificar e avaliar vulnerabilidades, ameaças e oportunidades em cenários voláteis e complexos, alertar oportunamente e apoiar decisores.<sup>16</sup>

Perante uma ameaça terrorista, é fundamental possuir Informações precisas, oportunas e relevantes. Pois são estas que poderão identificar e avaliar as capacidades, planos, intenções, tendências emergentes, magnitude, modalidades de ação mais prováveis e mais perigosas e possíveis objetivos. Para além de pesquisa, processamento e exploração eficientes, a capacidade de organizar, armazenar (e rapidamente conseguir disponibilizar), “fundir”, e difundir essa informação são fundamentais (USA, 2010, p. III-1). Informações provenientes de um planeamento adequado, pró-ativas, sistemáticas e integradas por várias disciplinas das Informações – *Signals Intelligence* (SIGINT), *Geospatial Intelligence* (GEOINT), *Measurement and Signature Intelligence* (MASINT), HUMINT<sup>17</sup> e informação proveniente de fontes abertas – permitem o desenvolvimento de programas antiterroristas e contraterroristas eficazes.

---

<sup>16</sup> Ver apêndice 1.

<sup>17</sup> Neste âmbito destaca-se a “manobra de infiltração”, ou penetração, em células ou grupos terroristas para obtenção de informação privilegiada.





No âmbito antiterrorista, para apoio às medidas pró-ativas, os Sistemas de Informações efetuam análises às ameaças e análises de Informações, efetuam partilha de informação e compilam avaliações da criticidade e da vulnerabilidade de sistemas, subsistemas, complexos ou componentes,<sup>18</sup> para obterem uma avaliação da ameaça terrorista o mais completa possível (USA, 2010, p. III-4). No apoio às medidas reativas, ou seja na gestão da crise resultante de uma ação terrorista, os Sistemas de Informações efetuam recolha de informação, analisam-na, integram-na e difundem Informações para o Centro de Operações de Emergência/Gabinete de Gestão de Crises, ou outro órgão competente, contribuem para a formulação da intenção dos decisores e permitem tomadas de decisão mais fundamentadas.<sup>19</sup> Se o ataque terrorista ocorrer em território nacional, depois da força de resposta identificar claramente o tipo de incidente, será atribuída a responsabilidade pela gestão do mesmo à autoridade competente.

No âmbito contraterrorista, para apoio às ações diretas, as Informações procuram localizar os terroristas, e esclarecer o mais detalhadamente possível a situação, por forma a permitir uma operação militar (ou policial), no sentido de capturar ou eliminar elementos terroristas, anular *santuários*, destruir campos de treino e recursos e desarticular a estrutura de recrutamento e doutrinação (USA, 2009, p. I-9). Relativamente às ações indiretas, os Sistemas de Informações procuram identificar as motivações e apoios dos terroristas (desde ao nível estratégico ao tático, por atores estatais e não-estatais), para que possam ser efetuadas ações no sentido de as mitigar, apoiam outras entidades nacionais ou internacionais com informação relevante que os auxilie no combate a um adversário que é comum, detetam e monitorizam a aquisição e eventual proliferação de armas nucleares, biológicas, químicas, ou radiológicas (NBQR) (o que poderá originar a uma ação direta de interdição).

#### **b. A Organização do Tratado do Atlântico Norte, a União Europeia e o contributo Nacional no combate ao terrorismo**

Portugal está inserido em organizações extremamente relevantes no panorama internacional (em especial a OTAN e a UE), que condicionam significativamente a suas estratégias de segurança e defesa. O combate ao terrorismo não é exceção.

Os ataques de 11 de setembro de 2001 geraram profundas alterações na forma de combate ao terrorismo pela OTAN<sup>20</sup>. Foi aprovado o MC 472, que expressa o Conceito Militar da OTAN para a defesa contra o terrorismo (NATO, 2011), e já está em vigor um

---

<sup>18</sup> Aeroporto, porto, central elétrica, oleoduto, aeronave, navio, residência, entre muitos outros.

<sup>19</sup> As definições de “crise”, “informação” e “Informações”, estão disponíveis no anexo A.

<sup>20</sup> Ver anexo B.



novo Conceito Estratégico da OTAN; concomitantemente implementaram, entre outros, o Programa de Ciência para a Paz e Segurança e o Programa de Defesa Contra o Terrorismo, que vêm reforçar o seu empenhamento no combate ao terrorismo.

A Operação *Active Endeavour* é, até à data, a única operação de contraterrorismo no âmbito do artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte. Visa detetar, dissuadir, defender, e proteger contra a atividade terrorista no Mediterrâneo. Outro dos seus objetivos consiste em apoiar a *Proliferation Security Initiative*, impedindo o trânsito ilícito de pessoas, materiais e tecnologias passíveis de serem utilizados no desenvolvimento e produção de armas de destruição massiva, assim como de sistemas de lançamento a elas associados.

No entanto, o principal esforço militar da OTAN tem vindo a desenvolver-se na República Islâmica do Afeganistão com a ISAF. Esta operação visa reduzir a capacidade e a vontade dos Talibãs, e organizações terroristas apoiantes, que utilizavam o território do Afeganistão como *santuário* e base de treino terrorista. Para alcançar tal desiderato também é prestado apoio e formação às *Afghan National Security Forces*, apoio à população e ao atual Governo. Pode assim inferir-se que as atividades da ISAF constituem ações indiretas de contraterrorismo, pois influenciam e tornam o ambiente no Afeganistão inóspito para as redes terroristas. As ações diretas de contraterrorismo no Afeganistão e em outros locais do mundo têm sido lideradas pelos EUA com a *Operation Enduring Freedom* (OEF).<sup>21</sup>

As forças da OTAN que têm estado presentes nos Balcãs também têm desenvolvido ações indiretas de contraterrorismo, destacando-se o apoio na segurança fronteiriça e todas as ações conducentes à inviabilização do trânsito ilegal de pessoas, armas e drogas, limitando deste modo importantes fontes de financiamento do terrorismo. Os grandes eventos públicos em países aliados que possam chamar a atenção de terroristas também contam com o apoio da OTAN. Qualquer país-membro que o solicite poderá contar com *Airborne Early Warning and Control Aircrafts* (AWACS) e elementos de defesa NBQR, entre outras capacidades.

Toda a estratégia de combate ao terrorismo da OTAN se apoia em Informações: a proteção da força está intimamente ligada às avaliações da ameaça apresentadas pelos Sistemas de Informações; o antiterrorismo implica a identificação de vulnerabilidades e

---

<sup>21</sup> As FA portuguesas contribuíram para a OEF por intermédio da Força Marítima Europeia (Euromarfor), na Operação *Coherent Behaviour* (2002, no Mediterrâneo Oriental), na Operação *Resolute Behaviour* (2003-2005, no Oceano Índico) e com uma equipa sanitária e um destacamento de C-130 (2002, durante três e quatro meses respetivamente, no Afeganistão).



partilha de Informações; a gestão de consequências envolve recolha de notícias<sup>22</sup> e informação e processamento das mesmas; para um contraterrorismo eficaz as Informações são fundamentais, muitas das operações ao nível tático são mesmo “*intell driven*”. Em 2007 foi criado o *Intelligence Fusion Centre* (IFC),<sup>23</sup> com a missão apoiar o *Supreme Allied Commander Europe* (SACEUR) e os comandantes subordinados do *Allied Command Operations* (ACO), providenciando-lhes Informações que permitam desenvolver planos e executar operações (NATO, 2012a). Em 2010 foi criada a Divisão de *Emerging Security Challenges* criada no Quartel-General da OTAN, que veio dar ênfase à cooperação entre as componentes civis e militares (NATO, 2012b). A necessidade de intensificar o intercâmbio de dados e Informações com outras organizações internacionais e Parceiros reflete-se, por exemplo, no Plano de Ação da Parceria contra o Terrorismo (*Partnership Action Plan against Terrorism*) que, entre outras questões, se concentra em intensificar a consulta e partilha de dados e a partilha de Informações com a Organização das Nações Unidas (ONU) (em especial com o comité de Contraterrorismo da ONU), a UE, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a Organização para a Proibição de Armas Químicas (NATO, 2012c).

O Estado português tem acompanhado o esforço da OTAN, fundamentalmente com recurso às suas FA.

Portugal participa na Operação *Active Endeavour* com unidades navais desde novembro de 2001, inicialmente no Mediterrâneo Oriental e posteriormente estendida até ao Estreito de Gibraltar. Os meios aeronavais portugueses concentram os esforços na vigilância e monitorização de atividades marítimas em particular nas rotas de aproximação ao Canal do Suez, área leste de Chipre, entrada do mar Egeu e sul da Sicília. Também realizam ações de vistoria para averiguar a legalidade da carga, pessoal transportado e atividade exercida pelos navios vistoriados. Em abril de 2003 a Força Aérea Portuguesa (FAP) começou a participar nesta operação com aeronaves P3-P e mais recentemente com o Lockheed P-3C CUP+ ORION. As aeronaves portuguesas têm efetuado o patrulhamento das principais rotas comerciais do Mediterrâneo e investigado navios, contribuindo para a clarificação do panorama de superfície compilado pelo E-3A AWACS no Mediterrâneo (FAP, 2013).

A participação militar portuguesa na ISAF iniciou-se em 2004 com elementos da FAP, e a partir de 2005, durante três anos, com uma *Task Force* do Exército Português

---

<sup>22</sup> Ver anexo A.

<sup>23</sup> Atualmente designado “*NATO Intelligence Fusion Centre*” (NIFC).



(cerca de 150 militares), que materializava a *Quick Reaction Force (QRF)* do Comandante da ISAF. A QRF desempenhava um leque vastíssimo de tarefas, desde a vigilância e patrulhamento de áreas atribuídas, escoltas, segurança no âmbito da destruição de droga, até ações diretas de contrassubversão, entre outras, em qualquer região do Afeganistão. Nos anos que se seguiram, a participação das FA tem estado maioritariamente ligada à formação e à segurança e controlo do aeroporto internacional de Kaia. À semelhança da própria ISAF, as forças portuguesas não estavam envolvidas em ações diretas de contraterrorismo, no entanto têm contribuído para o esforço da ISAF, materializando-se as suas atividades em ações de antiterrorismo e ações indiretas de contraterrorismo.

O mesmo se diga aliás, em relação às missões desenvolvidas pelas FA portuguesas nos Balcãs. A Marinha participou com forças de fuzileiros, a FAP com destacamentos de Controlo Aéreo-Tático e o Exército, que tem desempenhado o papel de destaque na Bósnia e no Kosovo, tem participado com unidades de escalão Batalhão em missões que incluem, vigilância de fronteiras, apoio na luta ao crime organizado, controlo de itinerários, patrulhamentos, estabelecimento de postos de controlo, operações de cerco e busca, operações de segurança, entre outras.

Atendendo à tipologia de ameaças presente nos atuais conflitos, e onde o terrorismo é particularmente ativo, a projeção das Células de Informações Militares (CIM) do CISMIL para os TO a partir de 2010 permitiu um maior apoio à proteção da força, um maior *situational awareness* e um maior apoio às CJTF (Bento, 2012). As Informações obtidas pelas CIM permitem apoiar medidas antiterroristas e medidas contraterroristas das nossas forças e de forças aliadas, sendo ainda partilhadas com as FSS nacionais que delas necessitem.

As FA também têm contribuído com o preenchimento de cargos na estrutura da OTAN em áreas extremamente relevantes no combate ao terrorismo (NIFC, *Allied Command Counterintelligence (ACCI)*, *Combined Joint Staff Branch for Intelligence (CJ2)* e Divisão *Counter-Improvised Explosive Device (C-IED)* da ISAF, entre outras). A cooperação-técnico militar tem sido outra medida importante, contribuindo para que os países visados possam combater o terrorismo de modo mais eficaz e eficiente.

Foi também após o 11 de setembro de 2001, com a descoberta de células da Al Qaida na Europa e na sequência dos atentados em Madrid (2004) e Londres (2005), que as iniciativas para combater o terrorismo registaram um forte impulso na UE<sup>24</sup>. Em 2005 a UE

---

<sup>24</sup> Ver anexo C.



adotou uma estratégia antiterrorista articulada em torno das seguintes vertentes: prevenção, proteção, perseguição e resposta. Observou-se uma melhoria significativa na cooperação (em especial no âmbito das Informações) entre as autoridades policiais, judiciais e Serviços de Informações dos 27 Estados-Membros, a Agência Europeia de Defesa (AED) e outros países (de onde se destacam os EUA) e organizações (especial relevo para a OTAN). Entre outras medidas, a UE adotou uma definição comum de terrorismo e uma lista comum de grupos terroristas, um mandato de detenção da UE, ferramentas avançadas para conter o financiamento do terrorismo, para reforçar os controlos nas fronteiras externas da UE e melhorar a segurança da aviação (Archick, 2012, p. 1).

Em conformidade com o artigo 42.º do Tratado da UE (TUE), no âmbito da política comum de segurança e defesa, que garante à UE uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares e, à semelhança da OTAN, auxílio e assistência mútua em caso de agressão armada, as bases de dados militares têm sido constantemente atualizadas, e a AED, em coordenação com a OTAN, tem contribuído para o combate ao terrorismo.<sup>25</sup>

Relativamente a operações da UE, as FA portuguesas têm participado na Operação Atlanta por intermédio da Força Naval da União Europeia (EU NAVFOR), no combate à pirataria ao largo da Somália; desde 2010, na *European Union Training Mission* (EUTM) na Somália, fornecendo treino militar (combate em áreas edificadas e, desde 2013, formação de formadores) a elementos das FA da Somália, no Uganda, com o objetivo de reforçar o Governo Nacional da Somália, contribuindo para a estabilização do país e para a prevenção do terrorismo (MDN, 2013). A partir de agosto de 2013, participará na EUTM no Mali, para formar *Snipers*, contribuindo para capacitar as FA Malianas na restauração da integridade territorial do país (incluindo a neutralização de ameaças terroristas e o crime organizado) (EMGFA, 2013).

Para além dos exemplos referidos, quer as FA, quer as FSS, em especial a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP), têm vindo a participar em muitas mais organizações e missões internacionais no âmbito da segurança, que materializam ações indiretas de contraterrorismo.

No âmbito das Informações, as FA, por intermédio do CISMIL, e as FSS, cooperam no plano internacional – ONU, UE e OTAN – e no plano bilateral, em especial para o terrorismo de inspiração islamista; de relevar também a partilha de Informações com as

---

<sup>25</sup> Para evitar duplicações, a título exemplificativo, relativamente à proteção contra as ameaças NBQR, a Agência tem focado a sua atenção nas ameaças biológicas e a OTAN nas ameaças químicas (Laasme, 2010).



autoridades espanholas relativamente à ETA (SSI, 2012, p. 111).

A legislação e a estratégia antiterrorista adotadas pela UE têm sido o referencial de Portugal para o combate ao terrorismo no âmbito interno, e está presente em diversos diplomas legais. Na tabela n.º 1 apresentam-se as mais relevantes.

Tabela n.º 1 – Legislação nacional no âmbito do combate ao terrorismo

Legislação	Descritivo
<b>Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de Combate ao Terrorismo)</b>	Tem como objeto, conforme descrito no artigo 1.º, “a previsão e a punição dos actos e organizações terroristas, em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI [Justiça e Assuntos Internos], do Conselho, de 13 de Junho, relativa à luta contra o terrorismo”. O diploma reflete as determinações da Decisão Quadro, relativamente à conceção do que se deve entender por organizações terroristas (e equiparadas) e por terrorismo; prevê a responsabilidade criminal e as penas aplicáveis a pessoas coletivas (e equiparadas) (não excluindo as responsabilidades individuais dos respetivos agentes). Esta lei prevê no seu artigo 5.º uma previsão e uma punibilidade própria para o terrorismo internacional, “reforçando a ideia de que o terrorismo não admite fronteiras, é transnacional e polimórfico nas suas manifestações” (Portela, 2009, p. 492).
<b>Lei n.º 25/2008, de 05 de maio</b>	Tal como descrito no seu artigo 1.º, “estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo e transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas n.os 2005/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro, e 2006/70/CE, da Comissão, de 1 de Agosto, relativas à prevenção da utilização do sistema financeiro e das atividades e profissões especialmente designadas para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.”
<b>Decreto do Presidente da República n.º 49/2011, de 06 de maio</b>	Tal como refere o seu artigo 1.º, “ratifica o Protocolo contra o Fabrico e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Suas Partes, Componentes e Munições, Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, adoptado em Nova Iorque em 31 de Maio de 2001”. A PSP foi designada como o organismo nacional encarregue de assegurar a ligação com os Estados Partes.
<b>Lei n.º 17/2011, de 03 de maio</b>	Vem criminalizar o incitamento público à prática de infrações terroristas, assim como o recrutamento e o treino para o terrorismo, dando cumprimento à Decisão-Quadro n.º 2008/919/JAI, do Conselho, que altera a Decisão-Quadro n.º 2002/475/JAI, relativa à luta contra o terrorismo, e procede à terceira alteração da Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto.
<b>Resolução da Assembleia da República n.º 128/2011, de 31 de agosto</b>	Aprova o acordo entre a Portugal e os EUA para reforçar a cooperação no domínio da prevenção e do combate ao crime, em particular o terrorismo.

Para além dum suporte legal adequado e da cooperação internacional, o combate ao terrorismo deve integrar todas as dimensões da segurança e defesa de um país. As entidades portuguesas com um papel mais ativo no âmbito interno são o SIS e a Polícia Judiciária (PJ).

Em território nacional é o SIS que está incumbido de produzir Informações





relacionadas com o combate ao terrorismo<sup>26</sup>. Para tal, o seu departamento de contraterrorismo (colocado na dependência direta do Diretor do SIS) segue as orientações do Governo português e as da UE (Pinto, 2013). Para prevenir os fenómenos que estão na génese da atividade terrorista,<sup>27</sup> produz Informações prospetivas. Para proteger a segurança de pessoas, infraestruturas e sistemas eletrónicos de informação, produz avaliações de ameaça que permitem a redução de vulnerabilidades.<sup>28</sup> Para perseguir as atividades das redes terroristas e das estruturas de treino, deteta: indícios de planeamento e de preparação de atentados terroristas; de formação de células terroristas locais, ou de presença de elementos de grupos terroristas em território nacional; indivíduos e organizações que atuem no domínio do apoio logístico e do financiamento ao terrorismo; atividades que configurem a utilização de Portugal como local para aquisição de materiais para o fabrico de armas NBQR; e coopera com Serviços de Informações de outros países para identificar ligações de redes terroristas em território nacional. Para responder, após a ocorrência de um atentado, produz avaliações de ameaça tendentes a evitar novos atentados no período imediatamente após o primeiro incidente terrorista e contribui para garantir a coordenação da resposta (SIS, 2013).

De acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 48/2008, de 27 de agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal), a investigação dos crimes de terrorismo e de organizações terroristas é da exclusiva competência da PJ.

Para além do SIS e da PJ, o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a GNR, a PSP, a Autoridade Marítima (AM), o recém-criado Serviço de Policiamento Aéreo<sup>29</sup> (SPA) (com os meios da FAP)<sup>30</sup>, as FA, e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), também têm papéis extremamente importantes e capacidades<sup>31</sup> que têm sido rentabilizadas e integradas no combate ao terrorismo. No caso das FA, têm efetuado missões de vigilância, patrulhamento, seguimento e abordagem de embarcações (suspeitas de tráfico de droga, ou transportando pessoas ilegalmente), interceção de aeronaves, localização de alvos, presença dissuasora e segurança em eventos importantes e de risco<sup>32</sup> elevado, entre outros. A missão da ANPC é mais relevante no âmbito das medidas reativas, gerindo as consequências de um eventual

---

<sup>26</sup> Ver apêndice 2.

<sup>27</sup> Recrutamento, radicalização e treino.

<sup>28</sup> Procedimentos dos grupos terroristas para a recolha de informação, para seleção de alvos e sobre os meios técnicos que utilizam.

<sup>29</sup> Artigo 5.º da Lei n.º 28/2013, de 12 de abril.

<sup>30</sup> Artigo 12.º da Lei n.º 28/2013, de 12 de abril.

<sup>31</sup> Ver tabelas n.º 2 e n.º 3.

<sup>32</sup> Ver anexo A.



incidente terrorista.

De salientar também que existem diversos cursos no âmbito civil e militar vocacionados para o combate ao terrorismo.

**Tabela n.º 2 – Capacidades das Forças Armadas relevantes no âmbito do combate ao terrorismo**

Fonte: Sistema de Forças Nacional (2004)<sup>33</sup>

FA	Capacidades
<b>EMGFA</b>	Comando e controlo e produção de Informações militares.
<b>Marinha</b>	Submarina, projeção de forças, oceânica de superfície, vigilância, controlo e fiscalização marítima, facultar o exercício da autoridade marítima no âmbito próprio.
<b>Exército</b>	Informações, vigilância e reconhecimento, reação rápida, de apoio geral (incluindo defesa de áreas e pontos sensíveis), sobrevivência e proteção da força (incluindo nuclear, biológica, química, ou radiológica – NBQR), execução de outras missões de interesse público.
<b>Força Aérea</b>	Sistemas de comunicações e de informação, vigilância e controlo do espaço aéreo, defesa aérea e de policiamento, operações aéreas contra forças de superfície em ambiente terrestre, marítimo e subsuperfície, transporte aéreo (incluindo evacuação sanitária), projeção de forças, proteção de forças, vigilância e fiscalização, fotografia aérea e geofísica.

**Tabela n.º 3 – Capacidades das Forças e Serviços de Segurança relevantes no âmbito do combate ao terrorismo**

FSS	Capacidades
<b>SIS</b>	Produção de Informações no âmbito interno.
<b>SIED</b>	Produção de Informações no âmbito externo (inclusivé Informações relativas a ameaças terroristas externas à segurança interna).
<b>SEF</b>	Vigilância e fiscalização nos postos de fronteira, controle e fiscalização da permanência e atividades dos estrangeiros em todo o território nacional, investigação dos crimes de auxílio à imigração ilegal, gestão e comunicação de dados relativos à parte nacional do Sistema de Informação Schengen (NSIS) e de outros sistemas de informação comuns aos Estados membros da UE no âmbito do controlo da circulação de pessoas (Kellen, 2013).
<b>PJ</b>	Tem na sua estrutura a Unidade Nacional Contraterrorismo (UNCT), e esta tem competências em matéria de prevenção, deteção, investigação criminal e coadjuvação das autoridades judiciais relativamente a diversos crimes, entre os quais, organizações terroristas e terrorismo (PJ, 2013).
<b>GNR</b>	Investigação criminal, policial, vigilância (possui, inclusive, o Sistema Integrado de Vigilância da Costa (SIVIC) em Ferragudo e Alcântara), patrulhamento e interceção terrestre e costeiro, proteção e segurança, fiscal e aduaneira, resolução e gestão de incidentes críticos, proteção e socorro.
<b>PSP</b>	Investigação criminal, policial, vigilância, patrulhamento, proteção e segurança.
<b>Polícia Marítima (PM)</b>	Investigação criminal (incluindo mergulho forense e da investigação criminal subaquática), policial e vigilância do litoral.

<sup>33</sup> Para uma análise mais aprofundada das capacidades apresentadas e do seu papel no combate ao terrorismo terá que ser consultado o documento em referência. Apenas disponível para entidades com credenciação adequada, em virtude do mesmo ser CONFIDENCIAL.



### 3. Análise ao Sistema de Informações Militares

*O sucesso das missões prioritárias exige, também, um sistema de informações qualificado orientado para o apoio das operações militares.*

CEDN (2013, VI.1.4.6.)

#### a. Estrutura e capacidades de Informações das Forças Armadas

##### (1) Centro de Informações e Segurança Militares

O Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro, veio preencher uma lacuna há muito constatada, e criou o CISMIL, incluído na estrutura orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), a fim de permitir às FA otimizar as respetivas atividades de nível operacional e estratégico-militar, cabendo-lhe a produção das Informações necessárias ao cumprimento das missões específicas das FA e à garantia da Segurança militar.<sup>34</sup> As Informações de nível tático encontram-se omissas no novo quadro legal.

O CISMIL é dirigido por um Contra-almirante ou Major-general, e a sua estrutura é a que se apresenta na figura n.º 1.



Figura n.º 1 – Estrutura do Centro de Informações e Segurança Militares

Fonte: Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro

Entre outras, o CISMIL possui as seguintes atribuições: promover, de forma sistemática, a pesquisa, a análise, o processamento de notícias, a difusão e arquivo das Informações produzidas; dirigir as CIM; colaborar na definição da doutrina militar conjunta e combinada nos vários domínios da sua área específica; orientar a instrução de Informações nas FA; dirigir, recolher, processar e disseminar a informação geoespacial de natureza conjunta; coordenar as atividades dos adidos de defesa; assegurar e participar na representação nacional nos organismos nacionais e internacionais, no âmbito das Informações Militares.<sup>35</sup>

<sup>34</sup> Artigo 28.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro.

<sup>35</sup> Artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro.



(2) Ramos

Na **Marinha**, as Informações são parte integrante da Divisão de Planeamento do Estado-Maior da Armada (EMA) e do Centro de Gestão e Análise de Dados Operacionais (CADOP). O CADOP tem como missão assegurar aos comandos e às forças e unidades em operações, o apoio necessário à gestão da informação e do conhecimento, no âmbito da superioridade de informação e de decisão.<sup>36</sup> Assume-se como órgão fundamental para o planeamento, pesquisa, direção, análise, produção, validação e disseminação de dados operacionais para apoio aos elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças e, complementarmente, apoiar e ser apoiado no desenvolvimento de atividades com órgãos regulados por legislação própria, designadamente a Direção-Geral da AM/Comando-Geral da PM e o Instituto Hidrográfico (IH).

No **Exército**, é na Divisão de Segurança e Cooperação Militar do Estado-Maior do Exército, mais precisamente na Repartição de Informações e Segurança Militar, que se efetua o apoio de estado-maior no planeamento de médio e longo prazo no âmbito das Informações. A produção de Informações é responsabilidade do Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército (CSMIE).<sup>37</sup> O Comandante do CSMIE é também o Comandante do Batalhão de *Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance*<sup>38</sup> (ISTAR). O Comando das Forças Terrestres tem na sua estrutura a Repartição de Informações e Segurança (REPINFSEG), esta tem como principais tarefas o planeamento para apoio à decisão e a coordenação no âmbito das Informações.

Na **FAP**, existe a função de “Adjunto para as Informações” na Repartição de Operações da Divisão de Operações<sup>39</sup>. O Comando Aéreo (CA) tem na sua estrutura a Repartição de Informações Militares (REPINFOMIL), esta tem como missão providenciar Informações adequadas e oportunas para a tomada de decisão do Comandante, bem como para o planeamento e execução das Operações Aéreas. Esta Repartição possui uma Secção de Planos, Treino e Exercícios; uma Secção de Análise, Produção e Disseminação; uma Secção de Segurança e CI; e uma secção de Informações Operacionais (relativa ao conhecimento sobre sistemas de armas e ao seu emprego).

Os Ramos possuem capacidades de pesquisa que têm sido muito úteis, não só para

---

<sup>36</sup> N.º 4 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 233/2009, de 15 de setembro (Lei Orgânica da Marinha – LOMAR).

<sup>37</sup> Alteração resultante do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro (Lei Orgânica do Exército – LOE).

<sup>38</sup> O levantamento deste Batalhão não tem sido uma prioridade, pois ainda não possui grande parte das suas valências.

<sup>39</sup> Situação decorrente do Decreto-Lei n.º 232/2009, de 15 de setembro de 2009 (Lei Orgânica da Força Aérea – LOFA), e do Despacho de 18 de dezembro de 2009 do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.



as FA, mas também para as FSS, e cuja rentabilização poderá ser incrementada. Na tabela n.º 4 apresentam-se os órgãos de pesquisa mais relevantes.

Tabela n.º 4 – Órgãos de Pesquisa de Informação dos Ramos das Forças Armadas

Ramo	Órgãos principais de pesquisa de Informação
<b>Marinha</b>	Navios da Classe Vasco da Gama e submarinos. Possuem capacidade de Guerra Eletrónica, e alguma capacidade adicional de SIGINT, mais especificamente Informações Eletrónicas (Electronic Intelligence – ELINT) e existem também algumas capacidades nos navios em termos de Informações no âmbito do HUMINT (quando estacionados em portos) e Informações por imagens (Imagery Intelligence – IMINT).
<b>Exército</b>	Para além do CSMIE e do Batalhão ISTAR, as unidades de Exército são, na sua generalidade, todas elas órgãos de pesquisa ou de produção de informação. No entanto, destacam-se ainda pela sua missão o Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), a Companhia de Guerra Eletrónica e a secção de Meteorologia da Bateria de Aquisição de Objetivos.
<b>Força Aérea</b>	Aeronaves, com especial destaque para os Lockheed P-3C CUP+ ORION, os EADS C-295M com a configuração para vigilância marítima (VIMAR) e os Lockheed Martin F-16 MLU. De realçar ainda a importância do Centro de Informação Meteorológica da Força Aérea (CIMFA), na dependência do CA, e uma Equipa de Interrogadores de Prisioneiros de Guerra. Toda a informação recolhida é concentrada e processada na REPINFOMIL, sendo posteriormente as Informações difundidas para o escalão superior e às esquadras sempre que sejam necessárias para o cumprimento das suas missões.
<b>Nota:</b>  De referir ainda as capacidades de pesquisa (inclusive encoberta) ou de ações diretas de contraterrorismo das Forças de Operações Especiais (Rangers do Exército e Destacamento de Ações Especiais (DAE) da Marinha), devido aos equipamentos, apetências e treino do pessoal, permitindo a sua utilização em ambientes extremamente adversos.	

#### b. Potencialidades, lacunas e limitações do Sistema de Informações Militar

Em termos doutrinários, podemos afirmar que um SIM deve englobar as organizações, processos e sistemas interligados de órgãos de pesquisa, bases de dados, aplicações, produtores e utilizadores de Informações (EME, 2009, p. 5-1).

Para tecer considerações relativamente às potencialidades, lacunas e limitações do SIM português, iremos apoiar-nos nas funções da gestão, nomeadamente o planeamento, a organização, a direção e o controlo.

No âmbito do **planeamento**, o CISMIL não recebe muitas orientações do Ministério da Defesa Nacional (MDN) ou do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), exceto no caso específico das CIM.<sup>40</sup> Como tal os objetivos são

<sup>40</sup> O Coronel Bento (2012) adianta que “as orientações provêm normalmente do Conselho de Chefes ou do CEMGFA, mas não têm existido muitas solicitações para além preparação de visitas a TO ou a África por parte do MDN ou do CEMGFA.” Seria conveniente “uma orientação do esforço de pesquisa mais



definidos essencialmente de acordo com os *Strategic Intelligence Requirements* (SIR), ou os *Priority Intelligence Requirements* (PIR) da OTAN, ou as solicitações do *Global Overview* da UE (Bento, 2012). Ao nível dos Ramos, os objetivos são definidos de acordo com prioridades próprias, sem que exista uma estratégia comum e renegando o princípio da primazia<sup>41</sup> do SIM.

Não existe doutrina de Informações nacional conjunta (que envolva os três Ramos). Este aspeto resulta essencialmente da falta de pessoal no CISMIL<sup>42</sup> (em especial apoio jurídico), e do facto de a Marinha e a FAP considerarem que a doutrina OTAN preenche os requisitos nacionais, não se justificando portanto elaborar doutrina exclusivamente nacional. No entendimento do Coronel Dias Bento (2012), Chefe da Repartição de Planeamento do CISMIL, este argumento “não é válido, uma vez que o Governo considerou como área de interesse o espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [CPLP] e aí não pode ser utilizada a doutrina NATO.” A inexistência de doutrina militar de Informações nacional reflete-se nos procedimentos operacionais e técnicos (a atualização do SEGMIL<sup>43</sup> é a mais premente), e tem consequências na formação.

Em termos de **organização** depara-se com enormes limitações, aguarda-se que “legislação própria” (em principio uma Portaria ou um Decreto Regulamentar), a que se refere o n.º 2 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro, esclareça como é que se poderá articular.<sup>44</sup>

Esta carestia legislativa procede numa escassez de recursos humanos (civis e militares) e inviabiliza o preparo de *job descriptions* condizentes com as novas atribuições do CISMIL, pois o Quadro Orgânico de Pessoal em vigor ainda é o de 1993 (Bento, 2012).

A gestão do pessoal nas FA resulta numa das principais lacunas do SIM. Nas FA existem diversos cursos específicos no âmbito das Informações, de onde se destacam os cursos de Interrogadores de Prisioneiros de Guerra, Operações de HUMINT<sup>45</sup> e Segurança

---

pragmática, que, no caso específico das CIM, não tem tido quaisquer problemas” (Jerónimo, 2012).

<sup>41</sup> Ver apêndice 1.

<sup>42</sup> O CISMIL é a entidade responsável pelo processo de ratificação dos *Standardization Agreements* (STANAG) conjuntos no âmbito das Informações, incluindo a informação Geoespacial e a Segurança Militar (Bento, 2012).

<sup>43</sup> Documento que define um conjunto de normas e procedimentos a adotar no âmbito da segurança militar.

<sup>44</sup> Esta situação tem vindo a arrastar-se no tempo, apesar de também ter sido enviada em 2010 uma proposta do CISMIL para o MDN, por intermédio do EMGFA, para regulamentar a referida lei.

<sup>45</sup> “A formação do pessoal em áreas como o HUMINT parece ser de qualidade, a título de exemplo refira-se o convite que foi formulado pelo *Supreme Headquarters Allied Powers Europe* (SHAPE) para que Portugal forneça uma equipa de HUMINT/CI no QG da ISAF ou os cargos de direção que nos são oferecidos no



Militar. Porém, surgem entraves frequentes à disponibilização de militares com a formação adequada por parte dos Ramos, “o CISMIL, em muitos dos casos, não é uma prioridade”, recorrendo-se “à escola NATO e às relações bilaterais com os EUA e a seminários para obter mais formação” (Jerónimo, 2012). Problema acrescido pela inexistência de cursos de analistas nas FA. Além do mais, há cargos extremamente importantes, em organizações como a OTAN e a UE, nomeadamente, no NIFC, no *International Military Staff* (IMS) e no ACCI, entre outros, que exigem pessoal especializado, com formação na área das Informações. No entanto, a sua nomeação normalmente obedece a outros critérios. O mesmo se diga em relação aos adidos de defesa portugueses, que poderiam ser uma mais-valia para o SIM, mas “o processo de preenchimento daqueles cargos não considera necessária a formação nem a experiência na área das Informações, assim sendo, só por mero acaso é que a participação destes importantes elementos é válida” (Bento, 2012).

Não existe uma hierarquia funcional entre o CISMIL e os Ramos, nem qualquer envolvimento em termos financeiros por parte do EMGFA. O que obsta o envolvimento de todas as capacidades existentes na estrutura das FA, embargando a pesquisa de informação durante os movimentos normais daqueles meios e abjurando os princípios da oportunidade e do controlo centralizado das Informações. O Tenente-general Jerónimo (2012) considera que a “tutela funcional tem de se tornar efetiva, através da implementação de regulamentação adequada, permitindo a coordenação e o estabelecimento de orientações e prioridades”. Já o Coronel Bento (2012), apesar de concordar que “o ideal seria a sua introdução nas Lei Orgânicas dos Ramos”, adianta outra hipótese: contornar este “vazio legal” por intermédio de planos anuais que permitissem esta articulação a aprovar em Conselho de Chefes. A regulamentação da tutela funcional entre o CISMIL e o IGeoE, o CIMFA e o IH também seria conveniente, já que a ligação atual apenas resulta de boas relações pessoais (Bento, 2012).

A falta de recursos materiais e financeiros constituem outra limitação ao cabal funcionamento do CISMIL, designadamente no que diz respeito à participação em reuniões e cursos no estrangeiro, à realização de visitas/inspeções de caráter funcional, etc. (Jerónimo, 2012).

No que refere à **direção**, constatou-se que os militares nomeados para funções de chefia/direção no SIM nem sempre estão sensibilizados para a área das Informações, não têm formação específica e/ou nunca trabalharam estas matérias, acresce a isto a dificuldade



inerente à rotatividade de funções nas FA, que por norma ocorre em cada dois anos.<sup>46</sup>

Embora no CISMIL sejam introduzidos fatores motivacionais nos militares que lá prestam serviço (formações e exercícios no estrangeiro e integração nas CIM), o facto de as Informações não serem um Serviço ou Área funcional própria, previstos no sistema de formação e contemplados na gestão do pessoal, induz a um parco reconhecimento dos Ramos pelos militares que se dedicam a esta área.

O *Battlefield Information Collection and Exploitation System* (BICES)<sup>47</sup> é o principal meio de comunicação de informação utilizado pelo CISMIL. Este sistema pode ser utilizado pelos Ramos e pelos Serviços do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) através *Secret Wide Area Network* (WAN) da OTAN. Porém, atualmente, devido a restrições de segurança, apenas a Marinha e o SIED utilizam esta capacidade. Adicionalmente, o CISMIL tem acesso à ISAF e à *Kosovo Force* (KFOR) *Mission Network* através das CIM nos respetivos Teatros (Bento, 2012).

O **controlo** do SIM como um todo é extremamente difícil, porque com poucos recursos humanos e financeiros, e não existindo uma dependência funcional regulamentada, o CISMIL não efetua visitas/inspeções aos Ramos. O que existe é um controlo por “blocos” em conformidade com a estrutura orgânica específica onde se inserem, ou seja, o CISMIL efetua um controlo interno com recurso a reuniões, briefings e garantindo respostas adequadas às solicitações (MDN, EMGFA, OTAN, UE, entre outros serviços e organizações), e os Ramos da mesma forma.

Também existe um controlo externo ao CISMIL, este é fiscalizado pelo Conselho de Fiscalização do SIRP,<sup>48</sup> e a sua base de dados é fiscalizada pela Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP,<sup>49</sup> o que permite uma maior rentabilização das suas capacidades e minimiza os riscos de sobreposição ou ingerência nas áreas da responsabilidade dos outros serviços nacionais.

---

<sup>46</sup> No caso do SIED e do SIS, o artigo 60.º da Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro exige, entre outros aspetos, experiência válida para as funções de direção nos Serviços, e estipula comissões de três anos automaticamente renováveis.

<sup>47</sup> Está certificado para processar informação até NATO SECRET.

<sup>48</sup> N.º 2 do artigo 34.º da Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro.

<sup>49</sup> Artigo 26.º da Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro.





#### **4. Colaboração e cooperação entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança**

*Assume grande relevância a definição de uma estratégia integrada civil e militar, indispensável para fazer face às ameaças e riscos atuais.*

CEDN (2013, II.)

A colaboração e a cooperação são conceitos por vezes utilizados como sinónimos, no entanto têm significâncias distintas. A colaboração é um apoio que não espera retribuição, consiste numa ação que gera benefício para um parceiro, no sentido horizontal ou vertical, em que o ganho não necessita de ser conjunto. A cooperação remete para a reciprocidade, é uma relação que ocorre em nível horizontal, com motivações semelhantes ou distintas entre os parceiros, para obter benefícios mútuos (Winckler e Molinari, 2011, p. 10). Fernanda Campos e coautores (2003, p. 25) consideram que “[c]ooperar é atuar junto, de forma coordenada, no trabalho ou nas relações sociais para atingir metas comuns.” Estes autores adicionam dois aspetos extremamente relevantes na sua definição: a necessidade de coordenação e as “metas comuns”.

A colaboração e a cooperação têm vindo a ganhar cada vez mais relevância, não só devido ao atual quadro de crise económico-financeira que se tem vivido na Zona Euro e em Portugal, mas especialmente porque as fronteiras se diluíram e as ameaças são cada vez mais híbridas, internacionais, ligadas em rede e detentoras de capacidades de destruição elevadas.

O combate a ameaças como o terrorismo exige a monitorização e investigação em áreas que ultrapassam o espaço físico das fronteiras Estatais ou dos TO, mas depara-se com restrições de ordem legal, relativas a resoluções internacionais, às soberanias dos Estados e às liberdades, direitos e garantias dos cidadãos. As forças militares em muitos casos não têm capacidade de investigação policial e criminal, fundamentais para obtenção de provas, nem acesso a bases de dados biométricas e forenses que facilitem a identificação de indivíduos. As FSS nem sempre têm capacidade nem recursos para atuar em regiões de maior intensidade conflitual ou de controlar todos os espaços no seio dos Estados ou na Internet. De onde se infere a necessidade de estratégias multisetoriais e integradas. Nesse sentido o Estado deve, para além das medidas diplomáticas, de controlo financeiro, judiciais e de informação pública, articular adequadamente as capacidades civis e militares, clarificar e agilizar as estruturas de prevenção e de resposta operacional, aprofundando a colaboração e a cooperação entre as FA e as FSS em missões de combate a agressões e às



ameaças transnacionais, no campo interno e no campo internacional (em especial no âmbito das Informações).

#### **a. As Forças Armadas na Segurança (Defesa) Interna**

Resumidamente, podemos afirmar que Defesa Nacional consiste no conjunto de estratégias e ações para atingir e garantir o estado de Segurança Nacional.<sup>50</sup>

Para defender o território e a segurança dos cidadãos, e neutralizar ameaças ou responder a agressões, as políticas de segurança e defesa nacional devem, entre outras medidas, articular com eficiência e de forma integrada, meios civis e militares (CEDN, 2013, VI.1.4.1.).

A interpretação da Constituição da República Portuguesa (CRP) e do restante quadro legal nacional conduz a uma aparente divisão da segurança em duas vertentes: a segurança externa e a segurança interna, uma vez que se verifica uma clara separação entre as FA e as FSS no que diz respeito à legitimação da sua atuação.

O Tenente-general Hernandez Jerónimo (2012), atual Comandante das Forças Terrestres do Exército Português, considera que “a lei deveria explicitar claramente as circunstâncias em que as FA poderão ser empregues [na segurança interna], definindo responsabilidades e salvaguardando os militares em termos da sua atuação”.

De acordo com o n.º 1 do artigo 275.º da CRP as FA têm como missão primária e nuclear a defesa militar da República, com vista a garantir a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas. Segundo o parecer P001472001<sup>51</sup> do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (CCPGR), perante uma agressão ou ameaça do exterior, que pelo seu significado e dimensão afete com gravidade os bens jurídicos objeto do conceito constitucional de defesa nacional (setores de produção e abastecimento alimentar, industrial e energético, dos transportes e das comunicações), “a defesa militar poderá envolver uma componente externa, caracterizada pelo exercício de um direito de legítima defesa, no quadro dos compromissos internacionais e, uma componente interna, dirigida à estrita protecção dos mesmos bens jurídicos contra ameaças externas, dentro do espaço físico do território nacional” (CCPGR, 2001).

O Secretário-Geral do SIRP (SGSIRP), Dr. Júlio Pereira, considera que a atribuição de mais competências específicas às FA em matéria de segurança interna, assim como a

---

<sup>50</sup> Ver anexo A.

<sup>51</sup> Homologado pelo Ministro da Defesa Nacional em 16 de dezembro de 2001.





sua articulação, constituem opções de natureza política que poderão exigir uma revisão Constitucional. “Todavia, como é demonstrado pelas actuais Leis de Defesa Nacional e de Segurança Interna, nada impõe uma leitura minimalista da Constituição, que de facto obste a uma efectiva colaboração das Forças Armadas nas tarefas de segurança interna, no âmbito da articulação definida pelo SGSSI e pelo CEMGFA” (Pereira, 2010).

Mas, ao contrário do que acontece para a colaboração com a ANPC, em que as FA têm inclusive o estatuto de Agente de Proteção Civil<sup>52</sup>, esta tipologia de missões carece de previsão em diploma legal. A única referência concreta em relação à participação das FA no SSI, é a expressa no artigo 35.º da LSI, que prevê a colaboração das FA em matéria de segurança interna nos termos da Constituição e da lei, competindo ao SGSSI e ao CEMGFA assegurarem entre si a articulação operacional.<sup>53</sup> O artigo 24.º, n.º 1, alínea e) da Lei Orgânica n.º 1-B/2009 de 7 de julho (Lei de Defesa Nacional – LDN) e o artigo 4.º, alínea e), da Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 7 de julho (Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas – LOBOFA), estipulam que as FA estão incumbidas de cooperar com as FSS no cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais – isto para além das suas missões específicas e das situações de estado de sítio ou de emergência. De acordo com o n.º 2 do artigo 26.º da LOBOFA, para assegurar essa cooperação, são estabelecidas as estruturas e os procedimentos que garantam a interoperabilidade de equipamentos e sistemas, bem como o uso em comum de meios operacionais. Ao Governo compete, nos termos da alínea h) do n.º 3 do artigo 12.º da LDN, aprovar os mecanismos que assegurem a cooperação; e ao Ministro da Defesa Nacional compete, nos termos da alínea z) do n.º 3 do artigo 14.º da LDN, coordenar e orientar as ações necessárias para garantir a colaboração das FA com as FSS.

De acordo com o artigo 10.º, n.º 3 da LOBOFA, “em situação não decorrente do estado de guerra, o [CEMGFA], como comandante operacional das Forças Armadas, é o responsável pelo emprego de todas as forças e meios da Componente Operacional do Sistema de Forças, para cumprimento das missões, nos planos externo e interno.” Por este motivo, percebe-se que o CEMGFA seja membro do Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI) (órgão interministerial de audição e consulta em matéria de segurança interna). Pela mesma razão, faz toda a lógica que as FA tivessem um representante no

---

<sup>52</sup> Artigo 46.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (Lei de Bases da Proteção Civil).

<sup>53</sup> O artigo 11.º, n.º 2, alínea d) da LOBOFA atribui competências ao CEMGFA nesse sentido.



GCS, para assessoria técnica e operacional, e que o SGSSI tivesse lugar na composição do Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN).

O Decreto-Lei 126-A/2011, de 29 de dezembro, indica no seu prefácio que a LSI será objeto de revisão promovendo “uma adequada reorganização do sistema de segurança interna” e adianta que simultaneamente será extinto o GCS. O Juiz Desembargador Horácio Pereira Pinto (2013), atual Diretor do SIS, embora preocupado com a extinção deste organismo, considera que “pode ser uma oportunidade para estabelecer e definir as modalidades de cooperação entre os Serviços de Informações, em particular o SIS, e as FA no âmbito da segurança interna”.

Outro entrave à utilização das FA está na Lei-Quadro da Política Criminal.<sup>54</sup> Analogamente à Lei Penal e Processual Penal, e à Lei de Organização da Investigação Criminal, não prevê a participação das FA na prevenção da criminalidade, investigação criminal (com exceção das competências previstas para a Polícia Judiciária Militar), ação penal e execução de penas e medidas de segurança. Ou seja, os militares das FA estão impossibilitados de aplicar medidas cautelares de polícia, previstas no Código de Processo Penal (2013) (Capítulo II), medidas de polícia e medidas especiais de polícia, previstas na LSI (artigos 28.º e 29.º) e nas Leis Orgânicas das FSeg. No entanto, decorrem atualmente atividades no campo da segurança interna que são feitas com recurso a forças e meios militares em colaboração ou apoio das FSS.<sup>55</sup>

Utilizando como referência o RASI de 2012, apresentam-se em seguida algumas atividades das FA do ano de 2012, no âmbito interno, que se consideram ações indiretas de contraterrorismo. A Marinha colaborou com a PJ em duas operações de combate ao narcotráfico e com o SEF na fiscalização de 696 embarcações. A FAP realizou nove missões de busca de alvos a pedido da PJ e participou, conjuntamente com elementos do SEF, com uma aeronave C-295M VIMAR em missões de patrulhamento no mar Mediterrâneo no âmbito das operações da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da UE (Frontex) (SSI, 2013, pp. 261 e 262).

Foram ainda realizadas atividades de treino, que se enquadram nas medidas antiterroristas de caráter defensivo pró-ativas. A FAP participou em três treinos conjuntos de deteção de droga e explosivos com equipas cinotécnicas da PSP, GNR e Serviços

---

<sup>54</sup> Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, conjugada com a Lei n.º 38/2009, de 20 de julho.

<sup>55</sup> Veja-se o RASI de 2012 (SSI, 2013, pp. 259-264).



Prisionais. O Comando Operacional da Madeira realizou um exercício de comunicações, o “LOBO 12”, que envolveu a participação dos três Ramos das FA e algumas autoridades regionais da Madeira. Este teve como objetivo principal treinar a utilização do Sistema Integrado de Comunicações de Segurança, Emergência e Defesa da Madeira / Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SICOSEDMA/SIRESP) (SSI, 2013, pp. 262 e 263).

Esta colaboração é fundamental. Mas, em boa verdade, as limitações legais têm conduzido a soluções que apenas vêm “camuflar” a real necessidade de rentabilizar as capacidades existentes perante ameaças que não conhecem fronteiras. De entre outros exemplos possíveis, destaca-se o facto de ter sido criada uma dupla dependência para alguns recursos da Marinha<sup>56</sup> e a recente necessidade de criar um SPA, permitindo a utilização dos recursos das FA, sem se referir que estas são utilizadas na segurança interna. Os recursos do Exército, salvo raras exceções, não são utilizados na segurança interna. Até porque, mesmo num país de poucos recursos, as FSS têm vindo a adquirir capacidades para “dispensar” a colaboração das FA (NBQ, C-IED, etc.).

Nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional, a coordenação entre autoridades de polícia e demais entidades competentes, foi acautelada no Sistema da Autoridade Marítima<sup>57</sup> (SAM), e reforçada em 2007 com a criação de um Centro Nacional Coordenador Marítimo<sup>58</sup> (CNCM); a Marinha e a AM também celebraram em 2003 protocolos de cooperação com a PJ, permitindo maior colaboração, cooperação e articulação no combate à criminalidade. No entanto, em terra, o facto de não existir um órgão coordenador interagências para fazer face a crises, e o GCS não contar com qualquer representante das FA, dificultam a resposta a um eventual ataque terrorista.

De acordo com a LSI, é o Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das FSS que define as normas e procedimentos para fazer face a situações de ameaça grave, nomeadamente, sabotagem, espionagem e terrorismo, que requeiram o empenhamento conjunto das diferentes FSS. O SGSSI detem “os poderes necessários à concertação de medidas, planos ou operações entre as diversas [FSS], à articulação entre estas e outros serviços ou entidades públicas ou privadas e à cooperação com os

---

<sup>56</sup> MDN e Ministério da Administração Interna (com a AM).

<sup>57</sup> O SAM inclui nas suas atribuições a prevenção e repressão da criminalidade, incluindo o combate ao narcotráfico, ao terrorismo e à pirataria (artigo 6.º, n.º2, alínea k) do Decreto-Lei n.º 43/2002 de 2 de março).

<sup>58</sup> Artigo 15.º do Decreto Regulamentar n.º 86/2007, de 12 de dezembro.



organismos congéneres internacionais ou estrangeiros (...)”<sup>59</sup> Em situações extraordinárias (ataques terroristas, acidentes graves, etc.) “tem poderes de planeamento e atribuição de missões ou tarefas que requeiram a intervenção conjugada de diferentes [FSS] e de controlo da respectiva execução (...)”<sup>60</sup> O referido Plano prevê ainda, em caso de necessidade, o apoio das FA, nos termos da Constituição e da lei, na proteção de infraestruturas críticas e pontos sensíveis (Luís, 2013). No entanto, a atuação das FA no campo interno tem sido pouco clara, por não existirem leis que a regulamentem.

No âmbito do combate ao terrorismo, é de relevar também a aprovação da Estratégia<sup>61</sup> Nacional de Contraterrorismo em 2010. Esta define linhas gerais decorrentes da Estratégia da UE, mas ao contrário do que sucede com a generalidade das Estratégias de combate ao terrorismo, onde a informação pública é considerada extremamente importante, foi classificada de CONFIDENCIAL. Também não existe qualquer plano que a operacionalize (Luís, 2013).

#### **b. Colaboração e Cooperação na Comunidade de Informações Nacional**

A Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, veio regulamentar a Lei-Quadro do SIRP (LQSIRP)<sup>62</sup>, e os seus artigos 10.º e 11.º referem-se à colaboração e cooperação entre Serviços e outras entidades, preocupação esta também presente nos programas do XVII<sup>63</sup>, XVIII<sup>64</sup> e XIX<sup>65</sup> Governo Constitucional.

Relativamente à colaboração, de acordo com o artigo 10.º, n.º 3, da LQSIRP, as FA, em particular o CISMIL, têm especial dever de colaboração com o SIED, isto significa que, quando solicitado, têm obrigação de lhe ceder notícias e elementos de informação de que tenham conhecimento, direta ou indiretamente relacionados com a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português. Segundo o artigo 28.º, n.º 2, alínea n) do Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro, o CISMIL deverá comunicar às entidades competentes, notícias e Informações respeitantes à segurança do Estado e à prevenção e repressão da criminalidade. Mas também o artigo 5.º, n.º 3 da LSI, refere que os militares têm o dever de comunicar prontamente às FSS competentes, factos relacionados com a preparação ou execução de

---

<sup>59</sup> Artigo 16.º, n.º 1 da LSI.

<sup>60</sup> Artigo 19.º, n.º 2 da LSI.

<sup>61</sup> Ver anexo A.

<sup>62</sup> Lei n.º 30/84, de 05 de setembro, alterada pela Lei n.º 4/95, de 21 de fevereiro, Lei n.º 15/96, de 30 de abril, Lei n.º 75-A/97, de 22 de julho e Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro.

<sup>63</sup> Pontos 6. e 7. do parágrafo III do capítulo IV, e pontos 1. e 4. do parágrafo II do capítulo V.

<sup>64</sup> Ponto 3. do capítulo VII, e ponto 1. do capítulo VIII.

<sup>65</sup> Página 71 e 73.



crimes de terrorismo, criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada, sabotagem ou espionagem. Já o oposto não se observa, não consta em qualquer diploma legal o dever de colaboração das FSS para com as FA, exceto nos estados de sítio ou guerra. Embora já se observe alguma preocupação no legislador em colmatar esta lacuna, quando no artigo 16.º da Lei n.º 28/2013, de 12 de abril, indica o dever de coordenação e cooperação entre as FSS e o SPA.

A cooperação está intimamente relacionada com a coordenação, pois exige um trabalho integrado com outros procurando atingir o mesmo fim. Neste âmbito, o artigo 11.º da LQSIRP permite a cooperação do SGSIRP, do SIS, e do SIED com outras entidades, mediante orientações definidas pelo Primeiro-Ministro e ouvido o Conselho Superior de Informações (CSI).

O CEMGFA tem assento nas reuniões de coordenação do CSI, e o CISMIL no Conselho Consultivo do SIRP (CCSIRP). No entanto, note-se que relativamente à composição do CCSIRP, quando este reúne no âmbito das competências do SIED<sup>66</sup>, o Chefe do CISMIL está presente, no entanto não participa quando o Conselho reúne no âmbito das competências do SIS<sup>67</sup>.<sup>68</sup>

O Coronel Bento (2012) esclarece que o relacionamento com os Serviços do SIRP se desenvolve de acordo com a legislação em vigor, e é feita por intermédio de Pedidos de Informação (*Request for Information* – RFI), disseminação de relatórios (cujo conteúdo se considere relevante para aqueles Serviços) e por transferência de Informações ou notícias provenientes de fontes externas. Este processo tem sido bidirecional, adianta o Chefe da Repartição de Planeamento do CISMIL.

Segundo o RASI de 2012, o EMGFA manteve ligações no âmbito das Informações com a GNR, PSP, SEF, SIS e SIED, destacando-se também a participação no *Crisis Management Exercise* 12 (em cooperação com o Ministério da Administração Interna, SSI, Conselho Nacional Planeamento Civil de Emergência, SIS e SIED) e a cedência de

---

<sup>66</sup> De acordo com o artigo 15.º, n.º 2 da Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, são membros do CCSIRP, no âmbito das atribuições do SIED, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do MDN, o Diretor-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o responsável pelo organismo de Informações Militares.

<sup>67</sup> De acordo com o artigo 15.º, n.º 3 da Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, são membros do CCSIRP, no âmbito das atribuições do SIS, o Comandante-Geral da GNR, o Diretor Nacional da PSP, o Diretor Nacional da PJ e o Diretor-Geral do SEF.

<sup>68</sup> Independentemente do âmbito da reunião, para além dos membros permanentes apresentados, também participam naquele órgão os Diretores e os Diretores-Adjuntos do SIED e do SIS. Se o SGSIRP o entender, podem ainda ser convidados representantes de entidades cuja comparência se mostre indispensável para a prossecução das atribuições do Conselho Consultivo (artigo 15.º, n.ºs 4 e 5 da Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro).



informação geoespacial às FSeg (SSI, 2013, pp. 259 e 260).

A Repartição de Segurança do CISMIL é a entidade responsável pela Segurança Militar e CI, para o normal desempenho do seu trabalho nesta área tem ligações privilegiadas com o SIS e com as FSeg. Para conseguir articular os aspetos de Segurança em que os militares se encontram envolvidos, o CISMIL sentiu necessidade de patrocinar “uma reunião de coordenação mensal onde estão presentes todos os atores de segurança militares (Ramos e Comandos Operacionais) e civis (FSS)” (Bento, 2012).

Uma das maiores lacunas no âmbito da coordenação na Comunidade de Informações Nacional é a inexistência de uma rede segura que ligue todos os elementos (Bento, 2012).

No plano interno, a partilha de informação para prevenção do terrorismo e redução de vulnerabilidades, acontece no âmbito da UCAT. De acordo com o artigo 23.º, n.º 1 da LSI, integram esta unidade representantes dos Secretários-Gerais do SIRP e do SSI, do Comandante-Geral da GNR, dos Diretores Nacionais da PSP, da PJ e do SEF, os Diretores do SIED e do SIS e a AM Nacional. Compete à UCAT “garantir a coordenação e a partilha de informação, no âmbito do combate ao terrorismo, entre os serviços que a integram”.<sup>69</sup> O Juiz Desembargador Antero Luís (2013), antigo Diretor do SIS e atualmente SGSSI, adianta que esta unidade não tem um posicionamento concreto na estrutura do SSI, apenas reúne para promover a troca de informação, mas “não possui qualquer capacidade ou autoridade de coordenação efetiva, até porque ninguém a lidera”. A sua capacidade, também fica limitada pela ausência de representantes das FA.

A título de exemplo, no *Joint Terrorism Analysis Centre* (JTAC), criado no Reino Unido em 2003, a análise e o processamento das Informações relativas a ameaças terroristas é efetuada de forma partilhada com especialistas de 16 agências, envolvendo o âmbito interno e externo. Tem um Diretor, e produz Informações úteis para diversos tipos de utilizadores, que vão desde os Governantes e agências diversas, até à população, incluindo conselhos para os que pretendam viajar ou efetuar negócios no estrangeiro<sup>70</sup> (MI5, 2013).

Relativamente às operações militares no exterior, estas decorrem atualmente em ambientes extremamente complexos e onde o fenómeno terrorista é particularmente ativo. Como já se observou, os agentes da ameaça terrorista relacionam-se por intermédio de

---

<sup>69</sup> Artigo 23.º, n.º 2 da LSI.

<sup>70</sup> Vejam-se os sítios na internet: [www.fco.gov.uk/travel](http://www.fco.gov.uk/travel) e [www.ukti.gov.uk/export](http://www.ukti.gov.uk/export).



tarefas interdependentes e integradas em rede. Esta rede física e digital, que pode ter proporções regionais (em muitos casos em ambientes de alto risco, como é o caso do Iraque e Afeganistão) ou mesmo globais, implica que o seu combate normalmente se depare com restrições legais e políticas, e que muitas vezes exige cuidados especiais na recolha de provas. Estas são as principais razões para que se efetue uma abordagem sistémica das Informações e para que se promova a colaboração e a cooperação entre forças militares e FSS no âmbito das Informações. As FSS têm acesso a bases de dados criminais, dados biométricos e possuem capacidades policiais e criminais específicas, nem sempre disponíveis nos contingentes militares, que permitem a identificação, localização, avaliação, monitorização e, eventualmente, eliminação de indivíduos e desarticulação de redes terroristas, nos TO ou em qualquer parte do mundo.

No caso português, a Força Nacional Destacada (FND) pode receber RFI do Comando do Quartel-General da CJTF e do CISMIL, mas também pode solicitar Informações ao CJ2 e ao CISMIL. Destacando-se aqui o papel das CIM no apoio à proteção e à missão da força, e no apoio à CJTF. Mas a informação obtida pelas CIM, quer por intermédio de fontes locais, quer por intermédios das ligações estabelecidas diretamente com estruturas de Informações amigas a operar nos TO, poderá ser de elevado interesse para partilhar com FSS nacionais, inclusive no âmbito do terrorismo. Essa partilha acontece por intermédio do CISMIL.<sup>71</sup>

O SIED, que tem acesso a outras fontes de informação para além das da OTAN, também apoia as FND com avaliações de Informações, no entanto não existe cooperação no âmbito operacional. As FSeg também não têm integrado as missões dos contingentes das FA nacionais, pelo que o CISMIL sentiu necessidade de edificar capacidades no âmbito forense (atualmente em curso). Ainda assim, pontualmente existe alguma cooperação, em especial nas áreas problemáticas onde se encontram comunidades portuguesas e onde possam ocorrer Operações de Evacuação de Não-Combatentes.<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup> A GNR também tem sido apoiada pelo CISMIL quando participa em missões internacionais, como tem sucedido com o Afeganistão e Timor-Leste (Bento, 2012).

<sup>72</sup> Por exemplo: Operação MANATIM na Guiné-Bissau em 2012.





## Conclusões/Propostas

A elaboração do presente estudo norteou-se pelas fases e etapas do procedimento metodológico preconizadas por *Quivy e Campenhoudt* (1998). Após a definição da questão central, e atendendo à sua complexidade, foram equacionadas cinco PD e construídas cinco hipóteses de resposta orientadoras do estudo. Seguiu-se a fase de verificação, onde, após a análise da informação e da comparação dos resultados esperados com os resultados obtidos, se obtiveram conclusões, que depois de devidamente incorporadas em matrizes de análise “SWOT” permitiram responder à questão central.

O **primeiro capítulo** visava classificar a ameaça terrorista, e o fenómeno terrorista em Portugal. Verificou-se que a rede que integra os agentes terroristas normalmente inclui nós e ramificações de âmbito criminal, apoios de diversas franjas da população, de Estados párias, outras organizações terroristas e até mesmo indivíduos isolados, com motivações e objetivos comuns ou próprios. Todos eles com pesos específicos resultantes da sua autoridade, poder e influência.

As regiões em conflito são mais propícias ao desenvolvimento de atividades terroristas, aumentando assim a probabilidade de ataques nesses TO. O território nacional está numa posição geoestratégica com características indutoras à implantação e trânsito de terroristas, podendo mesmo ser utilizado como fonte de recrutamento (em especial no seio das comunidades islâmicas e por intermédio da Internet). Para além de membro de pleno direito da UE e do espaço Schengen que lhe conferem poder de atração, os acessos a partir do Norte de África e da América do Sul são relativamente fáceis para terroristas *jihadistas* e, naturalmente, a partir da vizinha Espanha, por elementos da ETA ou da REGA.

Apesar de não ter sido alvo prioritário do terrorismo, Portugal poderá constituir-se num alvo de oportunidade, resultante de eventuais posições políticas, vulnerabilidades nacionais, motivações e objetivos da ameaça terrorista.

Face a estes indicadores, estamos em condições de **responder à PD1**, considerando como **validada a hipótese 1**.

No **segundo capítulo** recordou-se que o combate ao terrorismo compreende ações defensivas, que visam reduzir os efeitos de ataques terroristas (antiterrorismo), e ações conducentes à prevenção, dissuasão e resposta ao terrorismo (contraterrorismo). O objetivo deste capítulo consistia em resumir o papel das Informações, assim como o contributo da OTAN, da UE e de Portugal nesse combate.

Relativamente ao papel das Informações, constatou-se que são extremamente





importantes, pois identificam vulnerabilidades e apoiam os decisores, efetuam avaliações acerca da ameaça terrorista, localizam e identificam agentes terroristas, os seus apoios e motivações. Para uma maior eficácia, deverão resultar de um planeamento adequado, serem pró-ativas, sistemáticas, integradas por várias disciplinas das Informações, precisas, oportunas e relevantes. Estamos assim perante indicadores que nos proporcionam condições para **responder à PD2**, considerando como **validada a hipótese 2**.

No que respeita ao contributo da OTAN e da UE, concluiu-se que os ataques ocorridos a 11 de setembro de 2001 nos EUA geraram profundas alterações na forma de combate ao terrorismo por estas organizações. Ambas adotaram estratégias de combate ao terrorismo pró-ativas, dinamizaram a cooperação e a partilha de Informações e têm implementado medidas diretas e indiretas de contrterrorismo. Portugal também tem contribuído para este combate nos campos externo e interno com as suas FA e FSS.

No âmbito do contrterrorismo, e no campo externo, releva-se a participação das FA em missões e cargos internacionais. No campo interno, destaca-se o trabalho desenvolvido pelas FSS, procurando detetar e desarticular redes terroristas, seus apoios e motivações, e partilhando informação com agências congéneres amigas.

No âmbito antiterrorista, salienta-se a criminalização do terrorismo e das organizações terroristas como medidas preventivas (resultantes essencialmente da legislação e da estratégia preconizadas pela UE), e as avaliações de ameaça desenvolvidas pelo SIS, com o contributo das restantes FSS e das FA.

Estamos assim em condições de **responder à PD3**, considerando como **validada a hipótese 3**.

O **terceiro capítulo** tinha como objetivo inferir as capacidades, potencialidades, lacunas e limitações do SIM.

Concluiu-se que a criação do CISMIL veio potenciar as atividades operacionais das FA, tendo-se observado melhorias no âmbito da produção da informação geoespacial, da HUMINT e da CI, em especial pelas CIM destacadas nos TO. As capacidades existentes no CISMIL e nos Ramos (em especial no âmbito da pesquisa e da formação), e a experiência e conhecimentos adquiridos internacionalmente (cursos, exercícios, missões, cargos, etc.) e por intermédio de cooperações bilaterais, são extremamente relevantes e poderão ser muito úteis no combate ao terrorismo, no campo externo e no campo interno.

As lacunas e limitações resultam essencialmente da falta de regulamentação, e da reduzida importância atribuída à necessidade das FA possuírem um SIM que permita



alguma autonomia de Informações e possa garantir (pela análise e pelo conhecimento) uma participação efetiva em organizações internacionais. Como principais constrangimentos foram identificados os seguintes: falta de doutrina própria, de objetivos e de orientações adequadas; nomeação de alguns militares para funções chave do SIM com pouca experiência e com reduzido tempo de permanência em funções; inexistência de uma hierarquia funcional entre o CISMIL e os Ramos; comunicações limitadas; carência de meios humanos, materiais e financeiros.

Face a estes indicadores, estamos em condições de **responder à PD4**, considerando como **validada a hipótese 4**.

O **quarto capítulo** visava escrutinar os mecanismos de colaboração e cooperação entre as FA e as FSS nacionais no combate ao terrorismo.

As características da ameaça terrorista, as limitações legais e políticas, e as restrições financeiras que se vivem em Portugal, exigem estratégias multissetoriais e integradas no combate ao terrorismo. As forças militares, em muitos casos, não têm capacidade de investigação policial e criminal, nem acesso a bases de dados biométricas e forenses. As FSS nem sempre têm capacidade nem recursos para atuar em regiões de maior intensidade conflitual ou de controlar todos os espaços no seio dos Estados ou na Internet. Pelo que a necessidade de colaboração e cooperação entre civis e militares tem vindo a ganhar cada vez mais relevância.

De acordo com a lei, as FA estão incumbidas de cooperar com as FSS no cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais. Mas o facto de a legislação remeter responsabilidades de coordenação ao Governo, ao Ministro da Defesa Nacional, ao SGSSI e ao CEMGFA, demonstra quão vaga é neste domínio. O facto de o CEMGFA ser membro do CSSI permite uma maior cooperação, no entanto o SGSSI não tem lugar na composição do CSDN. E ao contrário do que acontece na colaboração com a ANPC, em que as FA têm inclusive o estatuto de Agente de Proteção Civil, esta tipologia de missões carece de previsão em diploma legal. Os limites de atuação terão que ser devidamente estabelecidos, caso contrário, os atores envolvidos na articulação gizada na lei (SGSSI e CEMGFA), para além de serem avessos a um papel subalterno ou de apoio, não se sentirão seguros para a operacionalização.

A outra limitação dos militares das FA, quando em cooperação com as FSS, resulta da impossibilidade de aplicarem medidas de polícia e medidas especiais de polícia. Ainda assim, as FA, em especial a Marinha e a FAP, têm desenvolvido atividades no campo da



segurança interna, em colaboração com as FSS, que contribuem para o combate ao terrorismo.

O facto de ter sido criada uma dupla dependência para alguns recursos da Marinha e a necessidade de criar um SPA, comprovam a necessidade de rentabilizar as capacidades das FA na segurança interna em tempo de paz, esta utilização tem sido dificultada essencialmente pela Constituição.

A criação do CNCM veio facilitar a coordenação interagências no mar. No entanto, a inexistência de um órgão coordenador para fazer face a crises, e o facto de o GCS não contar com qualquer representante das FA, dificultam a resposta a um eventual ataque terrorista.

A Estratégia Nacional de Contraterrorismo definida em 2010 corre o risco de perder relevância, pois para além de ser CONFIDENCIAL, não deu ainda origem a qualquer plano que a operacionalizasse.

No âmbito das Informações, concluímos que os militares têm o dever de comunicar às FSS competentes, factos relacionados com a preparação ou execução de crimes de terrorismo, e o CISMIL especial dever de colaboração com o SIED. Já o oposto não se observa, e embora a LQSIRP permita a cooperação do SGSIRP, do SIS, e do SIED com outras entidades, não consta em qualquer diploma legal o dever de colaboração das FSS para com as FA, exceto nos estados de sítio ou guerra. No entanto, em abril deste ano, foi introduzido na lei o dever de coordenação e cooperação entre as FSS e o SPA.

O CEMGFA tem assento nas reuniões de coordenação do CSI, e o Chefe do CISMIL está presente quando o CCSIRP reúne no âmbito das competências do SIED, mas não participa quando este reúne no âmbito das competências do SIS.

O relacionamento entre o CISMIL e os Serviços do SIRP é bidirecional, e é efetuado por intermédio de Pedidos de Informação, disseminação de relatórios e por transferência de Informações ou notícias provenientes de fontes externas. Mas mesmo esta partilha está extremamente condicionada, pela inexistência de uma rede segura que ligue todos os elementos da Comunidade de Informações Nacional. Também têm existido ligações e reuniões (no âmbito da segurança) com as FSS.

Apesar de competir à UCAT garantir a coordenação e a partilha de informação, no âmbito do combate ao terrorismo, esta apenas reúne para promover a troca de informação. A capacidade ou autoridade de coordenação efetiva não existe, porque também não existe



qualquer entidade designada para liderá-la. As suas potencialidades também ficam limitadas pela ausência de representantes das FA e do SPA.

As operações militares no exterior decorrem atualmente em ambientes extremamente complexos e onde o fenómeno terrorista é particularmente ativo. O seu combate normalmente depara-se com restrições legais e políticas que exigem cuidados especiais na recolha de provas e aconselham uma abordagem sistémica das Informações, incluindo o acesso a bases de dados criminais, dados biométricos e capacidades policiais e criminais específicas, nem sempre disponíveis nos contingentes militares.

As CIM são fundamentais no apoio à proteção e à missão das FND, no apoio às CJTF e poderão inclusive cooperar com as FSS nacionais. O SIED também tem apoiado as FND, no entanto não existe cooperação no âmbito operacional. As FSeg também não têm integrado os contingentes militares nacionais, pelo que o CISMIL sentiu necessidade de edificar capacidades no âmbito forense (atualmente em curso).

Estamos assim em condições de **responder à PD5**, considerando como **validada a hipótese 5**.

Perante o que precede, recorreu-se a uma cuidada análise das *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*<sup>73</sup> (SWOT) atinentes à cooperação entre as FA e as FSS nacionais para **responder à questão central**. Apresentam-se em seguida linhas de ação que poderão ser adotadas para estimular a cooperação entre FA e as FSS,<sup>74</sup> contribuindo assim para uma Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo multissetorial e integrada.

a. Da interação entre pontos fracos e ameaças, sugerem-se as seguintes **linhas de ação defensivas**:

- (1) Promover alterações na CRP que prevejam e salvaguardem a intervenção dos militares das FA na segurança interna;
- (2) Desclassificar a Estratégia Nacional de Contraterrorismo e promover ações de sensibilização e esclarecimento relativamente às ameaças existentes, às capacidades disponíveis nas FA e à sua mais-valia na utilização interna e no combate ao terrorismo;

---

<sup>73</sup> Ver apêndice 3.

<sup>74</sup> Algumas das linhas de ação são mais desenvolvidas no apêndice 3.



- (3) Operacionalizar a Estratégia Nacional de Contraterrorismo, criando cenários, elaborando planos e efetuando exercícios envolvendo os vários intervenientes (incluindo as FA);
  - (4) Operacionalizar um sistema nacional de gestão de crises;
  - (5) Promover estudos, análises colaborativas entre os Serviços de Informações civis e CISMIL, relativamente a vulnerabilidades, ameaças e riscos.
- b. Da interação entre pontos fortes e oportunidades, sugerem-se as seguintes **linhas de ação agressivas**:
- (1) Introduzir na LSI a possibilidade das FA utilizarem as suas capacidades em apoio das FSS no contraterrorismo;
  - (2) Em determinados TO (mais estáveis) incorporar nas FND elementos das FSS especializados na preservação e processamento de provas, e em ações diretas de contraterrorismo menos “musculadas” (e com acesso a fontes diferentes das FA);
  - (3) Utilizando os recursos existentes nas FA e nas FSS, levantar uma *Task Force* modular Contraterrorista, com capacidade de projeção internacional.
- c. Da interação entre pontos fortes e ameaças, sugerem-se as seguintes **linhas de ação de diversificação**:
- (1) Levantar e integrar uma capacidade de nacional de ciberdefesa (militar) numa Estratégia Nacional de Cibersegurança;
  - (2) Cooperar no âmbito operacional das Informações, integrando militares do CISMIL em equipas do SIED e agentes do SIED em CIM sempre que aplicável, ou ainda garantindo proteção aos elementos do SIED;
  - (3) Familiarizar militares das FA com procedimentos operacionais e objetivos do SIED, permitindo que sejam empregues em proveito das necessidades daquele Serviço em Teatros de risco mais elevado e que aconselhem formação e capacidades militares;
  - (4) Fomentar e estimular formações conjuntas, rentabilizando o conhecimento interno, estreitando laços entre FA e FSS e, simultaneamente, reduzindo nos custos de formação no estrangeiro;
  - (5) De acordo com uma análise de possíveis cenários de emprego, avaliar capacidades semelhantes existentes nas FA e nas FSS que possam ser agrupadas, permitindo que se potenciem e se reduzam os excedentes;



- (6) Elaborar cenários e delinear planos que prevejam a possibilidade das FA desenvolverem ações diretas de contraterrorismo no âmbito interno;
  - (7) Colaborar nos dispositivos policiais de contenção e isolamento dos locais afetados por ataques terroristas;
  - (8) Incrementar o apoio na detecção, monitorização, controlo e fiscalização de imigração ilegal, de substâncias e armas NBQR, combate ao narcotráfico e outras atividades criminosas, em todos os domínios;
  - (9) Definir claramente as áreas de responsabilidade das FA e das FSS em eventos com elevado nível de risco associado, na segurança de infraestruturas críticas e no âmbito da vigilância e controlo das acessibilidades marítima, aérea, terrestre, e ciberespacial, maximizando as suas capacidades e sem necessidade de criar “subterfúgios” como o “duplo uso” para justificar a utilização das FA.
- d. Da interação entre pontos fracos e oportunidades, sugerem-se as seguintes **linhas de ação de reestruturação**:
- (1) Adicionar na lei o dever de colaboração das FSS para com FA, externamente e internamente (onde e quando aplicável);
  - (2) Elaborar e treinar um Plano de Articulação Operacional entre as FA e as FSS que contemple medidas de coordenação, incluindo medidas de contraterrorismo;
  - (3) Garantir a interoperabilidade de sistemas e equipamentos entre FA e FSS aquando da aquisição dos mesmos, sempre que aplicável;
  - (4) Estabelecer comunicações seguras entre a Comunidade de Informações Nacional;
  - (5) Explicitar na lei em que circunstâncias as FA poderão produzir Informações para desenvolver operações no âmbito interno;
  - (6) Quando em missão de segurança interna, permitir aos militares das FA a possibilidade de aplicar medidas de polícia;
  - (7) Incluir na lei a participação do SGSSI no CSDN, a participação do Chefe do CISMIL no CCSIRP (quando este reúne no âmbito das competências do SIS), a participação de representantes das FA no GCS e na UCAT.

A UCAT é efetivamente uma mais-valia que poderá ser valorizada em termos de capacidade preventiva, flexibilidade e rapidez de reação face a qualquer incidente de cariz



terrorista. Para o conseguir seria importante que, à semelhança do que sucede no Reino Unido com o JTAC, tivesse capacidade para efetuar a análise e o processamento das Informações relativas a ameaças terroristas de forma partilhada com representantes das diversas agências nacionais. Outra modalidade de ação passaria por atribuir-lhe capacidade de coordenação operacional e de centralização da informação sobre o fenómeno terrorista.<sup>75</sup> Uma versão menos ambiciosa consistiria na manutenção da UCAT nos moldes atuais, mas garantindo a integração de representantes das FA e do SPA nas suas reuniões para partilha de informação (o que já estaria também contemplado nas modalidades anteriores).

O combate ao terrorismo deverá integrar todas as dimensões da segurança e defesa, promovendo e garantindo a colaboração e cooperação interagências no âmbito da formação, Informações, planeamento, treino, coordenação e execução. Para isso é fundamental que se efetuem os respetivos reajustamentos legais.

Outro aspeto muito importante no combate ao terrorismo é o apoio proporcionado pela população. Para além da informação que lhe deve ser disponibilizada, também lhe deverão ser facultados meios seguros para que possam reportar atividades suspeitas.<sup>76</sup> Essas medidas também contribuiriam para reduzir a desconfiança de cidadãos e políticos relativamente aos Serviços de Informações, já por si sujeitos a inúmeras restrições legais em termos de atuação. É necessário desenvolver uma mentalidade de Informações que induza a uma mentalidade de segurança, para que Portugal se possa aproximar dos padrões médios dos países desenvolvidos.

Com o desiderato de formular orientações concretas para otimizar o contributo do SIM no combate ao terrorismo, e em **complemento da resposta à *vexata quaestio***, recorreu-se a mais uma análise SWOT<sup>77</sup> de onde resultaram as linhas de ação que se propõem em seguida.<sup>78</sup>

- a. Da interação entre pontos fracos e ameaças, sugerem-se as seguintes **linhas de ação defensivas**:

---

<sup>75</sup> Ambas as modalidades implicariam a nomeação de um responsável (que poderia passar por uma direção bicéfala, entre o SSI e o SIRP).

<sup>76</sup> Sugere-se a consulta de um sítio na Internet, no Reino Unido, que o exemplifica: <https://www.mi5.gov.uk/home/what-you-can-do.html>.

<sup>77</sup> Ver apêndice 4.

<sup>78</sup> Algumas das linhas de ação são mais desenvolvidas no apêndice 4.



- (1) Desenvolver ações de formação para sensibilização das chefias militares relativamente à importância das Informações, assim como para a necessidade de produção de doutrina nacional conjunta;
  - (2) Implementar a formação de base em Informações (especialização nas Academias/Escolas de Oficiais e de Sargentos);
  - (3) Atender à experiência e formação dos militares no âmbito das Informações aquando da nomeação para funções chave no CISMIL;
  - (4) Elaborar legislação específica que permita ligações diretas entre CISMIL e Ramos;
  - (5) Estabelecer comunicações via BICES com o Exército e a FAP.
- b. Da interação entre pontos fortes e oportunidades, sugerem-se as seguintes **linhas de ação agressivas**:
- (1) Rentabilizar a presença de todos militares com cargos no exterior dando-lhes formação no âmbito das Informações e definindo-lhes objetivos e RFI;
  - (2) Incrementar a cooperação com serviços e órgãos estrangeiros e nacionais, capitalizando a experiência e a qualificação dos quadros das FA;
  - (3) Constituir CIM com recursos humanos bem qualificados, por forma a estreitar melhores relacionamentos e incrementar a partilha de Informações;
  - (4) Utilizar militares altamente qualificados em HUMINT nos locais de mais interesse e com acesso a informação mais relevante;
  - (5) Criar uma Unidade de Informações na dependência do EMGFA que, entre outras valências, inclua uma escola de Informações, congregando todos os cursos de qualificação ligados às Informações e Segurança nas FA e um curso de analistas;
  - (6) Obter mais formação e experiência internacional para implementar na formação interna.
- c. Da interação entre pontos fortes e ameaças, sugerem-se as seguintes **linhas de ação de diversificação**:
- (1) Potenciar as capacidades de pesquisa das FA na Segurança Interna;
  - (2) Introduzir na legislação a possibilidade de interceção de comunicações telefónicas em TO sem necessidade de autorização de um juiz;





- (3) Promover alterações legislativas, para que o Chefe do CISMIL tenha assento nas reuniões do CCSIRP no âmbito das competências do SIS, e para a integração de um representante do CISMIL na UCAT;
  - (4) Procurar uma maior aproximação aos congêneres civis, rentabilizando os conhecimentos e a experiência dos militares e obtendo o seu reconhecimento;
  - (5) Para além do CEMGFA, e pela especificidade das suas funções, promover a participação do Chefe do CISMIL no CSSI;
  - (6) Promover a cooperação na formação entre as FA e os Serviços civis.
- d. Da interação entre pontos fracos e oportunidades, sugerem-se as seguintes **linhas de ação de reestruturação**:
- (1) Atualizar o SEGMIL e produzir doutrina nacional conjunta para uniformizar procedimentos, tomando como referência a da OTAN, mas com os necessários ajustamentos para poder ser disponibilizada para a CPLP;
  - (2) Implementar critérios de seleção rigorosos, onde se privilegie a formação e a experiência em Informações, para cargos e funções que lhe estejam ligados;
  - (3) Para além das chefias das FND, implementar a passagem obrigatória pelo CISMIL a todos os militares que vão para cargos isolados no exterior, onde deverão ser estabelecidas formas de ligação.

Concluimos assim que o SIM necessita de ser encarado pelas chefias militares com antelação, dando-lhe maior relevância e prioridade. Também necessita de ser regulamentado, permitindo assim, entre outros aspetos, uma articulação funcional entre o CISMIL e os Ramos. Desta forma será possível otimizá-lo, torna-lo útil para os decisores e credível para toda a Comunidade de Informações Nacional e países amigos, potenciando também desta forma o seu contributo no combate ao terrorismo.

Na sequência das análises desenvolvidas, não queríamos terminar sem deixar as seguintes **sugestões para estudos futuros**:

- “O papel das Informações Militares na Defesa (Segurança) Interna”;
- “A especialização em Informações Militares”.



## **Bibliografia**

Antunes, V, 2013. *Comando Operacional Conjunto*. Palestra ao CEM-C 2013 em 13 de abril de 2013. Lisboa: EMGFA.

Archick, K, 2012. *U.S.-EU Cooperation Against Terrorism*. USA: Congressional Research Service.

Assembleia da República, 1984. *Lei Quadro do SIRP* (Lei n.º 30/84, de 5 de setembro). Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 1993. *Estado-Maior-General das Forças Armadas*. (Decreto-Lei n.º 48/93, de 26 de fevereiro). Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 1995. *Lei Quadro do SIRP* (Lei n.º 4/95, de 21 de fevereiro). Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 1996. *Lei Quadro do SIRP* (Lei n.º 15/96, de 30 de abril). Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 1997. *Lei Quadro do SIRP* (Lei n.º 75-A/97, de 22 de julho). Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2003. *Lei de combate ao terrorismo* (Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto). Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2004. *Lei Quadro do SIRP* (Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro). Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2006a. *Lei Quadro da Política Criminal* (Lei n.º 17/2006, de 23 de maio). Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2006b. *Lei de Bases da Proteção Civil* (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho). Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2007. *Estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e do Serviço de Informações de Segurança e revoga os Decretos-Leis n.ºs 225/85, de 4 de Julho, e 254/95, de 30 de Setembro*. (Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro). Lisboa: Diário da República.



Assembleia da República, 2008a. *Lei n.º 25/2008, de 05 de maio*. Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2008b. *Lei de Organização da Investigação Criminal* (Lei n.º 48/2008, de 27 de agosto). Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2008c. *Lei de Segurança Interna* (Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto). Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2009a. *Lei de Defesa Nacional* (Lei Orgânica n.º 1-B/2009 de 7 de julho). Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2009b. *Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas* (Lei Orgânica n.º 1 A-/2009, de 7 de julho). Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2009c. *Lei n.º 38/2009, de 20 de julho*. Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2011a. *Lei n.º 17/2011, de 03 de maio*. Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2011b. *Resolução da Assembleia da República n.º 128/2011, de 31 de agosto*. Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2011c. *Decreto-Lei 126-A/2011, de 29 de dezembro*. Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República, 2013. *Lei n.º 28/2013, de 12 de abril*. Lisboa: Diário da República.

Barrento, A, 2010. *Da estratégia*. Parede: Tribuna da História.

Bartolomeu, JPS, 2012. Informações Militares – O atual ambiente estratégico. *Revista Militar*, 64, 681-734.

Bento, JMDS, 2012. *O Sistema de Informações militar português*. Entrevistado por Silva Bartolomeu. CISMIL, Lisboa, 22 Nov. 2012.

Campos, FCA et al., 2003. *Cooperação e Aprendizagem On-Line*. Rio de Janeiro: DP&A.



Carvalho, JS, 2009. *Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas*. In: Faculdade de Letras de Lisboa. 28 de maio de 2009 [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Letras. Disponível em:

[http://www.segurancaedefesa.pt/noticias/009/intervencao\\_jorge\\_silva\\_carvalho\\_20090528.pdf](http://www.segurancaedefesa.pt/noticias/009/intervencao_jorge_silva_carvalho_20090528.pdf), [Consult. 20 Nov. 2012]

CCPGR, 2001. *Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República: P001472001*. Pareceres da Procuradoria Geral da República, [em linha]. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/7fc0bd52c6f5cd5a802568c0003fb410/b9cf4527aefab79980256ae900476b60?OpenDocument>, [Consult. 31 Jan. 2013]

CEDN, 2003. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003). Lisboa: Diário da República.

CEDN, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013). Lisboa: Diário da República.

Chiavenato, I, 2003. *Introdução à teoria geral de administração*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Código de Processo Penal, 2013. *Código de Processo Penal (versão consolidada)*. Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, [em linha]. Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=199&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=199&tabela=leis), [Consult. 24 Abr. 2013]

Conselho da UE, 2005. *Estratégia Antiterrorista da União Europeia*. Bruxelas: Conselho da UE.

Conselho da UE, 2007. *EU Action Plan on combating terrorism*. Bruxelas: Conselho da UE.

Conselho da UE, 2008. *Revisão da Estratégia contra o Financiamento do Terrorismo*. Bruxelas: Conselho da UE.

Conselho da UE, 2011. *EU Action Plan on combating terrorism*. Bruxelas: Conselho da UE.

Couto, C, 1988. *Elementos de estratégia: apontamentos para um curso*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.



CRP, 2005. *Constituição da República Portuguesa* (Lei Constitucional n.º 1 / 2005, de 12 de agosto). Lisboa: Diário da República.

EME, 2009. *PDE 2-00: Informações, Contra-informação e Segurança*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

EMGFA, 2013. *Estado-Maior-General das Forças Armadas*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.emgfa.pt/>, [Consult. 10 Abr. 2013]

Eurojust, 2012. *Sham marriage criminal network dismantled*. [Em linha] Hague: Eurojust. Disponível em: <http://eurojust.europa.eu/press/PressReleases/Pages/2012/2012-11-20.aspx>, [Consult. 13 Jan. 2013]

Exército Português, 2012. Portugal. *Publicação Doutrinária do Exército 03-00: Operações* (draft). Lisboa: Exército Português.

FAP, 2013. *Força Aérea Portuguesa*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.emfa.pt/www/index>, [Consult. 23 Mar. 2013]

Giddens, A, 2000. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.

GOCEDN, 2013. *Grandes Opções do Conceito estratégico de Defesa Nacional*. [Em linha]. Portal das Comissões: Assembleia da República. Disponível em: [http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d304e4554693942636e463161585a765132397461584e7a5957387654335630636d397a4a5449775247396a6457316c626e52766379386f52334a68626d526c63313950554d4f4877355646553139445255524f583139575a584a7a77364e7658325a70626d467358325675646d6c685a47456c4d6a426651564a664d6b7068626a49774d544d704c6e426b5a673d3d&fich=\(Grandes\\_OP%C3%87%C3%95ES\\_CEDN\\_Vers%C3%A3o\\_final\\_enviada+\\_AR\\_2Jan2013\).pdf&Inline=true](http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d304e4554693942636e463161585a765132397461584e7a5957387654335630636d397a4a5449775247396a6457316c626e52766379386f52334a68626d526c63313950554d4f4877355646553139445255524f583139575a584a7a77364e7658325a70626d467358325675646d6c685a47456c4d6a426651564a664d6b7068626a49774d544d704c6e426b5a673d3d&fich=(Grandes_OP%C3%87%C3%95ES_CEDN_Vers%C3%A3o_final_enviada+_AR_2Jan2013).pdf&Inline=true), [Consult. 04 Mar. 2013]

IEP, 2012. *Global Terrorism Index Report*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2012/12/2012-Global-Terrorism-Index-Report1.pdf>, [Consult. 26 Dec. 2012]

Jenkins, BM, 2004. Redefining the enemy: the world has changed, but our mindset has not. *RAND review*, [Em linha]. Disponível em:



<http://www.rand.org/publications/randreview/issues/spring2004/enemy.html>, [Consult. 06 Mar. 2013]

Jerónimo, CACH, 2012. *O Sistema de Informações militar português*. Entrevistado por Silva Bartolomeu. Comando das Forças Terrestres, Oeiras, 15 Nov. 2012.

Jornal Oficial da UE, 2008. *Decisão 2008/617/JAI do Conselho de 23 de junho de 2008 relativa à melhoria da cooperação entre as unidades especiais de intervenção dos Estados-Membros da União Europeia em situações de crise (JO L 210 de 06 de agosto de 2008)*.

Jornal Oficial da UE, 2010. *Programa de Estocolmo – uma Europa aberta e segura que sirva e proteja os cidadãos (JO C 115 de 04 de maio de 2010)*.

Kellen, J, 2013. O SEF e o planeamento estratégico. In: Instituto de Estudos Superiores Militares. *O planeamento estratégico*. Pedrouços, 30 de janeiro de 2013.

Laasme, L, 2010. *A NATO e a Agência de Defesa Europeia: não se trata de um jogo de soma nula*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.nato.int/docu/review/2010/Lisbon-Summit/NATO-EDA/PT/index.htm>, [Consult. 06 Jan. 2013]

Lopes, F, 2009. *Grande Entrevista: Figueiredo Lopes*. Entrevistado por José Carlos Marques [jornal]. Correio da manhã, 20 Dec. 2009, [em linha]. Disponível em: <http://www.cmjornal.xl.pt/noticia.aspx?contentid=D2947152-9C44-4276-A4D7-04B203A560FB&channelid=00000229-0000-0000-0000-000000000229>, [Consult. 20 Jan. 2013]

Lucena, JNS, 1992. Tipologia e hierarquização das ameaças: a importância das informações: tipos de sistemas das informações. In *Nação e Defesa*, 61, 1992. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, p. 125-161.

Luís, A, 2013. O Sistema de Segurança Interna e o planeamento estratégico. In: Instituto de Estudos Superiores Militares. *O planeamento estratégico*. Pedrouços, 23 de janeiro de 2013.

MDN, 2002. *Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de março*. Lisboa: Diário da República.

MDN, 2007. *Decreto Regulamentar n.º 86/2007, de 12 de dezembro*. Lisboa: Diário da República.



MDN, 2009a. *Lei Orgânica do Exército* (Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro). Lisboa: Diário da República.

MDN, 2009b. *Lei Orgânica da Força Aérea* (Decreto-Lei n.º 232/2009, de 15 de setembro). Lisboa: Diário da República.

MDN, 2009c. *Lei Orgânica da Marinha* (Decreto-Lei n.º 233/2009, de 15 de setembro). Lisboa: Diário da República.

MDN, 2009d. *Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas* (Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro). Lisboa: Diário da República.

MDN, 2013. *Forças Armadas Portuguesas dão formação a mais um grupo de militares somalis*. [Em Linha]. Disponível em: <http://www.defesa.pt/Paginas/formacaomilitaressomalis.aspx>, [Consult. 10 Fev. 2013]

MI5, 2013. *MI5: The Security Service*. [Em Linha]. Disponível em: <https://www.mi5.gov.uk/>, [Consult. 11 Fev. 2013]

Monteiro, R, 2011. *O fenómeno do terrorismo e a resposta do conselho de segurança das nações unidas*. Monografia de bacharelato em relações internacionais. Centro Universitário de Brasília.

Moreira, A et al., 2004. *Informações e segurança: estudos em honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio.

Morgado, JC, 2013. O SIED e o planeamento estratégico. In: Instituto de Estudos Superiores Militares. *O planeamento estratégico*. Pedrouços, 24 de janeiro de 2013.

Nogueira, JMF ed. lit., 2005. *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional.

NATO, 2004. *Istanbul Summit Communiqué*. [Em Linha]. Disponível em: <http://www.nato.int/docu/pr/2004/p04-096e.htm>, [Consult. 30 Nov. 2012]

NATO, 2008. *Response to terrorism*. [Em Linha]. Disponível em: [http://www.nato.int/nato\\_static/assets/pdf/pdf\\_publications/20120116\\_response\\_to\\_terrorism2008-e.pdf](http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_publications/20120116_response_to_terrorism2008-e.pdf), [Consult. 30 Dec. 2012]





NATO, 2010. *Strategic Concept for the Defence and Security of The Members of the North Atlantic Treaty Organisation: Adoted by Heads of State and Government*. Lisboa, 19 e 20 de Novembro de 2010. Bruxelas: North Atlantic Treaty Organisation.

NATO, 2011. *NATO's military concept for defence against terrorism*. [Em Linha]. Disponível em: [http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_69482.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_69482.htm), [Consult. 30 Dec. 2012]

NATO, 2012a. *NATO Intelligence Fusion Centre*. [Em Linha]. Disponível em: <http://web.ifc.bices.org/index.htm>, [Consult. 30 Dec. 2012]

NATO, 2012b. *Intelligence Sharing in Combating Terrorism*. [Em Linha]. Disponível em: <http://natolibguides.info/intelligence>, [Consult. 30 Dec. 2012]

NATO, 2012c. *The Partnership Action Plan against Terrorism*. [Em Linha]. Disponível em: [http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_50084.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_50084.htm), [Consult. 30 Dec. 2012]

NATO, 2012d. *Partnership for Peace programme*. [Em Linha]. Disponível em: [http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_50349.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_50349.htm), [Consult. 29 Dec. 2012]

Nesser, P, 2005. *The slaying of the dutch filmmaker: religiously motivated violence or islamist terrorism in the name of global jihad?* [Em Linha]. Disponível em: <http://www.ffi.no/no/Rapporter/05-00376.pdf>, [Consult. 12 Jan. 2013]

Pereira, J, 2009. *Entrevista do Secretário-Geral do SIRP, à Revista “Segurança e Defesa”, n.º 9, Janeiro-Março de 2009*. Entrevistado por Revista “Segurança e Defesa”. [Em Linha]. Disponível em: <http://www.sirp.pt/cms/view/id/70/>, [Consult. 20 Jan. 2013]

Pereira, J, 2010. *Entrevista do Secretário-Geral do SIRP, à Revista “Segurança e Defesa”, n.º 15, Outubro-Dezembro de 2010*. Entrevistado por Revista “Segurança e Defesa”. [Em Linha]. Disponível em: <http://www.sirp.pt/cms/view/id/75/>, [Consult. 20 Jan. 2013]

Pereira, R, 2004. Os desafios do terrorismo: a resposta penal e o sistema de informações. In: Moreira, A et al., 2004. *Informações e segurança: estudos em honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio. Pp. 491-528.

Pinto, HP, 2013. O SIS e o planeamento estratégico. In: Instituto de Estudos Superiores Militares. *O planeamento estratégico*. Pedrouços, 24 de janeiro de 2013.



PJ, 2013. *Polícia Judiciária*. [Em Linha]. Disponível em: <http://www.pj.pt/>, [Consult. 28 Jan. 2013]

Portela, I, 2009. A segurança interna e o combate ao terrorismo: o caso português. *Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública*, 7, 491-514.

Prata, G, 2010. As Forças Armadas e a Segurança Interna. *Operacional: defesa, forças armadas e de segurança*, [em linha]. Disponível em: <http://www.operacional.pt/as-forcas-armadas-e-a-seguranca-interna/>, [Consult. 25 Nov. 2012]

Presidente da República, 2011. *Decreto do Presidente da República n.º 49/2011, de 6 de Maio*. Lisboa: Diário da República.

Quivy, R e Campenhoudt, LV, 1998. *Manual de investigação em ciências sociais*. 2ª ed. Traduzido do francês por JM Marques, MA Mendes e M Carvalho. Lisboa: Gradiva.

Reinares, F, 2009. *A Case Study of the January 2008 Suicide Bomb Plot in Barcelona*. [Em linha], West Point: Combating Terrorism Center. Disponível em: <http://www.ctc.usma.edu/posts/a-case-study-of-the-january-2008-suicide-bomb-plot-in-barcelona>, [Consult. 12 Jan. 2013]

SIS, 2013. *Serviço de Informações de Segurança*. [Em Linha]. Disponível em: <http://www.sis.pt/>, [Consult. 23 Jan. 2013]

Sistema de Forças Nacional, 2004. *Sistema de Forças Nacional: Componente Operacional*. CSDN.

SSI, 2011. *Relatório anual de segurança interna: 2010*. Lisboa: Gabinete do SGSSI.

SSI, 2012. *Relatório anual de segurança interna: 2011*. Lisboa: Gabinete do SGSSI.

SSI, 2013. *Relatório anual de segurança interna: 2012*. Lisboa: Gabinete do SGSSI.

Tzu, S, 2002. *A arte da guerra*. 4ª ed. Mem Martins: Europa América.

UE, 2010a. *Estratégia de segurança interna da União Europeia: Rumo a um modelo europeu de segurança*. Bruxelas: Secretariado-geral do Conselho.

UE, 2010b. *Tratados consolidados. Carta dos Direitos Fundamentais*. Luxemburgo:



Serviço das Publicações da UE.

UE, 2012. *Luta contra o terrorismo*. [Em Linha]. Disponível em: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/glossary/fight\\_against\\_terrorism\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/fight_against_terrorism_pt.htm), [Consult. 05 Jan. 2013]

United Nations, 2004. *A more secure world: our shared responsibility: Report of the high-level panel on threats, challenges and change*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.un.org/secureworld/report.pdf>, [Consult. 02 Dec. 2012]

USA, 2009. *Counterterrorism* (Joint Publication 3-26). USA: Joint Chiefs of Staff.

USA, 2010. *Antiterrorism* (Joint Publication 3-07.2). USA: Joint Chiefs of Staff.

USA, 2012. *Joint and National Intelligence: Support to Military Operations* (Joint Publication 2-01). USA: Joint Chiefs of Staff.

Vieira, RMCR, 2011. Os desafios actuais às Informações Militares. *Operacional: defesa, forças armadas e de segurança*, [em linha]. Disponível em: <http://www.operacional.pt/os-desafios-actuais-as-informacoes-militares/>, [Consult. 24 Mar. 2013]

XVII Governo Constitucional, 2005. *Programa do XVII Governo Constitucional*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

XVIII Governo Constitucional, 2009. *Programa do XVIII Governo Constitucional*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

XIX Governo Constitucional, 2011. *Programa do XIX Governo Constitucional*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.



## **Anexo A – Glossário de conceitos**

**AMEAÇA** – “[A]contecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causadora de danos materiais ou morais. As ameaças podem ser de variada natureza (militar, económica, subversiva, ecológica, etc.)” (Couto, 1988, p. 329). No âmbito das relações conflituosas, pode entender-se a ameaça como a possibilidade de uma ação praticada por um ator (Estado, grupo político, terrorista, criminoso, etc.) contra outro ator e que implique o recurso à coação. A sua configuração resulta das possibilidades, intenções e móveis do agente da ameaça, das vulnerabilidades intrínsecas do alvo e dos valores em jogo, num quadro espaço-temporal, gerador de uma determinada oportunidade.

**ANTITERRORISMO** – Medidas de carácter defensivo pró-ativas (avaliação da ameaça, planeamento, criação de recursos de emergência e treino) e reativas (gestão das consequências do incidente terrorista), que visam reduzir a vulnerabilidade de pessoas e bens às ações terroristas (USA, 2010, p. vii).

**ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES** – Processo especializado e sistemático de requisição, pesquisa, análise, integração, interpretação e difusão de conhecimento, desenvolvido no quadro de uma organização específica, de forma a permitir a tomada de decisão pelo utilizador.<sup>79</sup>

**COLABORAÇÃO** – Ação que gera benefício para um parceiro, no sentido horizontal ou vertical, em que o ganho não necessita de ser conjunto, é um apoio que não espera retribuição (Winckler e Molinari, 2011, p. 10).

**COMBATE AO TERRORISMO** – Ações defensivas que visam reduzir os efeitos de ataques terroristas (antiterrorismo) e ações conducentes à prevenção, dissuasão e resposta ao terrorismo (contraterrorismo) (Exército Português, 2012, p. 2-11).

**CONTRATERRORISMO** – Ações diretas contra redes, grupos e instalações terroristas, dentro e fora do território nacional, e ações indiretas, influenciando e tornando os ambientes globais e regionais inóspitos para as redes terroristas (USA, 2010, p. vii), que visam prevenir, dissuadir, antecipar e responder a ações terroristas (Exército Português, 2012, p. 2-12).

**COOPERAÇÃO** – Relação que remete para a reciprocidade, ocorre em nível horizontal, com motivações semelhantes ou distintas entre os parceiros, para obter benefícios mútuos (Winckler e Molinari, 2011, p. 9 e 10). “[É] atuar junto, de forma coordenada, no trabalho ou nas relações sociais para atingir metas comuns” (Campos et al., 2003, p. 25).

**CRISE / SITUAÇÃO DE CRISE** – “[Q]ualquer situação em que as autoridades competentes de um Estado-Membro tenham motivos razoáveis para crer que existe uma infracção penal que apresenta uma ameaça física grave e directa para pessoas, bens patrimoniais, infra-estruturas ou instituições nesse Estado-Membro, em particular as situações [...] relativa à luta contra o terrorismo” (Jornal Oficial da UE, 2008, p. 74).

**DEFESA NACIONAL** – “[A]brange o conjunto de políticas de natureza militar, diplomática, económica, social, cultural e técnico-científica, que, adequadamente integradas e coordenadas, permitem reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades” (GOCEDN, 2013, p. 3), com vista a torná-la apta a prevenir e combater todos os tipos de agressões, ameaças e perigos (internos ou externos) que, directa ou indirectamente, possam pôr em causa a Segurança Nacional. Tem, por isso, um âmbito global,

---

<sup>79</sup> Ver apêndice 1.



integrando componentes militares e não militares, requer o empenhamento de todos os cidadãos, da sociedade e dos poderes públicos. Os governantes, FA, tribunais, FSS, de proteção civil e de segurança privada têm papel de especial relevo, assim como as empresas (e o Estado incentivando-as) na componente económica da defesa.

**ESTRATÉGIA** – “[C]iência-arte que trata da preparação e utilização da coação para, apesar da hostilidade dos opositores, atingir os objetivos fixados pela entidade política” (Barrento, 2010, p. 110)

**INFORMAÇÃO** – Conjunto de dados (ou notícias) com um significado e que permite reduzir a incerteza (Chiavenato, 2003, pp. 418 e 422). A informação, depois de integrada com outra já existente, considerada à luz de experiências anteriores, e das conclusões obtidas por parte de analistas (interpretação) segundo um determinado sistema de crenças, dá origem ao conhecimento ou às denominadas “Informações”.

**INFORMAÇÕES** – O termo “Informações”<sup>80</sup> é, de uma maneira geral, versado numa tripla significação: pode ser entendido como “conhecimento”; como o “conjunto de atividades” envolvidas na obtenção desse conhecimento; ou na aceção de “organização” que desenvolve um conjunto de atividades de forma planeada e sistematizada para obtenção de conhecimento.<sup>81</sup>

**NOTÍCIA** – Em termos técnicos, é todo o dado isolado não processado, de qualquer natureza (facto, documento ou material)<sup>82</sup> suscetível de ser usado na produção de Informações (Exército Português, 2012, p. B-17). É atribuída à notícia uma classificação quanto ao grau de confiança, diretamente relacionada com a credibilidade da fonte, e quanto ao grau de verosimilhança, que se traduz na probabilidade de ser verdadeira quando confrontada com outras já existentes. Só posteriormente à classificação é que a notícia é processada ou arquivada para uso posterior.

**RISCO** – Possibilidade de perigo ou acontecimento indesejado, “refere-se a perigos calculados em função de possibilidades futuras” (Giddens, 2000, p. 33). “É caracterizado pelo grau de probabilidade e de severidade de uma potencial perda resultante de ameaça e é resultado da sua análise, independentemente de a ameaça estar devidamente configurada pela identificação do agente ou seja apenas derivada de determinadas vulnerabilidades do próprio alvo” (Bartolomeu, 2012, p. 693).

**SEGURANÇA NACIONAL** – Condição da Nação que reflete os estados de unidade, soberania e independência nacionais, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o bem-estar e prosperidade, a sobrevivência da Nação em paz e liberdade, a unidade do Estado e normal desenvolvimento das suas tarefas, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas, no quadro constitucional (GOCEDN, 2013, p. 3).

**TERRORISMO** – “Ameaça de utilização ou uso efetivo de força e violência ilegais por um ator não-estatal para atingir um objetivo político, económico, religioso ou social através do medo, coerção ou intimidação” (IEP, 2012, p. 8).

---

<sup>80</sup> *Intelligence* - para os anglo-saxónicos; *Inteligência* – para os brasileiros e espanhóis.

<sup>81</sup> Ver apêndice 1.

<sup>82</sup> Inclui sinais detetados por um sensor, ou origem de qualquer tipo (humano, mecânico ou eletrónico), ou transmitidos entre quaisquer pontos nodais de um sistema. Por vezes necessitam de ser trabalhados (alteração do formato) para serem perceptíveis e lhes ser atribuído um significado.



## Anexo B – A Organização do Tratado do Atlântico Norte no combate ao terrorismo

Após os ataques em 11 de setembro de 2001 verificaram-se profundas alterações na forma de combate ao terrorismo pela OTAN.

Em outubro de 2001, no Mar Mediterrâneo, iniciou-se a operação *Active Endeavour* com patrulhamentos marítimos para detetar, dissuadir, defender, e proteger contra a atividade terrorista; a ISAF passou a ser comandada pela OTAN em agosto de 2003, esta campanha no Afeganistão tem sido o grande esforço da OTAN na última década, e é o maior empenhamento da história da OTAN; nos Balcãs também se têm desenvolvido ações indiretas de contraterrorismo, contribuindo para a redução do financiamento do terrorismo.

O Conceito Militar da OTAN para a defesa contra o terrorismo foi aprovado na Cimeira de Praga em 21 de novembro de 2002. Segundo este, o terrorismo é uma ameaça real para os membros da OTAN, e esta deverá estar preparada para apoiar os esforços de defesa dos países aliados. É atribuída grande relevância à “proteção da força” e identificam-se quatro tipos de ações militares para o combate ao terrorismo: antiterrorismo (medidas essencialmente defensivas), gestão de consequências (lidar e reduzir os efeitos de um ataque terrorista após a sua ocorrência), contraterrorismo (medidas essencialmente ofensivas sob liderança da OTAN ou com o apoio da OTAN) e cooperação militar (NATO, 2011). No novo Conceito Estratégico da OTAN, a preocupação com o terrorismo é bem evidente, em particular perante a possibilidade dos terroristas puderem adquirir armas NBQR (NATO, 2010, p. 11).

Para um combate mais eficaz ao terrorismo, na última década a OTAN tem apresentado uma grande preocupação relativamente à cooperação. Tem mantido relações com as principais organizações internacionais e possui diversos programas que podem facilitar a coordenação fora da Aliança. A defesa contra o terrorismo é a primeira das três prioridades chave do Programa de Ciência para a Paz e Segurança, que veio promover a cooperação científica entre cientistas de membros da OTAN e de outros que participam no Programa Parceria para a Paz<sup>83</sup> ou no Diálogo do Mediterrâneo<sup>84</sup> (NATO, 2008, p. 11). Para além destes programas, a relevar também o Conselho OTAN/ Rússia e a Comissão OTAN/Ucrânia (NATO, 2011). A necessidade de cooperação é reforçada no Conceito Estratégico da OTAN quando refere, em relação à UE, que “*Better cooperation can also be helpful in addressing unconventional threats such as terrorism [...]*” ou, relativamente à Rússia, que “*Cooperation is pledged in, among other areas, counter-terrorism [...]*”, a sua importância também é afirmada relativamente às parcerias OTAN no Mediterrâneo e Médio Oriente, e ao papel de outras componentes que não apenas a militar, destacando a necessidade de uma *comprehensive approach* nas suas intervenções (NATO, 2010, pp. 19-22, 26, 28, 44 e 45). A ameaça terrorista requer que as operações militares sejam coordenadas e implementadas de forma coerente e de forma integrada com iniciativas diplomáticas, económicas, sociais, jurídicas e de informação.

As alterações no ambiente estratégico levaram os Aliados a reconhecer explicitamente, durante a Cimeira de Istambul, em junho de 2004, a necessidade de melhorar a partilha de Informações entre Aliados e outros parceiros. Assim, implementou-se no SHAPE em Mons, Bélgica, o Programa de Defesa Contra o Terrorismo,<sup>85</sup> também lá foi criada uma célula de ligação de Informações, e uma unidade de ligação de Informações no Quartel-General da OTAN em Bruxelas. Entretanto, a *Terrorist Threat Intelligence Unit*<sup>86</sup>, que se encontrava em

<sup>83</sup> Programa de cooperação bilateral prática entre vinte e dois países parceiros euro-atlânticos e a OTAN. Permite que os países parceiros construam um relacionamento individual com a OTAN, escolhendo as suas próprias prioridades para a cooperação (NATO, 2012d).

<sup>84</sup> Iniciou-se em 1994 e atualmente engloba cooperação em diversos domínios com sete países do Mediterrâneo: Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia.

<sup>85</sup> “*Improved intelligence sharing between our nations, including through our Terrorist Threat Intelligence Unit and a review of current intelligence structures at NATO Headquarters*” (NATO, 2004).

<sup>86</sup> Esta Unidade apoiava-se em recursos de Informações civis e militares, de países da OTAN e parceiros, para





funcionamento desde 2003, foi absorvida em 2010-11 pela Divisão de *Emerging Security Challenges* criada no Quartel-General da OTAN. Esta Divisão veio dar ênfase à cooperação entre as componentes civis e militares (NATO, 2012b).

Desde o 11 de setembro de 2001, que os EUA e a OTAN têm vindo a procurar formas de melhorar a produção de Informações para apoiar a *Global War on Terrorism*. Para além da partilha de Informações, havia quem advogasse (como é o caso do Almirante Gregory Johnson<sup>87</sup>) que a OTAN deveria desenvolver as suas próprias capacidades.

O *Allied Command Transformation* da OTAN determinou que a arquitetura de Informações na OTAN deveria sofrer uma transformação para poder responder às necessidades estratégicas e operacionais de Informações do futuro e propôs a criação de um IFC da OTAN. O NIFC, sedado na base da *Royal Air Force* próxima de *Molesworth* no Reino Unido e co-localizado junto ao *Joint Analysis Center* do Comando norte-americano na Europa, está em funcionamento desde 2007 e tem como missão apoiar o SACEUR, e os comandantes subordinados do ACO providenciando-lhes Informações que permitam desenvolver planos e executar operações. Além disso, no âmbito do acordo “Berlin Plus”, no comando das operações da UE, esta poderá ser apoiada pelo NIFC, desde que a articulação da força se apoie na organização militar da OTAN. O esforço do NIFC tem estado vocacionado para apoiar todas as operações em curso: Kosovo, Golfo de Adem, Líbia e, com particular destaque, a ISAF no Afeganistão. O NIFC é dirigido pelo Comité Militar e está sob comando operacional do SACEUR, através do Adjunto do Chefe de Estado-Maior para as operações e Informações do SHAPE (NATO, 2012a).

O SACEUR estabelece as prioridades em conformidade com as decisões políticas tomadas no Quartel-General da OTAN, e o *Joint Military Intelligence Staff* do SHAPE, como representante do SACEUR, vai alocar o NIFC, direta e exclusivamente, com o objetivo de satisfazer as necessidades de Informações do SACEUR para o planeamento e execução das operações, como parte da produção global das Informações para o ACO.

O NIFC é constituído por aproximadamente 200 elementos civis e militares.<sup>88</sup> Para além da sua estrutura orgânica, existem as *National Rooms*, devidamente credenciadas pelo respetivo país, onde as nações instalam os seus sistemas nacionais, de forma a disponibilizarem a informação que seja *releasable*, de acordo com a política nacional de Informações. São as *National Rooms* que dão o carácter de *Fusion* ao NIFC. No fundo o NIFC é uma organização que permite o fluxo de Informações nos dois sentidos, da OTAN para as nações e vice-versa.<sup>89</sup>

A OTAN não tem um mandato ou capacidades para recolha de Informações, exceto nos casos em que forças da OTAN ou forças lideradas pela OTAN são destacadas para determinado território e desenvolvem funções normais de Informações militares. A OTAN depende em grande parte das Nações para a obtenção de Informações e estas também têm acesso às Informações produzidas pela Aliança por intermédio do NIFC que, quando apropriado, são partilhadas com os Parceiros da Parceria para a Paz e com outros países contribuintes de forças para operações lideradas pela OTAN ou a participar nas atividades da Parceria para a Paz.

---

fornecer meios de avaliação ao Conselho do Atlântico Norte e ao pessoal da OTAN.

<sup>87</sup> Antigo *Commander in Chief, Allied Forces Southern Europe*.

<sup>88</sup> Portugal, com uma reduzida representação (como tem sido habitual no campo das Informações Militares em ambientes Multinacionais) já teve dois militares nomeados em funções no NIFC, o Tenente-coronel Vitor Mendes na função de *Watch Analyst*, o Capitão-tenente Cavaleiro Ângelo na função de *Chief Africa Section* (também chefiou a “*Libya Crisis Team*”, em apoio à operação “*Unified Protector*”, entre 24 de março e 31 de outubro de 2011), e tem atualmente outro militar, o Major Cordeiro de Menezes, na função de *Africa Analyst*, estas missões de serviço são normalmente por períodos de três anos.

<sup>89</sup> No caso das *National Intelligence Cells* (NIC), as Informações fluem maioritariamente num sentido, da OTAN para as NIC.





## Anexo C – A União Europeia no combate ao terrorismo

O 11 de setembro de 2001 e as células da Al Qaida descobertas em solo europeu foram determinantes para o impulso que se verificou na UE para combater o terrorismo. Após os atentados em março de 2004, em Madrid, e em julho de 2005, em Londres, surgiram mais iniciativas para dinamizar este combate. Na sequência de uma reunião do Conselho Europeu em 25-26 de março de 2004 foi emitida uma declaração, segundo esta todos os Estados-Membros passam a agir em conjunto num espírito de solidariedade e a mobilizar todos os instrumentos à sua disposição, incluindo recursos militares, no caso de um deles ser alvo de um ataque terrorista (UE, 2012).<sup>90</sup> Foi também criado o cargo de Coordenador da Luta Antiterrorista para, entre outras responsabilidades, estimular a partilha de Informações entre os Estados-Membros e promover a implementação das políticas antiterroristas já acordadas (Archick, 2012, p. 2). Em 30 de novembro 2005 a UE adotou uma estratégia antiterrorista articulada em torno das seguintes vertentes: prevenção, proteção, perseguição e resposta.

A prevenção compreende o combate contra fatores e causas que podem conduzir à radicalização e ao recrutamento terrorista. De entre as principais prioridades estabelecidas, destacam-se a definição de ações comuns para detetar e combater comportamentos de risco; combate (através da criminalização) à instigação e recrutamento; promoção (através de programas de assistência) da boa governação, democracia, educação e prosperidade económica; e desenvolvimento do diálogo intercultural (Conselho da UE, 2005, p. 9)

A proteção visa reduzir vulnerabilidades a atentados e limitar o impacto destes. Para isso é preconizada uma ação coletiva a nível da segurança fronteiriça, dos transportes e de todas as infraestruturas transfronteiras. Como principais prioridades desta vertente destacam-se a introdução de dados biométricos nos passaportes, implantação do Sistema de Informação sobre Vistos e a segunda geração do Sistema de Informação de Schengen (Conselho da UE, 2005, p. 11).

A perseguição (que vai para além das fronteiras da UE) tem como objetivos impedir o planeamento, deslocações e comunicações dos terroristas, desarticular as suas redes e atividades de recrutamento, pôr termo ao financiamento e ao acesso a materiais utilizáveis em atentados e entrega-los à justiça (Conselho da UE, 2005, p. 12). As grandes prioridades estabelecidas para o conseguir são: reforçar os mecanismos nacionais de luta ao terrorismo; rentabilizar as capacidades do Serviço Europeu de Polícia (Europol) e da Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (Eurojust), facilitar a cooperação policial e judiciária, e continuar a integrar as análises da ameaça efetuadas pelo *Intelligence Center* (IntCen) na elaboração das políticas de luta contra o terrorismo; para além do mandato de detenção europeu, adotar um mandato de obtenção de provas; impedir o acesso a equipamentos utilizáveis em atentados terroristas, a utilização de documentação falsa e a comunicação e disseminação de conhecimentos técnicos pela Internet; para resolver a questão do financiamento do terrorismo, realizar investigações, congelar ativos e impedir transferências de fundos (o que concorre também para a prevenção); desenvolver e colocar em prática o princípio da disponibilização de informação em matéria de aplicação da lei; reforçar a assistência técnica a países terceiros prioritários para os auxiliar a criar mecanismos para desarticular o terrorismo (Conselho da UE, 2005, pp. 12 e 14).

A resposta engloba toda a gestão decorrente de eventuais atentados terroristas, procurando minimizar os seus efeitos. É da responsabilidade dos Estados-Membros lidarem com os atentados, até porque os mecanismos de resposta são muitas vezes idênticos aos utilizados em

<sup>90</sup> A cláusula de solidariedade foi institucionalizada com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 1 de dezembro de 2009. Segundo o artigo 222.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE, a UE mobiliza todos os instrumentos ao seu dispor, incluindo os meios militares disponibilizados pelos Estados-Membros, para prevenir a ameaça terrorista, proteger as instituições democráticas e a população civil de um eventual ataque terrorista e prestar assistência (se solicitada) a qualquer Estado-Membro em caso de ataque terrorista (UE, 2010b).



caso de catástrofe. No entanto, a UE pretende ter capacidade para assegurar uma resposta solidária a uma emergência extrema através do mecanismo de cooperação no domínio da proteção civil da UE. As prioridades a salientar com o desígnio de responder são as seguintes: desenvolver a análise de risco como base para a criação de capacidades de resposta a atentados; criar mecanismos que permitam proceder a uma rápida troca de Informações e decisões, a coordenação com outras organizações internacionais e a coordenação dos meios de comunicação social (caso se trate de um incidente com consequências transfronteiriças); assegurar a solidariedade, a assistência e a indemnização às vítimas do terrorismo e respetivas famílias (Conselho da UE, 2005, p. 16). Salvaguardar também a possibilidade do recurso às capacidades militares, fornecer assistência aos cidadãos da UE que se encontrem em países terceiros e proteger e dar assistência aos efetivos militares e civis que participem em operações da UE no domínio da gestão de crises.

Para além das medidas referidas, na sequência da Decisão 2007/124/CE do Conselho, de 12 de fevereiro de 2007, foi criado para o período de 2007 a 2013, o programa específico “Prevenção, preparação e gestão das consequências em matéria de terrorismo e outros riscos relacionados com a segurança”.

A estratégia antiterrorista da UE foi complementada em 29 de março de 2007 com um plano de ação detalhado, o *EU Action Plan on combating terrorism* (Conselho da UE, 2007) que enumera as medidas pertinentes a adotar no âmbito das suas quatro vertentes. Destacam-se ainda, entre muitos outros, projetos como o *Check the Web* destinado a monitorizar *websites* Islâmicos, o *EU Action Plan on Enhancing the Security of Explosives*, o *System for the Control over Explosives to Prevent and Fight against Terrorism*, o *Passenger Name Records*, o programa *EU-US Agreement on the Terrorist Finance Tracking*, o *European Criminal Records Information System* e o *EU CBRN Action Plan*. (Conselho da UE, 2011).

Destaca-se também o incremento da cooperação com atores como os EUA, a ONU e países dos Balcãs Ocidentais, e ainda a assistência prestada ao Paquistão, Iémen e países do Sahel (Conselho da UE, 2011, pp. 30-34); e a ambição de incrementar a cooperação com a China, a Índia, o Paquistão, o Afeganistão (Jornal Oficial da UE, 2010, p. 37), Argélia, Marrocos, Somália e Tajiquistão (Conselho da UE, 2011, p. 42).

Na UE o combate ao terrorismo está sob a alçada da cooperação policial e judiciária em matéria penal. De acordo com o n.º 1 do artigo 83.º do TUE, o terrorismo é uma forma de “criminalidade particularmente grave com dimensão transfronteiriça”.

Os esforços da UE para combater o terrorismo baseiam-se atualmente no Programa de Estocolmo (2010-2014), adotado em dezembro de 2009 (Jornal Oficial da UE, 2010, p. 24).

Em conformidade com o relatório do Conselho da UE (2011, pp. 35 e 45), todas as atividades desenvolvidas pela AED no quadro das Informações estão a apoiar o combate ao terrorismo. Entre outros, destacam-se os cursos de analistas de *Open Source Intelligence* e *Space Situation Awareness*, *Computer Network Operations*; nas áreas da deteção, identificação e monitorização de ameaças NBQR assim como na inativação de engenhos explosivos e nos *Counter Man Portable Air Defence Systems* tem existido uma franca evolução; a *EU-wide Maritime Surveillance* está operacional; o projeto do *Future Unmanned Aerial Systems* tem vindo a evoluir; e continua a desenvolver-se o *Soldier Centric Identification System* que permitirá uma maior proteção ao pessoal envolvido em operações de contraterrorismo.

A Estratégia Europeia de Segurança Interna contempla como uma das suas cinco prioridades: prevenir o terrorismo e responder à radicalização e ao recrutamento. O Tratado de Lisboa criou o Comité Permanente sobre a Cooperação Operacional no domínio da Segurança Interna (UE, 2010a, p.25). Este deverá permitir coordenação e cooperação mais eficazes entre a Europol, Frontex, Eurojust, Colégio Europeu de Polícia (Cepol) e IntCen.



## **Anexo D – Extratos<sup>91</sup> da entrevista<sup>92</sup> ao Ex.<sup>mo</sup> Tenente-general Hernandez Jerónimo<sup>93</sup>**

### **O Sistema de Informações Militar Português**

#### **1. Atendendo à atual conjuntura, considera que existem vantagens na utilização das FA na Segurança Interna?**

Atualmente, reconheço que, atendendo aos poucos recursos do país, existem vantagens na rentabilização dos meios das FA numa ótica de resposta gradativa e/ou garantindo uma presença dissuasora em caso de ameaça latente.

No entanto, considero que a Lei de Segurança Interna é muito vaga quando refere apenas que as FA colaboram em matéria de Segurança Interna nos termos da Constituição e da lei, e que compete ao SGSSI e ao CEMGFA coordenarem esta colaboração. A Lei deveria explicitar claramente as circunstâncias em que as FA poderão ser empregues, definindo responsabilidades e salvaguardando os militares em termos da sua atuação.

#### **2. No caso de um evento considerado de elevado risco ou ameaça terrorista, em que áreas antevê uma maior aplicação das forças Terrestres em colaboração com as FSeg?**

O tipo de evento condiciona essa aplicação, no entanto, em termos gerais, saliento uma possível utilização de forças, como elemento de dissuasão em caso de ameaça terrorista e em nichos de saber como a ciberdefesa, a guerra eletrónica e a área NBQ.

#### **3. Como se tem desenvolvido a cooperação do CISMIL no âmbito interno e externo?**

A ligação entre as Informações Militares e os Serviços de Informações nacionais, tem sido relativamente boa, mas, efetivamente, poderia e deveria ser mais incrementada (...)

Com o exterior, a cooperação tem sido mais profícua. Para além das que ocorrem no âmbito da OTAN e da UE realizam-se reuniões bilaterais com diversos países amigos e têm havido solicitações de outros no sentido de se virem a relacionar connosco. Estas reuniões são realizadas alternadamente em Portugal ou fora, mas não existem protocolos formais com muitos. Infelizmente, por escassez de recursos financeiros, não tem sido possível participar em algumas das reuniões que acontecem no estrangeiro.

#### **4. A formação dos intervenientes no processo de produção de informações militares é adequada?**

Existem diversos cursos nas FA neste âmbito, nomeadamente o curso de Interrogadores de Prisioneiros de Guerra, o curso de HUMINT e o curso de Segurança Militar (...). As dificuldades surgem por vezes em conseguirmos que as pessoas com estas formações sejam colocadas nos locais adequados: o CISMIL depende da disponibilização deste pessoal por parte dos Ramos, e o CISMIL, em muitos dos casos, não é uma prioridade; nos Ramos a gestão do pessoal nem sempre é feita tendo em conta a formação e a sensibilidade dos militares para estas matérias das Informações. Ao nível do CISMIL, sempre que possível, a formação dos elementos lá colocados é complementada no estrangeiro. No âmbito da formação, considero que devemos procurar uma solução viável, para cobrir as nossas necessidades em termos analistas. De salientar também que, a colocação de militares em

<sup>91</sup> O conteúdo total da entrevista não está totalmente disponibilizado porque algumas das matérias não são relevantes para o presente trabalho, e outras porque obrigariam a uma classificação de segurança elevada do mesmo (os conteúdos omissos não acartam quaisquer alterações às conclusões apresentadas).

<sup>92</sup> Entrevista realizada por Major de Infantaria Paraquedista José Paulo Silva Bartolomeu, no âmbito do CEM-C, no Comando das Forças Terrestres, Oeiras, em 15 de novembro de 2012.

<sup>93</sup> O Tenente-general Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo é atualmente Comandante das Forças Terrestres e foi Chefe do CISMIL nos anos de 2010, 2011, até setembro de 2012.



cargos OTAN e UE, como já acontece no caso do NIFC, do IMS e do ACCI, é muito importante não só pelas mais-valias no âmbito da obtenção/troca de informações, mas também pela experiência e conhecimento que é assimilado pelos militares, os quais depois poderão/deverão ser rentabilizados em termos duma futura colocação em Portugal.

**5. No âmbito da gestão, quais as principais lacunas que identifica no SIM?**

Uma orientação do esforço de pesquisa mais pragmática, que, no caso específico das CIM, não tem tido quaisquer problemas; a tutela funcional tem de se tornar efetiva, através da implementação de regulamentação adequada, permitindo a coordenação e o estabelecimento de orientações e prioridades; o CISMIL deveria ter maior número de civis, garantindo maior permanência em determinadas funções (o que muitas vezes não é compatível com a carreira dos militares); a falta de recursos humanos, materiais e financeiros constituem limitações ao cabal funcionamento do CISMIL, nomeadamente no tocante à participação em reuniões e cursos no estrangeiro, à realização de visitas/inspeções de carácter funcional, etc.

**6. Para clarificar alguns aspetos, constantes na lei, relativos às responsabilidades e atuação do CISMIL, em 2010 foi elaborada e submetida à consideração superior uma proposta de Decreto-Regulamentar. Qual o ponto de situação atual relativamente a esta matéria?**

A mudança de Governo implicou que essa proposta, que posteriormente foi integrada num Decreto-Regulamentar relativo ao EMGFA, não tivesse tido quaisquer consequências. Portanto, está tudo na mesma.

**7. Relativamente à composição do CCSIRP, quando este reúne no âmbito das competências do SIED, o Chefe do CISMIL está presente, no entanto não participa quando o Conselho reúne no âmbito das competências do SIS. Sendo a segurança militar também uma questão de segurança interna, porque ocorre esta situação?**

Porque aquando da elaboração da lei este aspeto não foi refletido na mesma, embora constasse das alterações preconizadas pela Divisão de Informações Militares (DIMIL), na proposta de lei que lhe foi submetida para apreciação. Esta situação também foi referida ao Conselho de Fiscalização do SIRP, que tacitamente concorda com a necessidade de corrigir esta lacuna.



**Anexo E – Extratos<sup>94</sup> da entrevista<sup>95</sup> ao Ex.<sup>mo</sup> Coronel Dias Bento<sup>96</sup>**

**O Sistema de Informações Militar Português**

**1. Como se tem desenvolvido a participação do CISMIL no âmbito interno e externo?**

O CEMGFA participa no CSI. No âmbito interno o CISMIL participa no CCSIRP, juntamente com o DGPE e o DGPDN. Mantém trocas de Informações com o SIS e o SIED no âmbito das suas atribuições. No âmbito externo participamos nas atividades de informações militares desenvolvidas no âmbito da NATO e da UE (...)

**2. Que o relacionamento existe entre o CISMIL, o SIS, e o SIED?**

O relacionamento com os Serviços do SIRP desenvolve-se de acordo com a legislação em vigor através do envio de Pedidos de Informação, da disseminação de relatórios cujo conteúdo se considere possa interessar àqueles Serviços, ou da transferência de informações ou notícias provenientes de fontes externas (...) Este processo é realizado nos dois sentidos, também os Serviços nos enviam pedidos, relatórios e informação diversa desde que julguem de interesse para as Informações ou Segurança Militares. A situação expressa aplica-se também com a GNR nomeadamente (...) em missões no estrangeiro como no caso do Afeganistão ou Timor-Leste.

**3. Como operacionalizaria na legislação a delimitação de fronteiras entre CISMIL e SIED, relativamente às Informações Militares?**

A LQSIRP atribui às FA a responsabilidade pela produção das Informações necessárias ao apoio das suas Missões Específicas, bem como da Segurança Militar, assim sendo julga-se que, quando em TO, compete às estruturas militares a produção de Informações, no mínimo na Área de Responsabilidade das Informações. Este conceito aplica-se também às situações de acompanhamento de áreas de crise ou possível crise (considerando a hipótese de operações Evacuação de não Combatentes). Nos casos acima referidos o SIED poderia fornecer dados e informações sobre os países envolventes, ou seja, sobre a Área de Interesse das Informações.

**4. O campo de atuação das Informações Militares em território nacional é extremamente restritivo. Como operacionalizaria na legislação a delimitação de fronteiras entre SIS e CISMIL?**

A delimitação de fronteiras entre o SIS e o CISMIL no âmbito da Segurança Militar deveria ser suportada legalmente na regulamentação do DL nº 234/2009 (Lei quadro do EMGFA). Quanto a cenários de crise no âmbito da LSI, a qual estabelece que a cooperação com as FA é coordenada entre o SGSSI e o General CEMGFA, julgo que seria uma mais valia serem definidos alguns Cenários, considerados mais prováveis, e elaborar um plano de contingência para cada, à semelhança do que acontece com o apoio aos fogos ou às situações de inundação. A existência destes planos permitiria o treino, o conhecimento dos vários intervenientes e o esclarecimento dos relacionamentos necessários.

**5. O CISMIL deveria estar inserido no SIRP para efeitos de coordenação e controlo?**

Não é necessário. Existem as reuniões de coordenação do CSI e do CCSIRP, e a qualquer momento podem ser solicitados RFI. Em meu entender a falha maior é a inexistência de uma rede

<sup>94</sup> O conteúdo total da entrevista não está totalmente disponibilizado porque algumas das matérias não são relevantes para o presente trabalho, e outras porque obrigariam a uma classificação de segurança elevada do mesmo (os conteúdos omissos não acartam quaisquer alterações às conclusões apresentadas).

<sup>95</sup> Entrevista realizada por Major de Infantaria Paraquedista José Paulo Silva Bartolomeu, no âmbito do CEM-C, no CISMIL, Lisboa, em 22 de novembro de 2012.

<sup>96</sup> O Coronel de Artilharia José Manuel Saraiva Dias Bento é atualmente Chefe da Repartição de Planeamento do CISMIL. Desde 1999 que desempenha funções na área das Informações (DIMIL, Batalhão de Informações e Segurança Militar e CISMIL).





segura Nacional que ligue todos os elementos desta Comunidade.

## **6. O CISMIL tem capacidade de acompanhamento permanente das áreas designadas de interesse?**

Em primeiro lugar não existe neste momento qualquer definição superior de áreas de interesse a nível Nacional, que de acordo com a legislação vigente deveria ser definido pelo Conselho de Chefes. Assim sendo o trabalho é definido tendo por base os *Strategic Intelligence Requirements* e os *Priority Intelligence Requirements* da NATO e o *Global Overview* da UE.

Claro que mantemos o acompanhamento de áreas problemáticas em que se encontram comunidades portuguesas, para a eventualidade de ser necessária a execução de uma Operação de Evacuação (exemplo recente a Operação MANATIM na Guiné-Bissau). Neste âmbito tem sido possível o reconhecimento de alguns locais de evacuação. Durante o corrente ano, foi também possível enviar uma equipa constituída por pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, COC e CISMIL para apoio de uma embaixada na atualização do seu plano de evacuação.

Poder-se-ia obter mais dados, nomeadamente de Informação Básica, caso fosse possível rentabilizar as capacidades dos Ramos para pesquisa durante os movimentos normais daqueles meios, no entanto tal não acontece por não existir qualquer dependência funcional do CISMIL ou qualquer envolvimento em termos de financeiros por parte do EMGFA.

Os adidos de defesa também poderiam ser uma mais-valia, no entanto uma vez que o processo de preenchimento daqueles cargos não considera necessária a formação nem a experiência na área das informações, assim sendo, só por mero acaso é que a participação destes importantes elementos é válida.

## **7. No âmbito do planeamento que orientações recebe para que possa definir objetivos, elaborar modalidades de ação e planos?**

As orientações provêm normalmente do Conselho de Chefes ou do CEMGFA, mas não têm existido muitas solicitações para além preparação de visitas a TO ou a África por parte do MDN ou do CEMGFA. Portanto procuramos responder essencialmente aos *Strategic Intelligence Requirements* e aos *Priority Intelligence Requirements* da NATO ou ao *Global Overview* da UE.

## **8. Quem é o organismo responsável pela doutrina de Informações e da CI Militar? O que está a ser feito nesse domínio?**

O CISMIL é a entidade responsável pelo processo de ratificação dos STANAG conjuntos das áreas de Informações, incluindo informação Geoespacial, e Segurança Militares. Este processo sendo conjunto envolve os Ramos. O problema que neste caso identifico é a falta de doutrina Nacional conjunta, em minha opinião este aspeto tem sido adiado por dois motivos a falta de pessoal, em especial apoio jurídico, e o facto de a Marinha e a Força Aérea considerarem que, uma vez que existe doutrina NATO, a Nacional não se torna necessária. Este argumento, em meu entender não é válido, uma vez que o Governo considerou como área de interesse o espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e aí não pode ser utilizada a doutrina NATO. Neste caso, e provavelmente com uma maior prioridade inclui-se a atualização do SEGMIL.

## **9. A formação dos intervenientes no processo de produção de informações militares é adequada?**

Em termos gerais sim. Recorremos à escola NATO e às relações bilaterais com os EUA e a seminários para obter mais formação. Em princípio a formação do pessoal em áreas como o HUMINT parece ser de qualidade, a título de exemplo refira-se o convite que foi formulado pelo SHAPE para que Portugal forneça uma equipa de HUMINT/CI no QG da ISAF ou os cargos de direção que nos são oferecidos no âmbito dos Exercícios anuais da NATO nas áreas de HUMINT e CI (...) A formação na área das Informações é neste momento um dos três principais problemas



identificados como críticos identificados pela NATO.

Outro problema prende-se com a rotatividade do pessoal militar, a resolução deste problema passaria pela existência de pessoal civil devidamente preparado. No entanto, por falta de regulamentação legal o nosso quadro orgânico em vigor ainda é o de 1993, como tal para o efetivo atual não existe um *job description*, o que nos limita bastante. Uma escola de informações militares conjunta, conforme proposta do TGen Vizela Cadoso, seria o ideal.

**10. Que vantagens resultaram da criação das CIM?**

Permite um maior apoio à proteção da força, permite ter alguém no TO com capacidade de se aperceber de alterações da situação que impliquem alterações ao dispositivo, e permite um apoio maior ao Quartel-General da Força Internacional.

**11. O CISMIL possui comunicações e sistemas de Informação adequados?**

O CISMIL utiliza como principal sistema de informação o BICES (...). Adicionalmente temos acesso à ISAF e KFOR *Mission Network* através das CIM nos respetivos Teatros. O BICES pode também ser utilizado pelos Ramos e pelos Serviços do SIRP através da NATO *Secret WAN*, no entanto devido a restrições de segurança, neste momento apenas a Marinha e o SIED utilizam esta capacidade.

**12. Que entidade produz informações para garantir a segurança das unidades e bases militares portuguesas e estrangeiras ou aliadas em Portugal?**

A Repartição de Segurança do CISMIL é a entidade responsável pela Segurança Militar e CI, para o normal desempenho do seu trabalho nesta área tem ligações privilegiadas com o SIS e com as FSeg. No sentido de articular os aspetos de Segurança em que os militares se encontram envolvidos o CISMIL patrocina uma reunião de coordenação mensal onde estão presentes todos os atores de segurança militares (Ramos e Comandos Operacionais) e civis (FSS).

Há ainda uma ligação privilegiada com o ACCI em Oeiras onde o CISMIL tem um oficial em diligência permanente.

**13. Tendo por base os princípios da oportunidade e do controlo centralizado, a inexistência de articulação funcional (ou técnica) com os Ramos (detentores da maior parte dos meios) é uma limitação do Sistema. O que está a ser feito para supri-la?**

Não tenho conhecimento de que algo esteja a ser feito. A hipótese de contornar este “vazio legal” seria através da elaboração de planos anuais que seriam aprovados em Conselho de Chefes que permitissem esta articulação. O ideal seria a sua introdução nas Lei Orgânicas dos Ramos.

**14. Existe vantagem em estabelecer um canal funcional com o IGeoE (CmdLog/Exército), CIMFA (CA/Força Aérea) e o IH (CEMA/Marinha)?**

Existe e está a funcionar, mas apenas fruto de boas relações pessoais. O ideal seria regulamentar esse aspeto.

**15. Para além da necessidade da uma articulação funcional, quais as principais lacunas que identifica no SIM?**

A principal lacuna é a gestão do pessoal. Existem lugares chave em organizações internacionais que exigem pessoal especializado, com formação na área das informações. No entanto a sua nomeação muitas das vezes é feita por outros critérios, o que pode levar a que percamos determinados cargos importantes e a passar uma má imagem do país.





## Apêndice 1 – Informações

*O caráter imprevisível, multifacetado e transnacional das novas ameaças confirma a relevância das Informações.*

CEDN (2013, VI.1.3.)

O instinto de sobrevivência do Homem encerra o desejo de saber antecipadamente o que vai fazer, do que pode dispor e que perigos o ameaçam. Um dos axiomas da Estratégia é a procura da surpresa, e esta pode ser materializada pela assimetria de informação. Apesar de todos os cenários que se possam criar e estudar, por mais rotinadas, “mecanizadas” e reguladas que estejam as ações a desenvolver, continuam a existir situações inesperadas, perante ameaças cada vez mais difusas, como é o caso da terrorista, que exigem decisões, muitas das vezes imediatas, e que apenas Informações atualizadas e adequadas poderão apoiar.

As Informações procuram desvendar o que é propositadamente ocultado, explicam as causas dos acontecimentos e procuram definir acontecimentos futuros. Divergem da informação na medida em que, sendo resultado de um processo subjetivo de opinião (crenças), não são inequívocas e são abertas a discussão. Isso significa que um mesmo ambiente pode ser percebido e interpretado de forma distinta por duas ou mais organizações. É o que Chiavenato (2003, p. 513) designa de percepção ambiental, e explica que esta é “uma construção ou um conjunto de Informações selecionadas e estruturadas em função da experiência anterior, intenções e maneiras de pensar dos dirigentes de cada organização. A percepção ambiental depende daquilo que cada organização considera relevante em seu ambiente.”

O termo “**Informações**” é, de uma maneira geral, versado numa tripla significação: pode ser entendido como “conhecimento”; como o “conjunto de atividades” envolvidas na obtenção desse conhecimento; na aceção de “organização” que desenvolve um conjunto de atividades de forma planeada e sistematizada para obtenção de conhecimento. O conhecimento especializado é uma das maiores riquezas de um Estado, e as Informações, como primeira linha de defesa, são uma das suas atividades centrais. Independentemente da natureza e nível em que se situam, as Informações são uma necessidade evidente e, porque resultam do estudo e da interpretação de elementos parcelares e diversificados, são também uma atividade essencialmente intelectual.

Podemos então inferir que a **atividade de Informações** consiste num processo especializado e sistemático de requisição, pesquisa, análise, integração, interpretação e difusão de conhecimento, desenvolvido no quadro de uma organização específica, de forma a permitir a tomada de decisão pelo utilizador. Isto quer dizer que e todas as notícias analisadas e integradas para auxiliar em tomadas de decisão, desde a pesquisa de cariz empresarial que visa perceber a aceitação de um determinado produto no mercado, passando pela investigação policial que pretende obter meio de prova para obter a condenação de um criminoso, até ao programa nuclear do Irão ou da Coreia do Norte, são um produto das Informações. Deste modo, qualquer organismo ou instituição, privado ou Estatal, poderia ser considerado um Serviço de Informações em potencial. Então o que distingue a produção de Informações em geral das Informações produzidas pelos dois Serviços de Informações nacionais e do CISMIL? O que as distingue são as áreas de atuação e os objetivos que pretendem atingir. Existem áreas que são exclusivas, sobre as quais a generalidade dos serviços ou organizações estão proibidas de produzir Informações<sup>97</sup>.

Os **Sistemas de Informações** são entidades produtoras de Informações destinadas a vários níveis de utilização que iniciam a sua atividade após indicações fornecidas pelos “utilizadores” acerca das necessidades, prazos de obtenção e prioridades. O processo utilizado para a sua obtenção, em termos conceptuais, é idêntico, independentemente do nível e do tipo de

<sup>97</sup> Segundo o artigo 6.º da LQSIRP, “é proibido que outros serviços prossigam objectivos e actividades idênticos aos dos previstos na presente lei.”



Informações a obter. Esse método é designado por **Ciclo de Produção de Informações** (CPI) ou Processo de Produção de Informações e possui, em termos gerais, e tradicionais, quatro fases: orientação do esforço de pesquisa, pesquisa, processamento e disseminação das Informações.<sup>98</sup>

O **objeto** das Informações decorre da determinação, através da integração de informação e da análise prospetiva, dos obstáculos que se venham a interpor à prossecução dos objetivos definidos. O objeto das Informações militares resulta dos objetivos políticos do Estado e, consequentemente, dos atores que concorrem ou contrariam esses objetivos. Ao nível estratégico procuram determinar o poder<sup>99</sup> de adversários e aliados (potenciais ou efetivos), as suas possibilidades, intenções, motivações, probabilidades de atuação e vulnerabilidades, tendo em conta as características do poder retratadas pelo General Cabral Couto (1988, pp. 40-42); ao nível operacional incidem na área de interesse e examinam as forças opositoras, localizações, biografias e perfis psicológicos dos líderes, armamento, doutrina, grau de prontidão, entre outras; ao nível tático efetuam estudos das áreas de operações e de opositores que possam influenciar as operações em curso (moral, efetivos, equipamento, técnicas, táticas e procedimentos).

A produção de Informações norteia-se pelos seguintes **princípios** básicos (EME, 2009, pp. 1-3 e 1-4): controlo centralizado, para garantir apoio mútuo, economizar recursos e evitar duplicações; exploração sistemática das origens e órgãos; capacidade de resposta; oportunidade, pois as Informações terão que chegar ao decisor a tempo de serem utilizadas;<sup>100</sup> acessibilidade, garantindo que toda a notícia obtida pelas diversas áreas de pesquisa atinge o patamar seguinte para processamento, integração e interpretação e difusão; objetividade; revisão contínua e atualização; proteção da fonte; e (acrescentamos nós) necessidade de conhecer.

Um **SIM** deve basear-se pelos **princípios** da primazia, assegurando-se que o esforço das Informações é conduzido pelo Comandante operacional; da flexibilidade, garantindo capacidade para rapidamente se reconfigurar e responder a alterações das necessidades de Informações durante a conduta das operações e a todos os níveis do comando; da interoperabilidade, atestando que as comunicações permitem a partilha da informação e uma interação direta; da segurança, asseverando a transmissão de notícias, informação e Informações de forma adequada, em tempo útil e através dos meios convenientes aos corretos utilizadores<sup>101</sup>; da acessibilidade, possibilitando o acesso às bases de dados quando apropriado (EME, 2009, pp. 5-1 e 5-2).

As Informações podem-se definir em vários **tipos**, aplicáveis aos níveis estratégico, operacional e tático. Assim temos: Informações básicas ou de base (estruturantes, mantidas em bases de dados e continuamente atualizadas), Informações correntes (definem a situação presente, produzidas em resposta às exigências de curto prazo), Informações prospetivas (hipotéticas, projetam possíveis acontecimentos futuros), Informações situacionais (visam ameaças específicas) e, mais comuns no meio militar, Informações de objetivos (retratam e localizam as componentes de objetivos e indicam as suas vulnerabilidades e importância relativa, em apoio ao processo de *targeting*).

As **áreas funcionais** são transversais aos vários tipos/disciplinas das Informações, e incluem, entre outras, Informações políticas, económicas, biográficas, sociológicas, de engenharia, de segurança, sobre FA, geoespaciais, de *targeting*, de infraestruturas, logísticas, médicas, técnicas e científicas (EME, 2009, p. 2-8).

<sup>98</sup> As metodologias utilizadas no CPI variam de nação para nação, por exemplo nos EUA o sistema, *Joint Intelligence Cycle* tem seis etapas: planeamento e condução, pesquisa, processamento e exploração, análise e produção, disseminação e integração, avaliação e *feedback* (USA, 2012, p. III-2), no entanto os princípios são os mesmos.

<sup>99</sup> Capacidade militar efetivamente disponível ou potencial, económica, energética, humana, organizacional, psicológica, entre outras.

<sup>100</sup> Isso implica que as ordens/pedidos de pesquisa sejam feitas atempadamente e lhes sejam atribuídas prioridades.

<sup>101</sup> De acordo com a credenciação de segurança atribuída, seguindo o princípio da necessidade de conhecer.



## Apêndice 2 – As Forças Armadas e o Sistema de Informações da República Portuguesa

*Não é já possível enfrentar a transversalidade das ameaças sem uma actuação conjunta de ambos os Serviços de Informações. O mesmo se diga, aliás, em relação às solicitações feitas às Forças Armadas que, no âmbito constitucionalmente permitido, têm também empenhado os seus meios em acções relacionadas com a prevenção da Segurança Interna relativas a ameaças transnacionais que põem em causa quer a segurança interna, quer a segurança externa.*

Júlio Pereira (2009)

No caso português, tendo como referência a LQSIRP, podemos afirmar que a atividade de Informações tem como **objetivo** contribuir para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais, da segurança externa, da segurança interna<sup>102</sup> e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e a prática de atos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido e apoiar na decisão os Governantes identificando eventualidades a explorar. Relativamente às FA, atendendo às suas valências e características únicas, necessitam de um órgão próprio para produção de Informações tendo como objetivo o cumprimento das suas missões específicas e a Segurança Militar.

Apesar do SIS ser o único organismo nacional a quem foi incumbida a “produção de Informações que contribuam para a salvaguarda da segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido”<sup>103</sup>, a LSI veio atribuir ao SIED a responsabilidade de produção de Informações relativas a ameaças internas provenientes do exterior. Mas esta lei não inclui no campo de ação do CISMIL a responsabilidade para produção de Informações para fazer face a ameaças no âmbito das missões específicas das FA e da segurança militar, cujas ações são desenvolvidas no interior do Estado, mas cuja origem está no exterior.<sup>104</sup> Nem tão pouco está prevista a produção de Informações para fazer face a uma situação de ameaça ou agressão unicamente interna que, pela sua natureza ou intensidade, exija a intervenção das FA.

No combate ao terrorismo as Informações são fundamentais, e as FA possuem capacidades que poderão ser rentabilizadas neste âmbito. O antigo Diretor do SIED, Jorge Silva Carvalho (2009), é da opinião que “as Forças Armadas, por deterem o quase completo exclusivo de determinados instrumentos de aplicação de força, nomeadamente os meios aéreos, os meios navais, e ainda meios tecnológicos específicos, nomeadamente ao nível das comunicações, das imagens e da electrónica, terão, num país de escassos recursos, de potenciar a sua utilização em qualquer área onde sejam necessários.” No entanto, “o risco que corremos ao não definir com precisão o âmbito das Informações Militares é implicar uma duplicação de actividades já desenvolvidas pelo SIED e pelo SIS” (Carvalho, 2009). Por outro lado, o SGSIRP, considera que a produção de Informações pelo CISMIL, nos termos previstos na LQSIRP não colide com as competências do SIED no âmbito da produção de Informações de Defesa, pois situam-se em

<sup>102</sup> N.º 2 do artigo 2.º da LQSIRP.

<sup>103</sup> Artigo 21.º da Lei-Quadro do SIRP e artigo 3.º, n.º 3 da Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro.

<sup>104</sup> A Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro, promoveu alterações profundas na LQSIRP, a produção de Informações Militares saiu da responsabilidade do SIEDM, que perdeu o “M”, e regressou à DIMIL. Esta passou a estar sujeita à mesma fiscalização dos Serviços do SIRP, mas não se insere na linha de comando e direção definida por essa lei, ou seja, não se subordina às orientações e controlo do SGSIRP. Cinco anos depois, o Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro, criou o CISMIL, a fim de permitir às FA otimizar as respetivas atividades de nível operacional e estratégico-militar, cabendo-lhe a produção das Informações necessárias ao cumprimento das missões específicas das FA e à garantia da Segurança militar (artigo 28.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro). A DIMIL foi formalmente extinta e as suas atribuições foram integradas no CISMIL (artigo 43.º, n.º 2, alínea c) do Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro).



planos distintos, com missões e objetivos próprios e destinatários diferenciados. E embora reconheça que “por vezes surjam zonas cinzentas sempre presentes em realidades que não são estanques”, também considera que “nenhum Serviço de Informações poderia substituir com vantagem a atuação das próprias Forças Armadas” (Pereira, 2010). Efetivamente, esta é uma questão sensível e pode revestir-se de alguns problemas face a possíveis áreas de sobreposição, que terão de ser cuidadosamente identificadas.

No âmbito interno, de acordo com o artigo 6.º da LQSIRP, não poderão produzir Informações com esse intento, e isso reflete-se na conduta das operações, ficando inteiramente dependentes dos Serviços civis, por natureza mais lentos na resposta e desprovidos de determinados meios de pesquisa que são exclusivos das FA.

No âmbito externo, o SGSIRP considera que eventuais sobreposições são dificilmente evitáveis, mas que terão de se ultrapassar por “via do diálogo e da cooperação institucional”, tal como tem vindo a suceder (Pereira, 2009). O Coronel Bento (2012) considera que, quando em TO e em áreas de crise ou possível crise (considerando a hipótese de operações Evacuação de Não Combatentes), compete às estruturas militares a produção de Informações, no mínimo na Área de Responsabilidade das Informações<sup>105</sup>. Nestes casos, “o SIED poderia fornecer dados e informações sobre os países envolventes, ou seja, sobre a Área de Interesse<sup>106</sup> das Informações” (Bento, 2012).

Em 2010, o CISMIL elaborou e submeteu à consideração do EMGFA, uma proposta de Decreto-Regulamentar para clarificar, entre outros aspetos constantes da lei, as responsabilidades relativamente à atuação do CISMIL, porém, “a mudança de Governo implicou que essa proposta, que posteriormente foi integrada num Decreto-Regulamentar relativo ao EMGFA, não tivesse tido quaisquer consequências. Portanto, está tudo na mesma” (Jerónimo, 2012). Ou seja a proposta do CISMIL não foi tida em conta.

No âmbito operacional, a pesquisa também está limitada, pois a interceção de comunicações telefónicas, mesmo em TO, de acordo com os artigos 187.º e 189.º do Código de Processo Penal (2013), está dependente de mandado ou autorização de um juiz.

---

<sup>105</sup> “Área geográfica atribuída a um comandante, na qual este é o responsável pela obtenção de informações, de acordo com os meios à sua disposição” (EME, 2009, p. 3-2). A dimensão desta área normalmente dependente da capacidade dos meios de pesquisa à disposição do comandante militar (o alcance e o acesso são os principais fatores).

<sup>106</sup> Esta área vai para além da Área de Operações, corresponde à área onde a existência de factos e acontecimentos ou a provável ocorrência de atividades possam vir a afetar as operações correntes ou futuras, constituindo por isso preocupação para o comandante militar. Sempre que não é possível obter essas Informações com os seus meios de pesquisa ao seu dispor, o comandante solicita apoio ao escalão superior ou a outras unidades amigas (unidades adjacentes) (EME, 2009, p. 3-2).



### Apêndice 3 – Matriz SWOT: Cooperação Forças Armadas / Forças e Serviços de segurança no combate ao terrorismo

MATRIZ SWOT  Cooperação FA/FSS	<b>PONTOS FORTES (STRENGTHS)</b> S1 – Existência de cursos relevantes e recursos humanos qualificados nas FA e nas FSS no âmbito das necessidades para combate ao terrorismo. S2 – As FA têm capacidade para desenvolver ações de pesquisa de informação e ações diretas em ambientes de conflito (normalmente mais propícios ao terrorismo). S3 – As FA têm capacidade para reconhecimento, vigilância, pesquisa e produção de Informações (incluindo informação geoespacial), interdição, dissuasão projeção e extração aérea, marítima e terrestre. S4 – As FSS estão especializadas para executar ações diretas menos “musculadas” e na preservação de provas (em ambientes estáveis com necessidade de especial atenção aos direitos, liberdades e garantias). S5 – As FSS têm acesso a registos criminais e biométricos (o terrorismo é na maioria dos países julgado como crime) que poderão ser uma boa fonte de Informações.	<b>PONTOS FRACOS (WEAKNESSES)</b> W1 – A CRP não prevê expressamente a intervenção das FA em território nacional para efeitos de segurança interna. W2 – Excluindo a situação de Estado de Sítio ou Guerra, não está legislado o dever de colaboração das FSS para com as FA. W3 – Não existe nenhum plano, nem foram efetuados treinos, no âmbito da Estratégia Nacional de Contraterrorismo. W4 – Inexistência de um órgão coordenador interagências para fazer face a crises. W5 – SGSSI e CEMGFA são avessos a um papel subalterno ou de apoio e existe tendência para a competitividade institucional (Antunes, 2013) (edificação de capacidades concorrentes). W6 – O Chefe do CISMIL não participa no CCSIRP, quando este reúne no âmbito das competências do SIS, o CISMIL não tem qualquer representante na UCAT, as FA não têm qualquer representante no GCS e o SGSSI não participa no CSDN. W7 – Comunicações seguras entre o CISMIL e as FSS muito limitadas (apenas existem com o SIED). W8 – As FA estão dependentes das informações das FSS para fazer face a ameaças terroristas em território nacional. W9 – Os militares, mesmo quando em missão no âmbito da segurança interna, não estão autorizados a aplicar medidas de polícia.
	<b>OPORTUNIDADES (OPPORTUNITIES)</b> O1 – Portugal está inserido em diversas organizações com informação e mecanismos de combate ao terrorismo. O2 – Vontade política e opinião pública. O3 – De acordo com a lei, as FA estão incumbidas de cooperar com as FSS no combate a agressões ou ameaças transnacionais. O4 – LSI em revisão. O5 – A UE insere a “situação de crise” no âmbito do	<b>SUGESTÕES (O-S) – LINHAS DE AÇÃO AGRESSIVAS</b> S3-O4 – Introduzir na LSI a possibilidade das FA utilizarem as suas capacidades de reconhecimento, vigilância, pesquisa e produção de Informações (incluindo informação geoespacial), interdição, dissuasão, projeção e extração aérea, marítima e terrestre em apoio das FSS no contraterrorismo. S4/5-O1 – Em determinados TO (mais estáveis) incorporar nas FND elementos das FSS especializados na preservação e processamento de provas, e em ações diretas de contraterrorismo menos “musculadas” (e com acesso a fontes diferentes das FA). Garantindo com isto uma FND mais versátil e capacitada, que poderá marcar a diferença positiva de Portugal em determinados TO. S1/2/3/4/5-O1/4 – Utilizando os recursos existentes nas FA e nas FSS, levantar uma <i>Task Force</i> modular Contraterrorista, com capacidade de projeção internacional. Esta unidade não seria uma estrutura fixa, mas faria treinos e exercícios regulares (por módulos). Poderia ser utilizada em situações de crise em Portugal, na Europa ou em missões das Organizações Internacionais de que Portugal faz parte. S1/3-O1/4 – Incluir nas tarefas da Unidade Militar de Ajuda de Emergência (o CEDN





combate ao terrorismo.	(2013, VI.1.4.2.) indica a necessidade de criar esta unidade), o apoio às autoridades após um ataque terrorista.	W7-O2/3 – Estabelecer comunicações seguras entre a Comunidade de Informações Nacional. W8-O4 – Explicitar na lei em que circunstâncias as FA poderão produzir Informações para desenvolver operações no âmbito interno. W9-O4 – Quando em missão de segurança interna, permitir aos militares das FA a possibilidade de aplicar medidas de polícia.
<b>AMEAÇAS (THREATS)</b> T1 – Os agentes terroristas estão ligados numa rede com apoios diversos que normalmente incluem ramificações de âmbito criminal, são internacionais, difusos e detentores de capacidades de destruição elevada e, embora estejam mais presentes em áreas de conflito e na internet, também estão presentes em Portugal. T2 – Situação económico-financeira de Portugal. T3 – A delimitação de competências não é clara (duplicação de atividades). T4 – Falta de consenso político para maior intervenção das FA no âmbito interno (alteração a incluir na CRP). T5 – Falta de coordenação interdepartamental ao nível ministerial.	<b>SUGESTÕES (T-S) – LINHAS DE AÇÃO DE DIVERSIFICAÇÃO</b> S1-T1 – Levantar e integrar uma capacidade de nacional de ciberdefesa (militar) numa Estratégia Nacional de Cibersegurança. S1-T1 – Cooperar no âmbito operacional das Informações, integrando militares do CISMIL em equipas do SIED e agentes do SIED em CIM sempre que aplicável, ou ainda garantindo proteção aos elementos do SIED. S1-T1 – Familiarizar militares das FA com procedimentos operacionais e objetivos do SIED, permitindo que sejam empregues em proveito das necessidades daquele Serviço em Teatros de risco mais elevado e que aconselhem formação e capacidades militares. S1-T2 – Fomentar e estimular formações conjuntas, rentabilizando o conhecimento interno, estreitando laços entre FA e FSS e, simultaneamente, reduzindo nos custos de formação no estrangeiro. S1-T2 – De acordo com uma análise de possíveis cenários de emprego, avaliar capacidades semelhantes existentes nas FA e nas FSS que possam ser agrupadas, permitindo que se potenciem e se reduzam os excedentes. S2-T1 – Elaborar cenários e delinear planos que prevejam a possibilidade das FA desenvolverem ações diretas de contraterrorismo no âmbito interno (no espaço marítimo, terrestre, aéreo ou ciberespacial). S3-T1 – Colaborar nos dispositivos policiais de contenção e isolamento dos locais afetados por ataques terroristas; incrementar o apoio na deteção, monitorização, controlo e fiscalização de imigração ilegal, de substâncias e armas NBQR, combate ao narcotráfico e outras atividades criminosas, em todos os domínios. S3-T3 – Definir claramente as áreas de responsabilidade das FA e das FSS em eventos com elevado nível de risco associado, na segurança de infraestruturas críticas e no âmbito da vigilância e controlo das acessibilidades marítima, aérea, terrestre, e ciberespacial, maximizando as suas capacidades e sem necessidade de criar “subterfúgios” como o “duplo uso” para justificar a utilização das FA.	<b>SUGESTÕES (W-T) – LINHAS DE AÇÃO DEFENSIVAS</b> W1-T1/2 – Promover alterações na CRP que prevejam e salvaguardem a intervenção dos militares das FA na segurança interna. W1/2/3/4/6/8-T1/2/4/5 – Desclassificar a Estratégia Nacional de Contraterrorismo e promover ações de sensibilização e esclarecimento ao público e a políticos relativamente às ameaças existentes, às capacidades disponíveis nas FA e à sua mais-valia na utilização interna e no combate ao terrorismo, rentabilizando e mantendo capacidades, numa altura em as dificuldades económicas são enormes, as ameaças externas convencionais não são evidentes, mas que em qualquer momento poderão despertar. W5-T3 – Operacionalizar a Estratégia Nacional de Contraterrorismo, criando cenários, elaborando planos (classificados) e efetuando exercícios envolvendo os vários intervenientes (incluindo as FA), dando-se ênfase aos exercícios tipo <i>Map Exercise</i> (MAPEX) e <i>Comand Post Exercise</i> (CPX), mas também, mais espaçados no tempo, <i>Field Training Exercise</i> (FTX). W4-T1 – Operacionalizar um sistema nacional de gestão de crises (esta linha de ação também é apontada no CEDN (2013, VI.1.4.2.) com o objetivo de “[m]aximizar as capacidades civis e militares existentes e impulsionar uma abordagem integrada na resposta às ameaças e riscos”). W8-T1 – Promover estudos, análises colaborativas entre os Serviços de Informações civis e CISMIL, relativamente a vulnerabilidades, ameaças e riscos.



#### Apêndice 4 – Matriz SWOT: Otimização do Sistema de Informações Militares

<b>MATRIZ SWOT</b> Otimização do SIM	<b>PONTOS FORTES (STRENGTHS)</b> S1 – Meios de pesquisa dos Ramos. S2 – Recursos humanos com cultura e valores castrenses. S3 – Recursos humanos altamente qualificados (HUMINT e CI). S4 – Existência de cursos relevantes na área das Informações nos Ramos. S5 – Possibilidades de formação no estrangeiro e de participação em missões internacionais para elementos dentro do SI.	<b>PONTOS FRACOS (WEAKNESSES)</b> W1 – Falta de doutrina própria, de objetivos e de orientações. W2 – Elevada rotatividade e seleção menos cuidada dos militares em funções chave do SI. W3 – Carência de meios humanos, materiais e financeiros. W4 – Capacidade ISTAR terrestre comprometida. W5 – Inexistência de hierarquia funcional e comunicações limitadas.
	<b>SUGESTÕES (O-S) – LINHAS DE AÇÃO AGRESSIVAS</b> S2-O4 – Rentabilizar a presença de todos militares com cargos no exterior dando-lhes formação no âmbito das Informações e definindo-lhes objetivos e RFI. S3-O2 – Incrementar a cooperação com serviços e órgãos estrangeiros e nacionais, capitalizando a experiência e a qualificação dos quadros das FA. S3-O3 – Constituir CIM com recursos humanos bem qualificados, por forma a estreitar melhores relacionamentos e incrementar a partilha de Informações. S3-O4 – Utilizar militares altamente qualificados em HUMINT nos locais de mais interesse e com acesso a informação mais relevante. S4-O5 – Criar uma Unidade de Informações na dependência do EMGFA que, entre outras valências, inclua uma escola de Informações, congregando todos os cursos de qualificação ligados às Informações e Segurança nas FA e um curso de analistas. Esta escola também poderia apoiar a formação de Serviços Nacionais e Serviços de Aliados. S5-O5 – Obter formação e experiência internacional para implementar na formação interna.	<b>SUGESTÕES (W-O) – LINHAS DE AÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO</b> W1-O1 – Atualizar o SEG MIL e produzir doutrina nacional conjunta para uniformizar procedimentos, tomando como referência a da OTAN, mas com os necessários ajustamentos para poder ser disponibilizada para a CPLP. W2-O4 – Implementar critérios de seleção rigorosos, onde se privilegie a formação e a experiência em Informações, para cargos e funções que lhe estejam ligados (Adido Militar, CJ2, NIFC, ACCI, entre outros) W3-O4 – Para além das chefias das FND, implementar a passagem obrigatória pelo CISMIL a todos os militares que vão para cargos isolados no exterior, onde deverão ser estabelecidas formas de ligação.
	<b>AMEAÇAS (THREATS)</b> T1 – Não está clara a delimitação de fronteiras entre Serviços Cíveis e CISMIL. T2 – Restrições à interceção de comunicações telefónicas em TO (ver apêndice 2). T3 – Tendência para a competição entre Serviços. T4 – Gestão deficiente dos recursos humanos nas FA. T5 – Pouca sensibilidade das chefias militares para a importância das Informações.	<b>SUGESTÕES (W-T) – LINHAS DE AÇÃO DEFENSIVAS</b> W1-T5 – Desenvolver ações de formação, com exemplos práticos, para sensibilização das chefias militares, aos diversos níveis e Ramos, relativamente à importância das Informações, assim como para a necessidade de produção de doutrina nacional conjunta. W2-T4 – Implementar a formação de base em Informações (especialização nas Academias/Escolas de Oficiais e de Sargentos); atender à experiência e formação dos militares no âmbito das Informações aquando da nomeação para funções chave no CISMIL (tal como acontece para o SIRP, o SSI, o SIS e o SIED). W3-T5 – Igual a W1-T5. W5-T5 – Elaborar legislação específica que permita ligações diretas entre CISMIL e Ramos (esta deve envolver o Conselho de Chefes de Estado-Maior, único fórum onde os Chefes (como principais utilizadores das Informações) podem definir algumas formas de articulação); estabelecer comunicações via BICES com o Exército e a FAP.
	<b>SUGESTÕES (T-S) – LINHAS DE AÇÃO DE DIVERSIFICAÇÃO</b> S1-T1 – Potenciar as capacidades de pesquisa das FA na Segurança Interna. S1-T2 – Introduzir na legislação a possibilidade de interceção de comunicações telefónicas em TO sem necessidade de autorização de um juiz. S3-T1 – Promover alterações legislativas, para que o Chefe do CISMIL tenha assento nas reuniões do CCSIRP no âmbito das competências do SIS, e para a integração de um representante do CISMIL na UCAT. S3-T3 – Procurar uma maior aproximação aos congêneres civis, rentabilizando os conhecimentos e a experiência dos militares e obtendo o seu reconhecimento; para além do CEMGFA, e pela especificidade das suas funções, promover a participação do Chefe do CISMIL no CSSI, tal como acontece com outros Diretores-gerais para além dos Secretários-Gerais. S3-T4 – Efetuar uma gestão adequada (nacional e internacional) dos militares com qualificações e experiência no âmbito das Informações. S4-T3 – Promover a cooperação na formação entre as FA e os Serviços civis, dinamizando a entreajuda e incrementando a partilha de Informações.	